



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de sanção da nova Lei Nacional de Adoção**

Brasília-DF, 3 de agosto de 2009

Bem, primeiro cumprimentar a nossa querida companheira, a ministra-chefe da Casa Civil, a companheira Dilma Rousseff,

O nosso querido ministro de articulação política, o companheiro José Múcio,

O ministro Patrus Ananias, que acaba de fazer o seu pronunciamento aqui,

Os senadores Aloízio Mercadante e Fátima Cleide,

Os deputados João Matos e Maria do Rosário,

O juiz Francisco Oliveira Neto, vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros,

E a senhora Carmen Silveira de Oliveira, subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos,

Companheiros e companheiras,

Mais do que uma lei de adoção, tenho a felicidade de sancionar hoje uma legislação que garante a crianças e adolescentes o direito a uma convivência familiar e comunitária.

Uma legislação que inova ao ampliar o conceito de família extensa, formada por parentes próximos, com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Que mantém unidos os irmãos, ao reconhecer que eles já constituem um grupo familiar e que, por isso, devem ser adotados em conjunto.

Que, entre outros avanços, garante atenção jurídica a gestantes ou



mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para a adoção, evitando o abandono de crianças em espaços públicos logo após o nascimento.

Uma legislação criada para evitar a burocracia excessiva, que hoje dificulta o final feliz para crianças e adolescentes que necessitam de uma nova família, e adultos que travam uma luta, muitas vezes inglória, para adotá-los.

Amigos e amigas,

Não estamos partindo do zero. O Brasil é reconhecido como um dos países mais avançados neste tema, motivo pelo qual lidera, desde 2006, o debate de um novo documento internacional das Nações Unidas sobre crianças e adolescentes privados de cuidados dos seus familiares.

Esse documento foi aprovado este ano, no âmbito do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, e deverá ir à votação já no ano de 2010, na Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Muitas de suas diretrizes, aliás, já foram incorporadas nesta lei que estamos sancionando hoje, o que coloca o Brasil mais uma vez na vanguarda, ao estabelecer um novo marco legal para a adoção.

A nova Lei de Adoção já estava sinalizada no Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado pelo Conanda em 2006. Além disso, o projeto “No caminho pra casa”, da Agenda Social Criança e Adolescente, prevê várias ações neste sentido, como o reordenamento dos abrigos, o apoio financeiro para famílias que tenham filhos abrigados por motivo de pobreza e a criação de moradias coletivas para adolescentes e jovens ex-abrigados.

Finalmente, as ações de adoção internacional – quando famílias estrangeiras estão interessadas em crianças brasileiras – coordenadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, já estão em consonância com a nova legislação.

Deve ser lembrado o papel fundamental do Congresso Nacional na



formulação da nova Lei de Adoção. O projeto foi amplamente debatido e contou com o engajamento de diversos deputados e senadores, entre os quais se destacam as senadoras Patrícia Saboya (PDT-Ceará) e Fátima Cleide (PT-Roraima), o senador Aloízio Mercadante (PT-SP), o deputado João Matos (PMDB-SC) e as deputadas Sandra Rosado (PSB-RN), Teté Bezerra (PMDB-MT) e Maria do Rosário (PT-RS).

Merece destaque também a contribuição da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude, da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, e também do Conselho Nacional de Justiça, associações de conselheiros tutelares e outras organizações da sociedade civil que, com suas opiniões, baseadas na experiência do dia-a-dia, contribuíram muito para que a lei fosse aprimorada.

Não poderia encerrar sem fazer uma homenagem a um pequeno brasileiro chamado Cleber Matos. Cleber veio ao mundo negro e pobre, e foi acolhido pelo deputado João Matos. Infelizmente, Cleber não pôde ver o que está acontecendo aqui hoje, porque faleceu precocemente em 2001, aos 15 anos de idade. Me parece que o Cleber sofreu um acidente e, depois do acidente, me parece que outras coisas aconteceram e o Cleber morreu com 15 anos de idade.

Esse exemplo de solidariedade, assim como o de tantos outros brasileiros e brasileiras serviu de inspiração para a Lei que sancionamos no dia de hoje. Não é todo dia que um presidente da República tem a felicidade de sancionar uma lei que nasceu do sentimento mais nobre que existe: o amor entre os seres humanos. Esse é mais um passo para o resgate da cidadania infantojuvenil do Brasil.

Eu queria... na verdade, eu poderia até prestar uma homenagem ao Gilberto Carvalho, que todo mundo sabe, é o mais novo pai aqui, que há poucos dias adotou. Ele agora vai voltar a saber o quanto é duro ser pai de duas crianças em idade de peraltice total e absoluta. O “bichinho” já está



chegando atrasado no trabalho aqui, e está querendo ir embora mais cedo toda noite, aqui.

Mas eu queria agradecer a todos. Eu acho que uma lei como esta, além de colocar o Brasil em uma situação de destaque no cenário mundial, vai provando aos tempos que este país que, durante tanto tempo foi tratado como país de terceiro mundo, como país subdesenvolvido, como país pobre, é com esses avanços que a nossa sociedade constrói, porque isso aqui é um passo extraordinário de construção da sociedade, de pessoas como o nosso deputado, de outros milhares de brasileiros que vão, muitas vezes sem que a gente saiba que eles existem, fazendo um sacrifício enorme para adotar uma criança, ou para evitar que uma criança caia no abandono.

Eu acho que é uma dádiva para o Brasil. Isso aqui também mostra a todo mundo que todas as críticas que se faz ao Congresso Nacional, todo santo dia... eu digo sempre que se a gente for colocar em uma balança as coisas boas e as coisas más que foram acontecer no Congresso, as coisas boas são infinitamente superiores, mas muitas vezes as coisas boas não têm o destaque que a gente gostaria que tivessem.

Portanto, parabéns a cada deputado, a cada senador e senadora aqui e, sobretudo, a vocês, cidadãos, eu diria, anônimos, que são os responsáveis por esta conquista extraordinária. Eu espero que a partir da Lei a gente crie as condições para que não tenha mais criança abandonada. Que a Lei... Agora, o nosso magistrado estava dizendo que, agora, quem for adotar vai ter que passar por um processo de preparação, o que eu acho extremamente extraordinário isso estar previsto na Lei. Porque nós ainda temos um problema no Brasil que não está resolvido, que é o problema da desagregação da estrutura social da família. Tem algo que nós ainda não aprofundamos, eu acho que muitas vezes, mais grave do que a situação econômica de uma família é a estrutura de desagregação das teias sociais de uma família.

Nós temos muita coisa para fazer. Certamente, nenhum de nós, sozinho,



tem a sabedoria de saber como resolver. Mas se a família não estiver junta, unida... Quando a gente vê a notícia de que mais duas crianças foram abandonadas no Rio de Janeiro hoje... muitas vezes, é porque uma menina fica grávida, tem medo do pai, tem medo da mãe, não quer contar... às vezes vai ter um filho em situação totalmente anômala e, depois, é melhor abandonar. Não é o primeiro caso, não será o último.

Eu espero que a Lei facilite. Primeiro, que os pais tenham compreensão, quando uma filha fica grávida, de fazer com que a criança nasça dentro do seio da família. O que não deveria ter acontecido aconteceu, que foi ela ficar grávida, e é preciso cuidar da criança até ela nascer. E depois, se quiser adotar, a Lei agora vai dar condições extraordinárias para que a adoção seja mais fácil, menos burocrática e que as pessoas que adotem sejam menos [mais] preparadas.

Eu tenho a convicção de que vocês deram mais um passo importante para enaltecer ainda mais os direitos conquistados pela sociedade brasileira.

Parabéns a todos vocês.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção do Projeto de Lei que cria 230 Varas da Justiça Federal

Centro Cultural Banco do Brasil – Brasília-DF, 04 de agosto de 2009

Eu não ia falar, mas dizem que um político não pode ver meia dúzia de pessoas e um microfone, que ele tem que falar.

Primeiro, cumprimentar o nosso querido companheiro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,

O nosso querido companheiro Tarso Genro, ministro da Justiça,

O nosso companheiro José Antonio Dias Toffoli, advogado-geral da União,

Os deputados federais Antonio Carlos Biscaia, Flávio Dino e Paes Landim,

Cumprimentar o ministro Ari Pargendler, presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça,

O senhor Gilson Dipp, corregedor nacional de Justiça,

O Cezar Britto, presidente da OAB,

E o Fernando Mattos, presidente da Associação dos Juízes Federais, que falou aqui. O que me impressionou é que ele deu o nome de todos aqui do Plenário de cor e salteado. Vocês viram que ele não precisou nem da nominata.

E cumprimentar todos os senhores presidentes e ministros de Tribunais, procuradores, magistrados, desembargadores, promotores e advogados,

Amigos da imprensa,

Ao sancionar esta lei, que amplia e fortalece a Justiça Federal, sinto uma alegria muito especial: a certeza de ver que, após tantos anos de luta de



amplios setores da nossa sociedade, a democracia brasileira está cada dia mais sólida e cada dia mais aprofundada.

Todos aqui sabemos, afinal, que o vigor e a capacidade operacional de nossas instituições são fundamentais para a manutenção e o fortalecimento do Estado democrático de direito.

Nesse sentido, facilitar o acesso à Justiça é fundamental. A nossa Constituição é avançada e garantidora de direitos. A nossa legislação, todo mundo sabe, é muito moderna. Mas para que as garantias expressas em lei sejam cumpridas, é necessário que o cidadão comum tenha cada vez maior acesso ao Poder Judiciário. Este é o sentido maior da ampliação do número de varas da Justiça Federal, levando-as às cidades de menor porte e colocando-as à disposição do cidadão, onde quer que ele se encontre.

Com isso, vamos ter novos locais de atendimento aos jurisdicionados, aos advogados e à população em geral. E neles estaremos, sobretudo, abrindo as portas do direito e da cidadania, especialmente para aqueles que mais precisam.

Estou certo de que ao criarmos estas 230 novas varas e ampliarmos significativamente o número de juízes e funcionários da Justiça Federal estaremos também imprimindo maior agilidade e eficiência ao julgamento dos processos. E este é um ponto muito especial, pois a morosidade dos processos judiciais e a baixa eficácia das decisões, além de negativas por si mesmas, podem retardar o desenvolvimento nacional e desestimular muitos investimentos no nosso país. Mais do que isso, são fatores que podem contribuir para a impunidade e até mesmo prejudicar a confiança dos cidadãos no regime democrático.

Minhas senhoras e meus senhores,

O avanço democrático, simbolizado por esta nova Lei, é representado também pelo virtuoso processo de diálogo que levou à sua elaboração e à sua aprovação. Estou falando da ação em conjunto dos três Poderes da República



que vem possibilitando ao Brasil implantar as medidas necessárias para tornar a nossa Justiça mais eficiente, ágil e acessível a todos. E que já nos permitiu firmar dois Pactos relativos à reforma do Judiciário.

Não me canso de repetir que os resultados desta parceria estão sendo surpreendentes. A aprovação da Emenda Constitucional 45, que reformulou o marco legal do sistema de Justiça, trouxe novidades importantes, como a criação do Conselho Nacional de Justiça, o fortalecimento da Defensoria Pública e todo o arcabouço constitucional preparatório para as mudanças legais no plano processual.

No primeiro Pacto, elegemos 39 projetos de lei como prioritários e necessários para regulamentar a emenda que possibilitou a reforma do Judiciário. Mais da metade deles já foi aprovada.

A necessidade de seguirmos aprimorando nosso sistema de Justiça fez com que elegêssemos novos projetos prioritários na elaboração do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, assinado em 13 de abril deste ano.

A lei que foi sancionada resulta, justamente, em um desses projetos. Para a operacionalização dos objetivos comuns ao Pacto criamos, no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria de Reforma do Judiciário, que impulsionou muitas das mudanças hoje alcançadas.

A participação de juízes, promotores, advogados e da sociedade civil na elaboração de anteprojetos que resultaram em novas normas, foi fundamental para que o seu conteúdo e sua redação buscassem maior agilidade na resolução dos problemas reais do dia-a-dia da Justiça brasileira.

Por outro lado, o esforço do Congresso Nacional é digno de grande destaque ao conferir prioridade à tramitação das propostas selecionadas e voltadas à prestação de uma justiça mais rápida, eficiente e próxima da população. Esta Lei que sanciono hoje é uma prova evidente desse compromisso.



A parceria reforçada entre os Três Poderes nesses últimos cinco anos sedimentou a idéia de continuidade e de avanços no permanente aprimoramento das instituições públicas. Esse esforço comum refletiu também uma das principais conquistas históricas do nosso país: o amadurecimento do Estado democrático de direito e o fortalecimento da harmonia entre os Poderes, e resultou em avanços concretos para todo cidadão brasileiro que precisa da Justiça.

São iniciativas como essas que aumentam a convicção da sociedade de que o Brasil só tem a ganhar quando os Poderes da República caminham juntos e elegem as mesmas prioridades em benefício de toda a nação.

Uma coisa muito importante que eu queria reafirmar para vocês aqui, é que nós vivemos no Brasil, diuturnamente, um conflito. Há compreensão ou até incompreensão das pessoas quando a gente resolve tomar medidas para dotar as instituições brasileiras de maior capacidade de funcionamento. Cada vez que a gente tem que dar um aumento, cada vez que a gente tem que montar uma nova sede para a Justiça, cada vez que a gente tem que criar uma nova vara, cada vez que a gente cria uma coisa nova ou contrata mais gente, há sempre alguns pares de pessoas que fazem duras críticas de que o Estado está inchando, que é preciso que tenha um choque de gestão no País, e vai por aí fora. O que as pessoas não se dão conta é que, se tudo funcionar corretamente como um relógio, se tudo estiver certinho, o custo do País será infinitamente menor.

Quando nós, no governo federal, vemos uma obra paralisada por divergência entre concorrentes ou por ações do Ministério Público ou por ações do Tribunal de Contas... quando essa obra fica parada um ano, um ano e meio, ninguém nunca parou para medir o quanto custou ao País aquela obra ficar parada um ano e meio, dois anos, para depois ser autorizada a ser construída do mesmo jeito [de quando] que ela foi paralisada.

Eu, agora, estou pedindo para a minha assessoria apresentar um custo



efetivo dessas obras. O metrô da Bahia, quando para, quanto aumenta no custo desse metrô quando terminar de construir a obra? Ou o metrô de Belo Horizonte quando é paralisado, ou uma rodovia, uma ferrovia, quando é paralisada neste país... Entre você paralisar e você retomar a construção, o que isso implicou de custo efetivo para a União.

Da mesma forma que a Advocacia-Geral da União – ali está um que foi advogado-geral da União, está um atual advogado-geral da União –, se a Advocacia-Geral da União tem estrutura para funcionar, o lucro que ela dá para o Estado, não perdendo processo, é uma coisa extraordinária. Entretanto, isso não é medido. A única coisa que é medida é quando vocês pedem para contratar meia dúzia de advogados para trabalhar na Advocacia-Geral da União.

E assim vai para outras atividades no governo. As pessoas ainda não querem se dar conta de que quanto melhor funcionar o Estado e quanto melhor funcionarem as instituições do Estado, fica melhor para todo mundo: fica melhor para os cofres públicos, fica melhor para o cidadão brasileiro, fica melhor para o reclamante, fica até melhor para o advogado, Britto, que vai receber a sua demanda logo, sem muita delonga, tendo que esperar dez anos, 15 anos, 12 anos.

Eu estou dizendo isso porque sempre há uma confusão no Brasil ou uma incompreensão, quando a gente quer tomar atitudes como esta. A verdade nua e crua é que se este país quiser funcionar corretamente, vocês são testemunhas de que nós ainda temos que fazer muito mais varas, temos que contratar muito mais juízes, temos que contratar muito mais advogados da União, temos que contratar muito mais gente para o Ibama, muito mais gente para a fiscalização do Ministério do Trabalho, porque quando a máquina estiver funcionando 100%, tudo ficará mais barato, mais rápido e menos gente reclamará.

A verdade é que no Brasil tem um tipo de gente que deve ganhar muito



dinheiro com a morosidade das coisas que funcionam, e esses estão sempre achando que a gente não pode modernizar nada. O povo, que é a grande vítima da morosidade, esse, sim, gostaria que a gente fizesse muito mais do que nós estamos fazendo.

De qualquer forma, eu acho que 50% em sete anos é um bom tamanho. Quem vier depois faz mais 50%, quem vier depois faz mais 50%, daqui a pouco a gente atendeu as necessidades das varas da Justiça Federal.

Muito obrigado. Parabéns, Tarso. Parabéns aos companheiros deputados que estão aqui. Parabéns, Gilmar. E vamos continuar trabalhando juntos porque quanto mais harmonia tiver entre nós, mais ganhará o povo brasileiro. Boa sorte.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
Simpósio Internacional “Políticas Sociais para o Desenvolvimento:
Superar a Pobreza e Promover a Inclusão”**

Brasília Alvorada Hotel – Brasília-DF, 05 de agosto de 2009

Eu quero, primeiro, cumprimentar a nossa companheira Dilma Rousseff,
O nosso companheiro Patrus Ananias,
O nosso companheiro Paulo Bernardo, ministro do Planejamento,
O Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário,
O Daniel Vargas, de Assuntos Estratégicos,
O Altemir Gregolin, da Pesca e Aquicultura,
Nossa companheira Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas
para as Mulheres,

Nossos senadores Eduardo Suplicy e Roberto Cavalcanti,
Deputado Raimundo Gomes Matos,
Quero cumprimentar todos os membros do corpo diplomático aqui
presentes,

Quero cumprimentar a senhora Rebeca Grynspan, diretora do Programa
das Nações Unidas para o Desenvolvimento para a América Latina e Caribe,
Nosso querido João Coser, presidente da Frente Nacional dos Prefeitos,
O Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, que não está na mesa,
E cumprimentar cada companheiro, cada companheira, convidados
estrangeiros que vieram a este encontro,

Patrus, primeiro eu vou pedir uma certa desculpa a vocês e ao Patrus,
porque eu não vou fazer o pronunciamento que eu trouxe e nem vou improvisar
muito hoje, por uma razão simples, Patrus, que me veio na cabeça depois de
ver o filme do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e



depois de ouvir a sua fala.

Eu acho que em um simpósio desta magnitude nós temos que estar muito preparados para ouvir as experiências acontecidas em outro país e, ao mesmo tempo, nós temos que passar para as pessoas a totalidade das coisas que nós fazemos no Brasil, porque o Ministério do companheiro Patrus é um Ministério que tem um orçamento muito importante, de praticamente R\$ 33 bilhões, ou seja, quase US\$ 17 bilhões.

Mas se a gente mostrar apenas os investimentos em política social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nós estaremos mostrando as políticas sociais brasileiras apenas pela metade, apenas pela metade. E é isso que eu gostaria, que vocês pudessem ter um compartilhamento conosco sobre o que nós fazemos no Brasil, sobre o que acontece - dito por vocês - em outros países, para que a gente possa sair daqui com uma dimensão de que é possível fazer muito mais.

Obviamente que o Bolsa Família é o programa de maior transferência de renda que existe hoje em vários países do mundo, e todos nós sabemos que ainda é pouco o que fazemos. Tem algumas pessoas, críticas ao Programa, que acham que isso é esmola, isso desmotiva a sociedade, e há quem diga até que com Bolsa Família as pessoas não querem trabalhar mais. Mas o problema sério que nós temos no Brasil é que nem eu, nem o Patrus Ananias, nem a Dilma Rousseff, nem o Guilherme Cassel, nem o Gregolin, nem o Paulo Bernardo, nem a Nilcéa, nem o Daniel, nenhum de nós vai conseguir traduzir a quantidade de políticas públicas que nós temos espalhadas por este país.

Eu, de vez em quando, me reúno com todos os ministros que trabalham a questão da política social, e entra inclusive o ministro da Justiça, que em nenhum país do mundo está envolvido com a área de política social. E aqui, por conta do Pronasci, nós colocamos o Ministério da Justiça junto aos ministros da área social, porque a política que estamos fazendo de combate à segurança [insegurança] na periferia deste país é uma novidade extraordinária,



que eu acho que precisa ser conhecida por outros países para ver se nós conseguimos fazer pelo menos embriões dessa política em outro país.

Nós estamos tentando, na verdade, mudar o conceito de segurança, ou seja, a polícia não tem que ir para um lugar apenas para bater. A polícia não pode ser um estranho que chega em uma vila, de noite, atirando em uma vila, de madrugada. A polícia tem que ser comunitária, ela tem que conhecer as pessoas, as pessoas têm que ter cumplicidade com a polícia, se a gente quiser ter um trabalho de recuperação, sobretudo da juventude, isso não acontecerá se a gente não tiver a confiabilidade das pessoas.

É por isso que quando nós chegamos com o Pronasci em um bairro, nós chegamos, às vezes, com 19 políticas públicas que envolvem 19 Ministérios, para a gente poder atender a demanda de uma periferia muitas vezes desacreditada do governo, desacreditada do poder público e que, muitas vezes, tem como única referência daquele bairro o traficante ou o chefe do crime organizado.

Mas não é apenas isso. Quando nós fazemos o programa Luz para Todos, muita gente imagina que nós apenas levamos a luz na casa de uma pessoa que não tinha luz elétrica. Nós atingimos, no mês passado, 2 milhões e 20 milhões [2 milhões e 20 mil] residências que não tinham energia elétrica. E muita gente que nasceu dentro de uma casa com energia elétrica, que só sabe o que é viver na escuridão quando a luz apaga no seu bairro por 15 minutos e já começa a xingar o mundo todo, não sabe o que é uma pessoa viver, nascer e morrer sob a luz de um candeeiro. Não sabe, às vezes, o que é uma pessoa fazer comida com uma luz de um pavio com querosene fazendo fumaça no seu nariz, queimando o seu cabelo e fazendo ela enxergar 10% do que ela deveria enxergar para poder cuidar adequadamente da sua casa.

Mas o que é importante são os dados econômicos advindos de um programa social, porque quando nós fazemos um bico de luz em uma casa... Na pesquisa que nós fizemos, Patrus, 83% das pessoas que receberam



energia compraram televisão: significou 1 milhão e 578 mil televisores vendidos. Quando nós colocamos o Luz para Todos, 87% das pessoas compraram geladeira: significou 1 milhão e 480 mil geladeiras compradas naquelas casas. E, como as pessoas gostam de samba, significou 47% de compra de aparelhos de som, o que significou 978 mil aparelhos de som.

Isso para dar a dimensão de que um simples programa Luz para Todos levado no interior de Minas Gerais resulta na compra de um produto fabricado na cidade e vendido na cidade. Eu tive o prazer de inaugurar uma casa lá em Congonhinhas, no Paraná, em que pela primeira vez na vida, aos 47 anos de idade, a pessoa conseguiu assistir a um jogo da Seleção brasileira pela televisão e, por sorte, nós ganhamos o jogo. Vocês imaginem o significado do Luz para Todos para esse companheiro.

Mas era importante que vocês também levassem aqui do Brasil, além de todas as informações que esse filme passou, além de todas as informações que o companheiro Patrus deu, seria importante que vocês pudessem levar do Brasil o significado da política agrícola na área da agricultura familiar que nós fazemos no Brasil, para que a gente possa mensurar e ver o que está acontecendo nos outros países, para saber se todo mundo pode fazer igual ou pode fazer mais. Menos, nunca. Mais, sempre.

Neste país, nós já desapropriamos 43 milhões de hectares de terra. Se vocês imaginarem o que são 43 milhões de hectares de terra, é mais do que alguns países europeus juntos. Neste país, já foram assentadas 541 mil famílias agrícolas. E neste país nós, praticamente, saímos de R\$ 2 bilhões de financiamento para a agricultura familiar para 15 bilhões este ano. Isso significa um milhão de pessoas a mais no Brasil, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil – Norte e Nordeste – que não tinham acesso ao crédito, um milhão de pessoas têm acesso ao crédito para plantar, para colher e para vender.

Se a gente imaginar o que significa a evolução (incompreensível) feito pelo ministro da Pesca, onde cadastramos todos os pescadores artesanais do



Brasil. Uma parte deles tem auxílio-defeso, ou seja, toda vez que ele não pode pescar para que os peixes possam crescer, ele recebe um salário mínimo para ele poder fazer isso. O Patrus se lembra da alegria quando nós estabelecemos R\$ 715 de aposentadoria para os hansenianos que moraram em colônias neste país. Pessoas que durante mais da metade das suas vidas foram trancafiadas em colônias. E eram pessoas que, por ter a perda de membros, as pessoas eram, às vezes, tratadas como se fossem a escória da sociedade. Se a gente imaginar o que está sendo feito neste país para a recuperação, para o combate à discriminação racial neste país... Somente o Ministério da Igualdade Racial poderia contar isso para os companheiros.

Às vezes, quando eu faço reunião, eu saio da reunião e chamo o meu secretário de Comunicação Social e falo: Franklin, pelo amor de Deus, a gente não está conseguindo dar a dimensão das coisas que nós estamos fazendo. É preciso que a gente facilite as coisas para a gente aprender, mas para os outros também aprenderem.

E aqui, uma brincadeira com o meu companheiro Patrus: se a gente não traduzir o que significa Cras, Creas, PlanSeQ, PAA, fica muito difícil as pessoas compreenderem o que nós estamos fazendo. Eu sei que é uma prática governamental. Hoje eu recebi um documento para ler, tinha tanta sigla que eu falei: eu não posso ler isso aqui. Como é que eu vou dizer MDA, PDA... Eu preciso, pelo menos, que tenha um nome por extenso, para quando eu me dirigir à pessoa... Numa reunião que eu tive com um empresário hoje, eu falei: eu preciso conhecer, senão, como é que eu vou falar com ele? O cidadão que bolou a sigla, ele já bola a sigla de preguiça, para economizar palavras, e depois aquilo vira uma normatização no Estado. Eu sou obrigado a conviver com uma sigla que eu não conheço. Vocês não sabem os documentos que eu recebo da dona Dilma Rousseff, quantas siglas têm, porque ela, a Miriam e a Erenice decoram as siglas lá, encurtam a palavra... O Paulo Bernardo, nem se fala.



Então, eu acho que o Brasil – estou vendo aqui o Renato Maluf, estou vendo aqui os companheiros do Consea – eu acho que nós ainda estamos longe de fazer tudo aquilo que é preciso fazer. Mas eu penso que todos nós temos que ter a clareza de que neste país nunca se fez nem perto daquilo que nós estamos fazendo, nem perto.

E o que é mais importante aqui no Brasil é que as políticas públicas do governo federal não são determinadas pelo governo federal. Nós já tivemos 57 conferências nacionais neste país. E quando nós fazemos conferências, não sou eu que invento uma conferência e convoco uma conferência. Primeiro, têm as conferências municipais, que tiram delegados para as conferências estaduais. Depois tem as conferências estaduais, que tiram delegados para a conferência nacional. E aí, 90% das coisas que nós fazemos são decisões emanadas da base, do seio das pessoas que ajudaram a criar toda uma nova conceituação de política social neste País. E por que nós fazemos isso? Porque nós não podemos aceitar que a troca de um governo por outro governo signifique as pessoas perderem a conquista que tiveram. E só não vão perder se a sociedade participar.

Mas era importante também que vocês conhecessem o que está sendo feito na educação neste País. Era muito importante. Eu não sei se está aqui o ministro da Educação, em algum momento, mas era muito importante para que as pessoas tenham dimensão do que está sendo feito; na área da Saúde, o que está sendo feito. Se vocês, que são convidados estrangeiros, interagirem conosco, saberem o que nós estamos fazendo e nós aprendermos o que vocês estão fazendo, quando nós chegarmos em uma reunião da Unasul, em uma reunião do Mercosul, em uma reunião com a União Européia, nós temos que, em algum momento, discutir política social.

Nós estamos brigando que nem uns loucos para que o G-20 convoque a OIT para participar da discussão do novo ordenamento econômico mundial porque, vamos ser francos, as pessoas não tinham o hábito de ter relação com



o movimento social. Não é um hábito da política mundial, é hábito de poucos países, de poucos governantes. E vejam que absurdo: eu não sei se tem alguém aqui da América Central, não sei se tem alguém de um país aqui, mas um país, um país que tem uma carga tributária de apenas 10% ou de 8% não pode fazer política social porque o Estado não existe. E as pessoas precisam aprender, porque a contradição de quem vem aqui pedir para a gente ter uma carga tributária pequena, são os empresários dos países que têm a maior carga tributária do mundo e o maior Estado de bem-estar social do mundo. Ou nós enfrentamos esse debate com altivez e com responsabilidade... Eu chego em país em que eles me falam: “Presidente Lula, *nosotros estamos creciendo mas o menos* a uma taxa de 10% há não sei quantos anos, 8% há não sei quantos anos”. Mas qual é a política social, companheiro? Não tem. Não tem por quê? Porque a carga tributária é de apenas 10%, 9%, 12%. Vamos ver quanto é a carga tributária na Alemanha, no Reino Unido, na França, na Suécia, na Itália, nos Estados Unidos, no Canadá. Vamos ver quanto é a carga tributária para a gente perceber porque lá tem políticas sociais e por que nos países pobres não tem políticas sociais? É porque não tem Estado. O Estado, no fundo, no fundo, se transforma em um instrumento para atender os interesses dos ricos de cada país mais pobre.

Essa é uma coisa que nós temos que discutir, porque eu quero que as pessoas, quando voltem para os seus países, comecem a fazer esse debate. Quanto mais fraco for o Estado, menos política social faz o Estado. É uma contradição maluca. Aliás, não tem nenhum Estado [com] carga tributária baixa que seja rico. Eu sei que aqui tem economista. Amanhã pode dizer: “Esse presidente é um ignorante. Está cheio de países que cobram zero de imposto e são ricos”. É rico quem deveria pagar imposto, mas o Estado não é. O Estado é fraco, não tem boa educação, não tem boa saúde, não tem política social. Esse é o dado concreto e objetivo.

Eu, como disse que não ia falar e exagerei... O meu discurso aqui fala



de crise econômica, fala de uma série de coisas que não é o momento aqui. Mas eu, Patrus, sem ser convidado, sem estar no folder aqui... porque a minha participação termina hoje. Eu estou sabendo que o encerramento é na sexta-feira, sexta-feira. Não, é à tarde. Não marquem para ir embora mais cedo, não. O encerramento está marcado aqui, *Sessão Especial: O lugar do Estado e das Políticas Sociais para o Desenvolvimento*. O embaixador Samuel Pinheiro é o coordenador, vai falar o Patrus Ananias, vai falar a Laís Abramo. É exatamente aqui. Voltaremos eu e ela, voltaremos eu e ela aqui. Eu quero voltar, pelo seguinte: eu estava achando que não era correto a gente fazer a abertura, falando das coisas no Brasil, sem que antes a gente ouvisse as coisas de outros países, para que a gente pudesse mensurar como a gente vai fazer. Eu estou convencido, estou convencido de que o momento é agora. Ou nós aproveitamos essa crise mundial e fazemos o debate que nós temos que fazer, e convencemos os governantes que nós temos que convencer de que ou nós fazemos política social para enfrentar a crise econômica ou não enfrentaremos...

Aqui neste País, e não posso falar por outro país, aqui no Brasil quem sustentou a crise econômica para não causar o estrago que a crise econômica causou em outros países foi o povo brasileiro consumindo e o Estado brasileiro investindo. Foi quem causou [sustentou] essa crise. Essa crise trouxe um benefício para todos nós, que é para a gente firmar a convicção de que não existia “deus-mercado”, que o mercado não podia tudo, não sabia de tudo, e na hora que o alicate apertou, quem teve a confiança do povo e quem teve que fazer intervenção na economia foi exatamente o Estado, que foi desacreditado durante tanto tempo pelo Consenso de Washington, pelas políticas neoliberais.

E é muito engraçado, é muito engraçado que quando tinha crise no Brasil, na Rússia, no México, quando tinha crise nesses países, que envolvia U\$ 30 bilhões de dólares, U\$ 40 bilhões de dólares, todo mundo sabia como resolver ou dar palpite como a gente tinha que resolver. Agora, quando a crise



foi nos países ricos, ninguém falou nada. O FMI não tinha solução para a crise, o Banco Mundial não tinha solução para a crise. E o que é mais importante: nem os presidentes tinham. Porque todos nós estávamos com os ouvidos empenhados de tanta coisa: “o mercado resolve, o mercado faz, o mercado resolve, o mercado faz...” Quando, na verdade, se o mercado pode tudo, para quê governo? Para quê governo? Quem vai para a rua pedir voto é o ser humano, é o político. Quem assume compromisso é o político, e depois o mercado governa? O mercado governa os seus interesses; os interesses da sociedade governa um governo que seja decente, democrático e comprometido com o povo. Por isso, considerem que a minha participação aqui não valeu, a minha não valeu. Isso aqui foi só uma *avant-première*, porque nós vamos vir mais preparados para falar muito mais coisas do que estamos fazendo, porque eu acho extremamente importante. Eu acho que as experiências do Brasil serão muito úteis a outros países, desde que tenha ajuda financeira. Por exemplo, o Brasil e outros países... Imaginem se cada país rico do mundo adotasse um país africano para a gente fazer um projeto de desenvolvimento. Um projeto, um projeto agrícola. Imaginem uma grande cooperativa, se cada país rico estivesse disposto a fazer um projeto. Não é dar dinheiro para os presidentes, não, porque depois nós temos muitas denúncias de que tem corrupção. Não é dar dinheiro, não. É pensar um projeto, um projeto de desenvolvimento, e dizer: vai custar US\$ 300 milhões? Vai. Quem vai bancar esse projeto? Junta dois, três países e bancam aquele projeto. Se a gente não fizer isso, essa crise econômica, do jeito que está, pode até diminuir, mas os países que eram pobres vão ter muito mais dificuldades daqui para a frente porque aumentou o número de pobres em cem milhões, por conta da crise econômica. Em alguns países do mundo, o Estado de bem-estar social garante a comida de cada dia. Mas em um país africano pobre, quem garante o alimento de cada dia, se eles já não comiam antes da crise?

Então, eu acho que essa discussão é que nós, governantes e



movimento social, temos que aprofundar porque nós precisamos mudar o paradigma das discussões políticas e econômicas no mundo, se a gente quiser fazer mais e fazer melhor.

Por isso, eu quero voltar na sexta-feira, quero voltar. Mas queria pedir também para os companheiros que vão falar: se alguém quiser falar mal do governo, não se iniba porque eu vou voltar na sexta-feira. Não sei se vocês perceberam que a minha orelha é meio caída de tanto ouvir as pessoas falarem mal de mim. E nós não preocupamos com isso. Para nós, o que vale é o aprendizado com que a gente sai depois de uma divergência, depois de uma concordância ou depois de uma discordância. O que é importante é que, certamente, a gente aprende um pouquinho mais. Basta saber utilizar o aprendizado.

Por isso, meus agradecimentos, Patrus, e meus parabéns a vocês. Estaremos juntos na sexta-feira. Um abraço.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Simpósio Internacional “Políticas Sociais para o Desenvolvimento: Superar a Pobreza e Promover a Inclusão”

Brasília Alvorada Hotel – Brasília-DF, 07 de agosto de 2009

Agora eu vou... Me deem 30 minutos para eu pensar o que vou falar agora porque, como eu já falei ontem, eu não quero – quarta-feira –, eu não quero ser repetitivo.

Primeiro, Patrus, dizer para você que a realização de um seminário em que se coloca, de forma desnuda, as políticas sociais que o governo vem fazendo, não é apenas um gesto de coragem, mas um gesto de disposição de mostrar a nossa força e a nossa fraqueza, a nossa competência e a nossa incompetência. E também discutir o limite do possível, daquilo que é possível fazer, dentro de um governo, em um mandato de quatro anos ou em um mandato de oito anos.

Aos especialistas que vieram aqui, os meus agradecimentos, sobretudo quem veio de outro país, que viajou de avião e que só teve 20 minutos para falar, 15 minutos. Eu, uma vez, viajei daqui para Hamburgo para falar sete minutos. Eu disse aos companheiros que era melhor eu mandar por escrito do que eu atravessar o Atlântico para ir e para voltar, para sete minutos.

Mas eu acho que não é nem tanto o que vocês falaram ou o que vocês ouviram, mas é a interação que vocês fazem com pessoas que têm o mesmo trabalho que vocês em outros países, porque não é simples essas discussões acontecerem entre os presidentes da República. Ou seja, nós temos sempre tantas coisas para discutir que sempre as questões sociais não são discutidas nas reuniões dos presidentes da República, muitas vezes as questões sindicais não são discutidas. Nós demos um avanço extraordinário no Mercosul com o Fórum Social e com o Fórum Sindical, em que eles apresentam para nós a



reivindicação de cada período, de uma reunião até a próxima reunião.

Então, muito obrigado aos companheiros que vieram aqui, e muito obrigado aos delegados e delegadas brasileiros e brasileiras que vieram aqui, porque eu sei que do comportamento de vocês, do trabalho de vocês é que, muitas vezes, resulta o sucesso de políticas no âmbito municipal, no âmbito federal e no âmbito estadual.

Quando chegar o dia 31 de dezembro de 2010, cada ministro meu ou ministra já está avisado que eu quero registrado em cartório tudo o que eles fizeram no período do meu governo, tudo. Cada centavo aplicado, cada coisa feita no governo, a fotografia será registrada em cartório, porque eu quero entregar para o próximo governo, quero entregar para as universidades, quero entregar para os movimentos sociais, quero entregar para as instituições nacionais como OAB, CNBB, as centrais sindicais, quero entregar às instituições multilaterais como OIT e como Unesco, na Secretaria-Geral das Nações Unidas. Uma coisa que eu acho que é importante deixar como legado para quem vier [depois] de nós é um novo paradigma, ou seja, a pessoa terá que olhar e contar até dez porque ela tem que fazer mais do que nós fizemos. Se fizer menos, vai ter uma vida muito curta no governo.

Então, o que nós queremos é registrar um paradigma para que todo mundo possa cobrar: se fulano pôde fazer cinco, por que beltrano não pode fazer seis? E nós irmos elevando o paradigma de possibilidade deste país até que a gente atinja o estágio considerado civilizado para as conquistas da melhoria de vida da sociedade brasileira. Essa é uma coisa extremamente importante. Outra coisa importante que nós vamos deixar como legado neste país é a boa relação entre os entes federados do País, entre o governo federal, prefeituras e governos estaduais. Vocês sabem que nós tivemos uma briga de meses, não é, Patrus, de meses, quando nós resolvemos criar o Bolsa Família. Porque tinha gente que achava que a gente tinha que ficar com o nome Fome Zero e a gente dizia que o Bolsa Família era uma aspa do guarda-chuva



aberto, que tem tantas outras aspas. E a gente dizia mais ainda, a gente dizia que não era possível a gente colocar em prática todas as políticas que a gente queria colocar se não houvesse uma confiança de que através das prefeituras, independentemente do partido que fosse o prefeito, a gente poderia executar nossas políticas. Houve muitas polêmicas, houve muita gente nossa machucada porque achava que era o movimento social que tinha que fazer, e nós tínhamos um problema enorme no Brasil, de políticas públicas, que era a questão da seriedade do cadastramento das coisas que nós tínhamos que fazer neste país.

Nós conseguimos vencer essa primeira barreira fazendo com que as prefeituras e os estados, sem perguntar a que partido pertenciam, se transformassem em parceiros na elaboração e na execução das políticas públicas brasileiras. É por isso que também nós temos tido um sucesso nas políticas públicas, por conta da quantidade de gente – e não apenas um Ministério, e não apenas o governo federal – que está envolvida na elaboração desse programa, na sua execução e na sua fiscalização.

Muito importante também é o conjunto de compromissos assumidos do governo com a sociedade brasileira. Eu posso dizer para vocês que grande parte do que nós estamos fazendo aqui neste país não é uma coisa resultante da nossa cabeça. É uma coisa resultante da nossa história, da nossa convivência com os movimentos sociais brasileiros, das nossas greves, das nossas passeatas, das nossas quantidades enormes de seminários ao longo de dez, 15 ou 20 anos. Cada um aqui tem pelo menos uns 20 anos de experiência de se reunir, de falar mal do governo, de fazer pauta de reivindicação, de cobrar as coisas, e nós agora estamos conseguindo colocar parte daquilo, ainda não tudo, como programa de governo. E precisamos, como discutimos outro dia no governo, Patrus, consagrar todas essas políticas em uma lei para que não possa nenhum engraçadinho tentar destruir essas coisas.

Bem, ontem, quando eu estava falando aqui, ou quarta-feira, faz de



conta que foi ontem, não tem importância, a Bolsa não vai subir nem vai cair se eu falar “terça” ou “quarta”. É que eu estou tão próximo de vocês que eu achei que era hoje que eu tinha vindo aqui, de manhã. Mas, quando eu estava falando na abertura, eu estava receoso de que, sobretudo os convidados estrangeiros, saíssem daqui sem ter a plenitude das coisas que estão acontecendo neste país... e hoje parece que algumas coisas não aconteceram porque o ministro Fernando Haddad não pôde vir, porque o ministro Temporão não pôde vir, Samuel Pinheiro não pôde vir. Eu não sei por que não vieram, mas eu estou pedindo desculpas em nome deles, porque eles não vieram aqui.

Há uma coisa importante que vocês precisam saber, porque não é uma coisa, duas coisas ou três coisas. São algumas dezenas de coisas que acontecem neste país e que eu posso dizer para vocês que nem eu, nem o Patrus e nenhum ministro tem uma visão do conjunto de coisas que acontece, de políticas públicas, neste país. Eu até pedi para que o Patrus fizesse um filme do Ministério dele, e cada ministro fizesse um filme contando tudo o que está sendo feito em cada área, para que a gente pudesse dar a todas as pessoas que quiserem uma visão do conjunto da obra que ainda está longe de ser concluída, mas que está com o alicerce sólido e que só tende a melhorar daqui para a frente.

Por exemplo, era importante que os companheiros, ao saírem daqui, soubessem que eu tinha muito medo do segundo mandato. Uma das razões pelas quais, a vida inteira, eu fui contra a reeleição, não era porque eu era oposição, porque é muito fácil a gente ser contra a reeleição quando a gente é oposição. Quando a gente está no governo, é mais fácil a gente defender a reeleição. Mas uma das coisas que eu era contra é porque eu sempre tive a preocupação de que, no segundo mandato, ao começar a fazer a mesmice do primeiro, você poderia desencantar e, desencantando, você poderia frustrar toda uma expectativa de uma grande parte da população que tinha votado em



você no segundo mandato, para que você fizesse mais do que você tinha feito no primeiro.

Todos vocês acompanharam, os brasileiros, as inquietações que nós tivemos aqui em 2005. Todo mundo acompanhou o que fizeram com o governo em 2005. Todo mundo sabe quantas vezes as nossas políticas públicas foram negadas, de formas mentirosas, às vezes até escondidas. Eu dizia... Às vezes aparecia um ministro nervoso. O Patrus falava: “Não, mas eu não dou entrevista, mas ninguém me procura. Eu falo e não publicam”. Eu falava: Patrus, não se preocupe, não se preocupe porque a coisa está plantada, Patrus. Ela vai brotar, ela vai brotar. Continue trabalhando, que a surpresa não vai ser sua. A surpresa vai ser de quem negou, o tempo inteiro, a política. Quando ela germinar, eles vão pensar: “O que nós vamos dizer agora?” E começaram... E no final do meu primeiro mandato, aí, então, descobriram a grande obra: o Bolsa Família é para ajudar o Lula a ter o segundo mandato. Poderiam ter descoberto isso no começo, poderiam ter feito as críticas no começo, mas somente quando descobriram que tinha dado certo é que, então, enveredaram pelo viés da questão política.

Eu dizia também aos companheiros que quando a gente tem afinidade com o movimento social, quando a gente planta uma coisa... Eu lembro que muitas vezes me fizeram piadas porque eu citava sempre essa questão da planta: um pé de jabuticaba leva até 17 anos para dar, mas ele não dará nunca, se você não plantar. Plante e irrigue, que um dia você vai chupar uma jabuticaba. Política pública é a mesma coisa. Ela não acontece tão rapidamente como a gente gostaria que ela acontecesse, ela tem um tempo de maturação, ela tem um tempo de envolvimento das pessoas. E aí, quando ela começa a dar certo, fica muito mais fácil todo mundo perceber como ela evolui.

Eu tive uma noção do avanço do governo quando, no segundo mandato, eu pedi para que todos os ministros fizessem o PAC da sua área. O PAC era para ser utilizado em 2006. O PAC era para ter sido lançado em 2006, e eu



resolvi, por orientação de um companheiro de Comunicação que eu prezo muito: “Olha, Presidente, o senhor não vai precisar disso para ganhar as eleições. Se o senhor lançar ele agora, vai dar a impressão de que é uma peça eminentemente eleitoreira. Então, deixe o PAC para depois”. E nós lançamos o PAC no dia 22 de janeiro de 2007.

E hoje eu posso dizer para vocês que já vamos começar a preparar o PAC 2011 a 2015. Para que nós vamos fazer? Para planejar, disponibilizar verba, colocar no Plano Plurianual, colocar na LDO e já deixar verba no Orçamento de 2011, para que a pessoa que vai começar a governar não tenha apenas as obras que nós já iniciamos, mas que tenha um conjunto de obras a ser pensado por mais quatro, cinco ou oito anos. Porque uma das coisas graves que nós tivemos no Brasil, Patrus, foi a ausência de projeto. Entre nós lançarmos o PAC, dizermos quais eram as cidades prioritárias para receber o dinheiro do PAC, com projeto, nós demoramos praticamente um ano e meio, porque os prefeitos entregavam as necessidades, mas não tinham projeto. E vocês sabem que sem projeto nem nós podemos financiar, e muito menos a obra pode ser executada.

Então nós temos muita coisa que vai começar a produzir grandes efeitos na sociedade brasileira agora. Eu poderia dizer para vocês que o investimento em favelas, que nós estamos fazendo em quatro anos, se tivesse sido feito 20 anos atrás pelos vários governos sucessivos, nós não teríamos mais favelas no Brasil. Nós, hoje, estamos investindo uma fortuna para fazer reparação da irresponsabilidade dos governantes que governaram este país nos últimos 40 anos, porque favela era bonito, era poético. Quantas músicas de sucesso nós tivemos, fazendo apologia das favelas? Isso, quando eram poucas, quando eram algumas. Em São Paulo tinha duas famosas: a da Vila Prudente e a da Vergueiro, eram as duas grandes favelas. Hoje são mais de 2 milhões de paulistas que moram espalhados em favelas, em situações mais degradantes, não-poéticas e violentas.



Isso, porque muito mais do que qualquer crise econômica, a crise de desagregação da estrutura social deste país, a partir da família, foi muito grande nos últimos 30 anos. E aí, de vez em quando – eu sei que as pessoas não gostam – mas eu fico perguntando: de quem é a culpa por tanta desagregação?

Ora, se nós formos imaginar que ficamos 20 anos, praticamente, sem a economia brasileira crescer, sem fazer distribuição de renda e o número de desempregados aumentando cada vez mais, sem fazer nenhuma universidade nova, sem criar perspectiva de as crianças e de os adolescentes poderem estudar, qual é a oferta de oportunidades que nós estaríamos fazendo para essa juventude? Não existia a figura do Estado de corpo presencial na vida das pessoas. Muitas vezes, existia a vida [figura] do Estado quando a polícia tinha que entrar de forma abrupta e muito violenta, batendo em inocente, porque os culpados já não estavam mais lá.

Como é, então, que nós iríamos ganhar confiança desse segmento da sociedade que nós queríamos trair? Qual é o papel que joga a televisão brasileira, da formação da estrutura da família, onde pai fica desempregado, mãe fica desempregada, um bebe, o outro bebe, bate no filho, o filho sai de casa? Porque muitas vezes é mais confortável morar na rua do que aguentar um padrasto ou aguentar uma família desagregada. Como reconstruir esse exército de pessoas que foram abandonadas?

Se vocês assistirem à televisão, vocês vão perceber que grande parte das pessoas que são presas são jovens. São esses jovens os culpados? Ou os culpados foram aqueles que governaram este país e não deram o mínimo de atenção para evitar que o futuro da nação se perdesse antes de chegar o seu momento de fazer o papel de presente da nação?

Bem, tudo isso nós estamos querendo desnudar para ver se a gente consegue, mais rapidamente, consertar a situação do nosso país. É por isso que eu lamento que o companheiro Fernando Haddad não tenha vindo ontem



para falar um pouco do que está acontecendo na Educação brasileira. Se a gente tiver mais dez ou 15 anos com essa política de Educação, nós poderemos estar comparados aos melhores níveis dos melhores países do mundo, na área da Educação. O problema é que nós tivemos governantes que passaram quatro anos e não fizeram uma universidade. Nós tivemos outros que passaram o tempo e aprovaram no Congresso, mas não montaram a universidade. Parece uma coisa... uma ironia do destino que seja exatamente, acho que o primeiro governo no mundo, acho que na história da Humanidade, em que você tem um presidente e um vice-presidente que não têm diploma universitário e que mais estão investindo na Educação do nosso país.

Possivelmente... O José Alencar também não tem diploma, ele não tem diploma também. Então, você imagine... Obviamente que eu não estou fazendo apologia de quem não tem diploma porque eu gostaria que... Você não imagina como eu gostaria de ser economista, Cassel. Eu adoraria ser economista porque a coisa mais fantástica é ser economista de oposição. Durante 30 anos da minha vida, eu fazia reunião todos os meses com mais de vinte economistas, os melhores que vocês possam pensar, do País. Eu não sei por que eu fui candidato em 2002, porque de cada reunião do diretório, de que eu participava, depois da avaliação econômica eu ia para casa falando: puxa vida, se eles disseram que o Brasil vai acabar, que o Brasil não tem mais jeito, que o Brasil está quebrado, por que eu vou pegar essa “pepinosa”?

Bem, e quando chega na situação, a gente tem uma coisa importante: é que entre o “eu acho”, o “eu penso”, o “eu acredito”, você tem o “eu faço” ou “não faço”, em função do que você está na mão para fazer. O teórico pode dizer: “Olhe, se eu tivesse aquela garrucha na mão, eu mataria 80 pássaros de uma vez”. O atirador sabe que só tem uma bala e que só pode matar um. Se tentar matar dois de uma vez, vai errar os dois e não vai matar nenhum.

Então, nós fizemos essas opções no nosso país. Eu sou da geração, Laís, eu sou da geração que dizia: o bolo tem que crescer para, depois,



distribuir. E olha que este país cresceu 14% ao ano em 1970, e foi exatamente a partir de 1970 que começou o maior arrocho salarial neste país. Eu sou de um tempo de pleno emprego neste país. Eu sou de um tempo em que lá em São Bernardo do Campo, uma empresa mandava Kombi ou mandava ônibus, com megafone, na porta da outra empresa, convidar trabalhadores para oferecer mais salário. E ainda assim o salário era arrochado, e ainda assim nós não resolvemos o problema social deste país, porque em vez de pensar em fazer um mínimo de distribuição, se fez o máximo de concentração. E o resultado todos aqui conhecem, foi nefasto, quando a partir de 1980 nós ficamos reféns da nossa dívida externa.

Pois bem, vou dar alguns dados para vocês, importantes. Na área da educação, a primeira faculdade feita no Brasil, me parece que foi em 1808, por Dom João VI. Deve ter sido uma faculdade de Direito ou de Medicina, nunca uma de Assistência Social. Naquele tempo não precisava de assistente social.

Pois bem, de lá até 2003, o máximo que nós atingimos de renovação de vagas nas universidades públicas foi 123 mil alunos. Era o que renovava, nos últimos anos, na universidade brasileira. Nós, este ano, renovamos 228 mil novas vagas nas universidades federais. Mais importante: nós temos 12 universidades federais novas, duas que estão sendo aprovadas no Congresso Nacional, e eu quero começá-las antes de terminar o meu mandato para poder trazer governantes africanos aqui, que será uma universidade de afrodescendentes. Será montada na cidade de Redenção, no estado do Ceará, que foi onde houve a primeira movimentação para a libertação dos escravos. E ali nós queremos fazer uma universidade de por volta de 10 mil alunos – 5 mil africanos, 5 mil brasileiros – e tentar fazer uma interação, fazer... interagir com os países, na verdade, por uma razão: nós não queremos que os estudantes africanos venham para o Brasil e fiquem no Brasil, porque chegam aqui, arrumam logo uma namoradinha e aí não querem voltar. O que nós queremos é que eles venham aprender aqui para prestar serviço no seu país, sobretudo



na área da saúde, da engenharia agrônoma, de técnica de agronomia, de enfermagem. Ou seja, o que nós queremos é que eles possam prestar serviço ao seu país.

E aí nós queremos discutir como fazer com que eles estudem um ano aqui e estudem um ano lá, para eles não perderem o chão do seu país. Daqui a pouco eles fazem que nem jogador de futebol que joga no estrangeiro: não sente mais nenhum orgulho de vestir a camisa da Seleção. Então, nós queremos que eles... E a outra será a Unila, que será uma universidade da América Latina feita no Brasil, com currículo latino-americano, com história latino-americana, com estudantes latino-americanos e com professores latino-americanos.

Além disso, quem é do interior sabe que nós terminaremos 2010 com 105 campi avançados. Ou seja, são 105 extensões universitárias, fazendo com que as universidades federais se espriem pelo conjunto dos estados, para garantir oportunidade para as pessoas do interior terem acesso à universidade. E se a coisa andar como a gente pensa, daqui a cinco ou daqui a dez anos, esse campus será, na verdade, transformado em uma nova universidade, que vai criar um novo campus, e aí a gente vai atingir a plenitude das necessidades deste país.

Uma outra coisa importante na questão da Educação: as escolas técnicas profissionais. É importante que os companheiros convidados saibam que neste país, em 1998, aprovaram uma lei tirando do governo federal a responsabilidade pelo ensino técnico-profissional. Nós, em 2004, mudamos a Lei e voltamos a assumir a responsabilidade pelas escolas técnicas e pelos institutos federais de tecnologia. Pois bem, o que aconteceu? A primeira escola técnica do Brasil foi feita pelo presidente Nilo Peçanha, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. De 1909 até 2003 foram construídas no Brasil 140 escolas técnicas. Nós vamos entregar o País com 214 escolas técnicas novas feitas neste país. Só para se ter ideia, o estado do Rio Grande



do Norte – eu estou indo para lá, acho que nos próximos dez ou 15 dias –, as sete destinadas ao Rio Grande do Norte estão prontas para serem inauguradas. E, daqui para a frente, até o final do ano, nós vamos inaugurar mais 60, ficando 50 para a gente inaugurar no próximo ano.

Mas nós achamos que era preciso cuidar de outras coisas: fazer com que as crianças entrassem na escola com seis anos de idade, porque tinha um descompasso entre o filho da classe média e o filho do pobre. O filho da classe média podia fazer uma pré-escola. Então, quando ele atingia sete anos de idade, que ele ia para a escola, ele já tinha contato, já era alfabetizado, já sabia o que era lápis, o que era caderno, o que era borracha. E o filho do pobre, que entrava aos sete anos e, às vezes, tinha completado sete anos no meio do ano, só ia entrar no outro ano, já com sete anos e meio, ele entrava totalmente analfabeto. Aí você dizia: “Ah, mas aquele “negritinho” ali é burro. Aquele ali é inteligente”. Quando, na verdade, não tinha nem burro nem inteligente. Tinha um que tinha tido oportunidade de ter um aprendizado mais rápido e o outro que não tinha tido essa oportunidade. Nós consagramos isso.

E agora nós estamos com uma coisa extremamente importante, que é tentar universalizar o Brasil da pré-escola até o ensino técnico, ou seja, nós estamos... o governo federal está financiando, até 2010, 1.500 creches. Eu fui agora à Campina Grande ver a primeira. Ou seja, 1.500 creches que nós damos o dinheiro para os prefeitos fazerem, e nós queremos criar as condições dessa tal de independência que tantas mulheres reivindicam, de elas terem onde deixar o seu filho para ir trabalhar sem precisar ficar amarrando o moleque ao pé da mesa ou pagando o trabalho escravo para uma menor, sobretudo nos estados mais pobres, para ganhar R\$ 100,00 para tomar conta do filho. Então, nós queremos criar essa tranquilidade.

Nós já temos 1.500 contratadas, algumas já estão sendo feitas e, certamente, este ano nós vamos inaugurar uma série delas. E também nós achamos que a partir daí não tem como nenhum presidente voltar atrás. Quem



chegar aqui vai ter que fazer, porque o povo também parece que aprendeu a cobrar. Se aprendeu a cobrar... Antigamente, vocês tinham o direito de protestar, não é isso? Mas poucas vezes tinham com quem conversar, poucas vezes tiveram com quem conversar ou foram atendidas.

Para os convidados estrangeiros... Neste país, nem prefeito era recebido pelo presidente da República. Os prefeitos faziam marcha aqui em Brasília, não eram recebidos. Aliás, eu vou contar uma novidade para vocês: nunca os presidentes da República deste país receberam reitores. Se recebiam, era um, porque achavam que dois juntos era uma pauta de reivindicação. Nós, desde que estamos aqui, todos os anos nós fazemos reunião com todos os magníficos reitores de todas as universidades federais e com todos os diretores das escolas técnicas deste país. E não pensem que este dedo aqui eu perdi na reunião com eles, isso aqui eu perdi quando eu tinha 17 anos, na Metalúrgica Independência.

Então, neste país criou-se o hábito de não se conversar com as pessoas. É essa mudança na relação que nós estamos criando com a sociedade que vai permitir a gente construir um novo patamar na relação entre Estado e sociedade, entre governo e sociedade.

Uma outra coisa que eu considero extremamente importante, companheiro Patrus... Qual é o meu tempo, Patrus? Uma outra coisa... Eu brinco muito, e não brinco só com os meus ministros, não. Eu brinco com o Chávez, eu brinco com o Evo Morales, com o Lugo, com a Cristina, com o Obama. É o seguinte, é o seguinte: eu penso que... eu nunca tinha ouvido falar nas palavras “crédito consignado”. E olha, gente, que eu me reúno com gente de qualidade. Se vocês imaginarem os economistas com quem eu me reunia – figuras extraordinárias como Aloizio Mercadante, Paul Singer, Maria da Conceição Tavares, Paulo Nogueira Batista, Belluzzo, Luciano Coutinho, e por aí – a escola do que a gente tinha de melhor neste país em figuras públicas, do tempo em que economista dava entrevista na televisão, porque agora é só, é



só... como se chama? Analista de mercado. Você não vê mais economista falando na televisão, é só analista de mercado.

Pois bem, nesse tempo, eu nunca tinha ouvido falar as palavras “crédito consignado”. Ora, do que saiu essa coisa do crédito consignado? De uma conversa entre eu e os sindicalistas. Se nós somos um país, um regime capitalista, em que as pessoas precisam de dinheiro... Aqui não tem “tarjeta” para você comprar. Ou você tem dinheiro ou não tem. Como é que nós vamos fazer isso? Como é que o pobre tem acesso a banco? Eu não sei, Ricardo, se você tem o número. Eu falei agora com o Ministro da Fazenda. Desde que nós começamos, o crédito consignado representa... já tem, de crédito, R\$ 90 bilhões na mão do povo deste país, R\$ 90 bilhões. Aposentados, trabalhadores de empresas privadas, trabalhadores dos bancos, vão lá e pegam R\$ 1.000, R\$ 2.000, R\$ 3.000. No governo, de vez em quando, o Dulci vai pendurado no crédito consignado; o Gilbertinho Carvalho, de vez em quando, fica pendurado no crédito consignado. Eu ainda não entrei no crédito consignado, mas estou preparando para, quando deixar a Presidência, tomar um primeiro financiamento para manter os primeiros meses de vida, porque eu estou desgraçado: se eu deixar a Presidência e tiver que viver de palestra... Os sindicatos pedem para eu pagar até a minha passagem para ir fazer palestra. Como é que eu vou? Mas tem gente chique aí que diz que ganha US\$ 200 mil, US\$ 150 mil. Eu, se ganhar dois contos, já está demais para mim.

Mas, de qualquer forma, o crédito consignado foi uma revolução. Um dado importante que, muitas vezes, não aparece. Quando eu cheguei na Presidência deste país, todo o crédito disponibilizado no Brasil era de R\$ 380 bilhões. Hoje, só o Banco do Brasil tem R\$ 300 bilhões de crédito. Ou seja, o Banco do Brasil, hoje, tem a mesma quantidade de crédito que o Brasil inteiro tinha, seis anos atrás.

Ontem eu fiz uma reunião do “Minha Casa, Minha Vida”. Anteontem, acho que foi, reunião do “Minha Casa, Minha Vida”. A Caixa Econômica, em



agosto deste ano, já atingiu a quantidade de dinheiro que ela contratou o ano inteiro, no ano passado. A verdade é que nós não estamos fazendo muito, mas nunca antes na história deste país alguém investiu tanto em saneamento básico como nós estamos investindo.

Duvido que qualquer prefeito do PFL, do PSDB, do PPS, de qualquer partido de oposição, duvido que em algum momento das administrações deles, eles tiveram do governo federal 10% do tratamento que nós damos para eles. Não sei se aqui tem prefeito, mas a verdade é que nós temos uma parceria, uma relação, que isso resulta, Patrus, em políticas sociais. Porque não adianta a União estar muito forte se os estados estiverem fracos e se os municípios não tiverem capacidade de fazer nada. É preciso que todos tenham condições de fazer um pouco. Ou seja, o fato de a gente ter passado o transporte escolar diretamente para a mão do prefeito, sem passar pelo governador, ou seja, nós fizemos o dinheiro chegar na mão do interessado, em vez de passar na mão de alguém e parar no caminho.

O Guilherme Cassel deve ter falado aqui da agricultura familiar e deve ter empolgado, porque o que nós estamos fazendo ali é uma coisa extremamente espetacular. Eu não sei se ele falou para vocês do Territórios da Cidadania, ou se tem gente aqui que pertence a algum Território da Cidadania. O Territórios da Cidadania é a coisa... Eu tenho 30 anos de militância política, 30 e picos, 30 e alguma coisa, mas já fiz... Acho que não tem ninguém que tenha feito pauta de reivindicação mais do que eu. Eu aprendi a fazer pauta de reivindicação há muito tempo, mas não conheço nenhum programa melhor elaborado que o Territórios da Cidadania. Ele está apenas há um ano em funcionamento. Se der certo o Territórios da Cidadania, Patrus, quem sabe, já no próximo ano, a gente pode fazer uma experiência de Territórios da Cidadania, como foi dito aqui no debate de ontem, na periferia dos grandes centros urbanos. Fazer o Territórios nos bairros das grandes capitais para que as pessoas possam receber a totalidade das políticas públicas, porque não



pode chegar uma unha para depois chegar a outra unha, ou chegar a unha do pé. Tem que chegar tudo junto para que a gente veja uma coisa bonita, tem que ser tudo de uma vez. Eu acho que a gente vai logo, logo, aprimorar a experiência do Territórios da Cidadania para os grandes centros urbanos, que eu gostaria...

Tem gente do Rio de Janeiro aqui? Olhem, eu vou dizer uma coisa para vocês. Eu estou torcendo mais para inaugurar as obras de Manguinhos, do Complexo do Alemão, de Pavão e Pavãozinho, do que a Copa do Mundo. Eu acho que na hora em que a gente inaugurar o que estamos fazendo em Manguinhos, o que estamos fazendo... Manguinhos era chamado a “Faixa de Gaza”, só para vocês verem o tipo de comportamento. É porque tinha um muro que dividia, de um lado a ferrovia, de outro lado... E ali era guerra. Nós estamos derrubando o muro, e ninguém quer que derrube o muro, os bandidos não querem. Nós vamos derrubar o muro, vamos fazer... onde hoje é palco de violência, fazer um centro de atividade cultural, de pequenos investidores, para que as pessoas possam...

Esses dias eu fiquei feliz porque eu fui no Rio de Janeiro e tinha manchete de um jornal que não gosta muito de nós, obviamente, que dizia assim: “Parece Tijuca, mas é o Complexo do Alemão”. Eu achei aquilo extraordinário. Eu acho que é importante que os estudiosos comecem a frequentar esse lugar porque São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador... Nunca as capitais deste país receberam a quantidade de dinheiro de investimento nos lugares mais pobres do que [como a que] nós estamos colocando. E nós achamos que não tem mais retorno. Criou uma carteira de investimentos, querida (incompreensível), uma carteira, ou seja, que é cada vez mais, mais dinheiro, cada vez mais, mais projetos. E eu penso que a gente pode, em dez, quinze anos, estar resolvendo esse problema crônico da periferia de São Paulo, da periferia do Rio, da Bahia, de Fortaleza, e tantas outras periferias que foram criadas por incompetência dos governantes, por



incompetência da política econômica e, sobretudo, por interesses políticos eleitoreiros, porque vereador, em época de eleição, manda ocupar em qualquer lugar, não quer saber se vai cair barranco, se vai encher um rio, e depois alguém tem que correr atrás do prejuízo.

Uma outra coisa importante, que eu pensei que era impossível fazer, que você poderia ter contado aqui. Você estava na OIT. Nós levamos um ano, coisa que eu não imaginava que pudesse acontecer, nós levamos um ano para fazer um acordo entre os usineiros e os trabalhadores da cana-de-açúcar. Vocês sabem que os gringos têm o hábito de achar que a gente é de segunda classe, não é isso? E vira e mexe eles falam: “Ah, mas o corte de cana é trabalho escravo”. Eu falo: é trabalho penoso. Eu lembro que teve uma pessoa aqui que levantou a questão do corte de cana como trabalho escravo, como trabalho... Eu falei: olha, minha filha, se você quiser dizer que o corte de cana é um trabalho braçal penoso, estamos de acordo. Agora, não é mais penoso do que eram as minas de carvão que enriqueceram o seu país, não era mais penoso. E o seu país virou uma potência porque os trabalhadores mergulhavam a 90 metros de profundidade para explodir dinamite, para viver 20 anos menos do que vive um cortador de cana, e eu nunca vi você reconhecer isso. Que trabalho era esse?

Nós fizemos um acordo, que é um marco extraordinário, porque é um acordo de adesão: 303 empresários aderiram no primeiro dia. Isso envolve quase 80% dos produtores e mais de 70% dos trabalhadores que vão ter, agora, água gelada, comida quente, banheiro, para trabalhar em uma jornada um pouco mais digna. Esse setor, vocês sabem que vai acabar. Esse setor do corte de cana vai acabar porque as máquinas vão entrar. Já tem estado que está até 12 anos... até 2012, 2014, vai acabar, e nós vamos ter, então, que pensar como formar profissionalmente essa gente para poder não deixá-la desempregada, porque não sabe fazer nada. Se o Estado não fizer, o Estado não vai conseguir que essas pessoas tenham emprego.



Bem, o Paulinho Vannuchi também não veio aqui, não, Patrus? Eu, na verdade, acho que nós vamos ter que produzir um material em espanhol. Aqui foi falado da Farmácia Popular, Arlete? Não? Essa é uma outra coisa extraordinária que nós temos. Nós temos dois tipos de Farmácia Popular. Nós temos uma Farmácia Popular que é feita pelo governo, e vendemos 112 tipos de remédios a 10% do valor do remédio no mercado. Mas aí nós encontramos uma forma mais fácil: em vez de a gente fazer uma farmácia do governo, nós fizemos convênio com as farmácias particulares, e já temos 7 mil e 952 farmácias espalhadas pelo Brasil que têm, no balcão delas, uma placa: Farmácia Popular. Naquela farmácia tem 92 tipos de remédios, que são os principais remédios para homens, para mulheres e para crianças que, se o remédio custar R\$ 90, a pessoa vai pagar 9. Se custar R\$ 9, a pessoa vai ganhar R\$ 0,09 e leva o remédio para casa. Isso aqui tem sido uma coisa extraordinária, porque eu cansei de ver gente neste país morrer, pegando a receita médica, não tendo o remédio no pronto-socorro e indo para casa, colocando ela no criado-mudo, e morrendo porque não tinha dinheiro para comprar o remédio. Essa é uma coisa que tem tido...

Um outro programa nosso, que é o de maior visibilidade e sucesso, é o Samu. O Samu é uma coisa excepcional. Já tem em todos os estados, já tem nos principais municípios-polo de cada estado e o atendimento tem sido extraordinário. Ontem eu falei para vocês do Luz para Todos.

Bem, a melhor novidade nossa agora... O Dulci não falou do ProJovem, falou, Patrus? O Dulci falou do ProJovem? A Arlete falou. O ProJovem é uma das possibilidades que nós queremos recuperar esse jovem de 15 a 24 anos de que você falou, esse jovem que já desistiu da escola, que não trabalha e não estuda. Nós estamos dando R\$ 100, tentando trazer ele de volta para a escola e dar a ele o ensino fundamental e, ao mesmo tempo, uma profissão, para levá-lo para o mercado de trabalho. Esse Programa, nós tivemos prefeitos de capitais que não tinham feito sequer uma inscrição, porque não tem como o



governo federal ir lá na periferia de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, ou de Pernambuco ou do Ceará inscrever os jovens. Tem que ser os prefeitos. E agora parece que ele está andando de forma extraordinária.

Mas, de tudo isso que eu estou falando para vocês, a coisa que mais me agradou aqui é o dia em que eu levei os catadores de papel dentro do Palácio do Planalto. O discurso feito pelo líder dos catadores de papel, só aquele discurso, não precisava mais nada, já valia a pena ter passado pela Presidência da República. Porque você ver um brasileiro dizer que jamais esperava ter entrado dentro do Palácio do Planalto e, no nosso governo, ele não só entrou como não me chamou de “Excelência”, não me chamou de “Presidente”, me chamou de “companheiro Lula”, e ainda fez uso da palavra e falou: “Isso aqui é uma coisa que vai marcar”. E todo final de ano, todo 23 de dezembro eu estou com os catadores de papel lá embaixo de um túnel, em São Paulo, comemorando o nosso Natal. Cada ano eles apresentam uma pauta de reivindicação, e cada ano nós atendemos a do ano anterior, e assim vamos levando a vida.

Pois bem, a coisa... Já pode levar para a OIT: ontem à noite eu vi uma briga, na televisão, de um restaurante não sei onde, um shopping, que tem umas pessoas que levavam cachorro e os fregueses achando que: “Então, cria um shopping para cachorro, que não vai entrar shopping aqui no cachorro... não vai entrar cachorro aqui nesse shopping, e tal”. Eu acho engraçado, eu fico se isso é evolução ou não. Um dia desses eu fui a Munique, estava jantando em um restaurante em Munique, o cidadão chegava com o seu cachorro, amarrava, o cachorrinho entrava embaixo da mesa, a família comia, saía com o cachorro, ia embora, ninguém reclamava.

Aqui no Brasil tem uma coisa que vocês vão achar fantástica. Vocês sabem que aqui no Brasil o cachorro não era considerado animal doméstico? Fomos nós que transformamos o melhor amigo do homem em um animal doméstico? Eu vou contar... Essa história é hilariante, é hilariante. Teve um



presidente da República que tinha um amigo que criava muito cachorro e ele vendia. E se fosse considerado animal doméstico, ele tinha que passar pela fiscalização sanitária, não é isso? Tinha que ser fiscalizado por médico, aquele negócio todo. Para não passar, então o cachorro virou um animal selvagem. Em 2003, o meu ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, fez a emenda na Lei para que o cachorro fosse considerado animal doméstico neste país.

Eu estou falando do cachorro, Patrus, porque eu me lembro do dia em que nós levamos todos os delegados da Conferência do Deficiente Visual dentro do Palácio, e tinha uma briga porque não deixavam os cachorros deles entrarem na igreja, não deixavam os cachorros deles entrarem no metrô, não deixavam os cachorros deles entrarem no shopping. Eu dizia: mas isso não é um cachorro, isso é o olho da pessoa. Então, para mostrar que eu não tinha preconceito, abrimos o Palácio do Planalto para os cachorros e os seus donos. Não, para os donos e os olhos dos donos.

O Brasil ainda é assim e nós estamos superando. No dia em que teve um congresso aí de GLTB [LGBT] – tem mais um “t” agora. Eu sei... Vocês não imaginam... Fui eu que convoquei a conferência por decreto, fui eu que convoquei a conferência por decreto. Vocês não imaginam a quantidade de avisos e sobreavisos que eu recebi: “Olha, Lula, não é bom. Ô, Lula, olha, você vai lá? É bom você não ir. Você vai tirar fotografia. Olha, rapaz, toma cuidado porque...”. Bem, olhe, eu, poucas vezes, poucas vezes, vi um encontro de tão alto nível e de tão alto teor político que [como] eu vi naquele encontro. Acho que até os companheiros fotógrafos da imprensa... Eu disse para o Stuckinha: o fotógrafo que foi para lá imaginando pegar uma cena absurda deve ter ficado com vergonha, porque não tem encontro de nenhum outro segmento que seja mais civilizado e de melhor ordem do que foi aquele encontro. Nós precisamos, aos poucos, ir quebrando o preconceito. Por que você ter vergonha de ir a um congresso GLTB [LGBT], se na época da eleição você não tem vergonha de pedir voto para eles? Por que você tem que ter vergonha se, na hora de eles



pagarem Imposto de Renda, eles pagam normalmente? Ninguém recusa Imposto de Renda.

Bem, e por último, companheiros, convidados estrangeiros, o ProUni. O ProUni é a mais importante revolução na Educação, neste momento, no País. É uma ideia daquelas geniais, e ele hoje tem 545 mil alunos, 545 mil. Este ano se formaram os primeiros 56 mil estudantes do ProUni, dos quais 40% meninas e meninos negros. Muito mais eficaz do que as cotas que nós tanto brigamos, na universidades federais. E nós vamos chegar, até 2010, a 720 mil alunos do ProUni.

Essa é uma coisa inusitada, é uma coisa que poderia ser levada a cabo em qualquer país da América do Sul, que tenha universidade privada. Vocês sabem que houve, no País, um momento em que achavam que tinha que privatizar, que o mercado resolveria o problema da Educação, não é isso? São Paulo, que é o estado mais evoluído do Brasil, 82% dos estudantes universitários estão em escola privada, no estado mais importante do Brasil. A média nacional deve chegar a 65%, 67% de estudantes. Nós, graças a Deus, estamos revertendo essa situação, e eu espero que daqui a uns dez anos a gente tenha mais da metade dos estudantes brasileiros exigindo ou tendo o benefício que está na Constituição, de ensino público e gratuito para todo mundo.

Aqui, também... A última coisa que eu vou dizer, porque eu tenho uma reunião ainda hoje. A única coisa que eu vou dizer para vocês é o seguinte: tem muita gente que às vezes faz crítica à política social, e eu conheço isso desde o tempo do movimento sindical. Tudo que a gente vai fazer para os pobres... Vocês sabem que a primeira coisa que eu exigi no governo é que coisa para pobre não é gasto. Porque é engraçado... você pega dois bilhões para emprestar para uma empresa, é investimento; você pega 50 centavos para dar para um pobre, é gasto. Então, isso mudou. Hoje, a palavra "gasto", se alguém utilizar no governo tem que pedir desculpas, porque essa coisa é



investimento.

E é um investimento que fez com que a economia brasileira crescesse. Nessa crise econômica agora, quem sustentou o Brasil foi o consumo da população e o governo, porque muitos empresários que tinham investimentos já contratados, entre novembro e janeiro, deram uma recuada excepcional. A indústria automobilística, então, foi uma vergonha o que ela fez no mês de dezembro: parou praticamente toda a sua atividade, sem nenhuma necessidade, certamente recebendo orientação das matrizes, que imaginavam que aqui no Brasil fosse acontecer o mesmo que aconteceu lá. Não teria caído o PIB Industrial da forma que caiu, se a indústria automobilística não tivesse tido o pânico que teve.

Vocês estão lembrados que no dia 23 dezembro eu fui para a televisão fazer apologia do consumo. Ora, por quê? Porque estavam dizendo que o povo não deveria comprar porque se o povo comprasse ia perder o emprego, e depois não tinha como pagar. Eu fui para a televisão dizer: você compre, porque se você está com medo de perder o emprego e não quer comprar, você vai perder exatamente porque você não comprou.

Agora, eu queria terminar dizendo para vocês, companheiros, o seguinte: eu tenho consciência de que nós temos muita coisa para fazer; eu tenho consciência de que a política de distribuição de renda que nós queremos fazer ainda está aquém. O Bolsa Família não é a política de transferência de renda que contenta a mim ou a qualquer outra pessoa. Ele é como se fosse aquela primeira massa que o dentista coloca no dente da pessoa, para depois fazer a obturação definitiva. É assim que eu vejo o Bolsa Família. Ele não é uma coisa que vai continuar assim para sempre. A tendência é ele melhorar, a tendência é ele melhorar, porque eu acho que o governo e a sociedade brasileira se creditaram, do ponto de vista político, a começar a discutir com muito mais força a política de transferência de renda neste país. Diminuir as desigualdades. Elas têm diminuído, mas ainda é preciso evoluir muito mais.



E nós, hoje, temos as condições concretas e objetivas. É uma pena que essa crise econômica deu um certo freio durante seis meses. Mas perguntem qual o país no mundo que criou 10 milhões de empregos em cinco anos. Láís, no ano da crise, até outubro de 2008, nós tínhamos criado, em dez meses, 2 milhões e 100 mil novos empregos. E agora, viu, Laís, a situação está colocada para a gente começar o debate. É necessário continuar o *turnover*... Gostou do *turnover*? Isso aqui é só porque você é da OIT, para você saber que aqui tem um presidente que sabe falar *turnover*, que no fundo, no fundo, é rotatividade de mão-de-obra. Nós vamos ter que aprofundar essa discussão, as medidas estão... as convenções estão no Congresso Nacional, mas não é possível continuar mandando o tanto de gente embora que se manda no Brasil. Não tem lógica, não tem necessidade, e nós, então, eu acho que estamos em condições de começar a dar grandes passos daqui para a frente. Se fosse cinco anos atrás, seis anos atrás, “é porque esse cara é comunista, é porque esse cara é ‘não sei das quantas’, é porque são ‘radicalóides’”. Agora não. Agora as pessoas... depois que eu virei o amigo do “cara”, então as pessoas já nem têm mais esse preconceito contra mim, e eu também estou pouco preocupado com preconceito. Estou pouco preocupado, nós já vencemos todas essas barreiras.

Então, eu queria, Patrus, dizer a todos os seus convidados e convidadas que vocês continuem, primeiro, cobrando da gente. Uma coisa que eu queria pedir para vocês: nunca tenham medo de cobrar deste governo, porque enquanto eu for governo a cobrança é um bem tão importante quanto a aprovação de um programa. A cobrança, às vezes, alerta a gente. A cobrança, às vezes, mostra: olha, nem tudo está bem, tem coisa que tem que ser feita melhor.

Então, continuem nos cobrando, continuem exigindo que a gente faça cada vez mais e cada vez melhor, porque na hora que esta turma que está à frente do governo deixar o governo, vocês têm que estar muito afiados para, assim que entrar outra pessoa, a gente já fazer ele fazer mais do que nós



fizemos. E a possibilidade é total e absoluta. Primeiro, porque a economia vai continuar crescendo. Eu estou convencido, os economistas sabem, de que a nossa chance é de, em 2010, ter um crescimento bom. Bom, eu diria, é acima de 4,5%; 5%, é muito bom. Eu não sou daqueles que querem que o Brasil cresça 10%, 15%, 20%. Gostaria que crescesse. Mas se o Brasil tiver, durante vários anos, um crescimento estável de 4,5% a 5%, 5,5%, 6,5%, o Brasil pode, em dez anos, dar um salto de qualidade que até nós mesmos, que moramos aqui, vamos estranhar.

Uma coisa importante são os investimentos no Norte e no Nordeste brasileiro. Todos vocês acompanham a imprensa e sabem que o consumo no Nordeste é hoje maior, proporcionalmente, do que em outra parte do País. Por quê? Porque era a parte que era esquecida, era a parte que tinha menos doutor, era a parte que tinha menos mestres, era a parte que tinha menos pesquisador, era a parte que recebia menos investimento, eram as prefeituras mais pobres, era onde era maior a mortalidade infantil.

Então, eu, quando vou fazer palestra, que as pessoas... Palestra, não. Esse negócio, com outros companheiros presidentes, que as pessoas querem saber, eu falo: olhe, a gente não tem que fazer nenhum grande curso de administração para governar um país. É só a gente olhar o que faz a mãe da gente. Pegue uma mulher que tem cinco filhos e veja como é que ela administra a casa, veja se ela vai dar comida só para o bonitão. Se tiver cinco filhos e tiver um que está magrinho, que está com um probleminha qualquer, é para aquele que ela guarda o segundo pedaço de carne, é para aquele que ela dá a segunda xícara de café.

Então, nós não temos que ter dúvida: o Nordeste vai continuar recebendo, junto com o Norte, proporcionalmente mais investimento para a gente poder tirar o atraso deste país. E isso precisa ser feito para que haja um equilíbrio. O pessoal do Sul do País precisa se lembrar que quando as pessoas mais pobres estiverem comendo, quem vai ganhar são as do Sul, que



produzem. Então, não tem que ter disputa de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Paraná com o Nordeste ou com o Norte do País. Nós temos que recuperar o atraso. Em tudo o Nordeste estava por detrás, e nós queremos evoluir. Sobretudo, o teu Ministério, que tem que ter muito mais trabalho nessa área do Nordeste.

Então, companheiros e minhas companheiras, eu, quando vim para cá fiquei pensando se eu ia falar da crise econômica com vocês. A crise parece nota de R\$ 1: todo mundo já sabe, já conhece. Então eu falei: eu não vou falar, não, de crise econômica. Outros já devem ter falado sobre crise econômica. Eu só queria terminar dizendo para vocês: é possível. Hoje eu estou convencido de que é possível fazer muito mais do que a gente fez. Nós ainda temos que quebrar barreiras, nós ainda temos que – como é que se fala? – mudar a máquina administrativa, que ela é pesada, ela dificulta, ela complica. Não é fácil, mas uma coisa que nós provamos: é possível, é possível a gente melhorar muito a vida deste povo e, sobretudo, a gente não ter dúvida de que lado a gente está.

Eu, como tenho clareza de onde vim e tenho clareza para onde eu vou voltar; eu, como tenho clareza de quem eram os meus companheiros antes de eu ser presidente e quem serão os meus companheiros quando eu deixar a Presidência, eu não tenho nenhuma preocupação de dizer: embora nós governemos para todos, são os pobres que têm que ter a preferência governamental nas políticas públicas do nosso país.

Portanto, meus companheiros, tenham um bom fim de semana. Que Deus possa acompanhá-los e mantê-los vivos, com a chama acesa, trabalhando cada vez mais, acreditando cada vez mais. No ano que vem nós vamos ter pouco tempo, porque depois do meio do ano já começa a campanha, e aí todo mundo vai estar de olho na gente, assim, mas nós também já estamos acostumados, e vamos fazer. Nós temos que fazer todas as políticas este ano, viu, meu filho? É, porque a partir do ano que vem, nós temos



problemas sérios. A partir do ano que vem... Eu fiquei sabendo hoje que tem um processo contra mim porque, em um palanque, eu falei que uma mulher ia ser presidente – não disse quem – e fui dar uma rosa para a Dilma, um processo contra mim na Justiça hoje. Se for assim, eu estou desgramado com a quantidade de processos. Vocês tratem de fazer campanha “foi para mim que ele falou, foi para mim que ele falou”, que assim confunde todo mundo e ninguém fica sabendo quem é.

Um abraço, gente. Até outro dia e que Deus abençoe vocês.

(\$211A)



Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura da 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)

Quito-Ecuador, 10 de agosto de 2009

Uma palavra: dia 24 de agosto está marcada a reunião dos chanceleres e dos ministros da Defesa. Bem, é muito importante que nesta reunião nós trabalhemos a presença do chanceler colombiano e do ministro da Defesa da Colômbia. É muito importante o papel dos membros da Unasul que estão aqui para convencê-los a comparecer à reunião, para que a gente possa fazer uma discussão mais profunda sobre a situação.

Eu penso que, dependendo do resultado dessa reunião, nós poderíamos fazer uma reunião dos presidentes. Poderíamos fazer uma reunião de presidentes para que a gente pudesse avaliar qual o comportamento que nós vamos ter. Eu não consigo ver a possibilidade de a gente aumentar os conflitos na nossa querida América do Sul, no momento em que tudo indica que quanto mais paz nós tivermos, mais chances nós temos de recuperar o tempo perdido, (incompreensível) ao nosso povo a melhoria de vida que ele precisa.

Eu penso que isso vai se resolver com muita conversa, muito debate, as pessoas vão ter que ouvir coisas que não gostam, vão ter que ouvir coisas que gostam. Mas eu penso que todos nós, na política, sabemos que é entre conquistar e ceder que a gente vai construindo o caminho do meio para encontrar a tranquilidade que nós precisamos.

Eu queria, Rafael, você como presidente da Unasul agora... Eu penso que, quem sabe fosse o caso de nós pensarmos, em algum momento, de a Unasul convidar o governo dos Estados Unidos para uma discussão profunda sobre a relação deles com a América do Sul e com a América Latina. Porque,



normalmente, eles indicam uma pessoa de terceiro escalão, uma... Mas as coisas acontecem pelo Departamento de Estado.

Então, é preciso que a gente, em algum momento, possa decidir o seguinte: bom, teve aquela reunião de Trinidad e Tobago, o Obama é que pediu a reunião com a Unasul, e foi uma bela reunião. Eu imaginava que a partir dali nós fôssemos ter avanços. Quem sabe fosse o caso de pensarmos, em uma reunião convocada pela Unasul, a gente convocar o Obama para discutir essa questão dos Estados Unidos e América Latina, porque as informações que nós temos é que ainda existem embaixadores que se metem em eleições de outros países. Essa quarta frota nos preocupa profundamente, por conta do pré-sal. E eu acho que nós deveríamos discutir esse compromisso nosso diretamente com o governo americano, diretamente com eles.

Então, eu não sei, você, como o Presidente *Pro Tempore* poderia, depois da nossa reunião presidencial, quem sabe a gente decidisse chamar para uma conversa concreta e objetiva sobre o futuro das relações. A mim, como presidente do Brasil, incomoda esse clima de inquietação no nosso continente, me incomoda, e penso que vai ser sofrido, as pessoas vão ter que aprender a ouvir duras verdades, mas nós vamos ter que nos colocar de acordo sobre o futuro da Unasul. Se não houver essa coisa amistosa entre nós, esse grau de confiança entre nós e mais sinceridade entre nós, em vez de estarmos criando uma instituição de integração, nós estaremos criando um clube de amigos cercados de inimigos por todos os lados. Então, isso não funciona, não dá certo.

Então, eu penso que essa reunião dos ministros da Defesa com Relações Exteriores é importante. E, depois do resultado dela, nós poderemos fazer uma presidencial, até antes da ONU.

Obrigado.

(\$211B)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de comemoração dos 71 anos da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Brasília-DF, 12 de agosto de 2009

Com este colar, agora estou mais importante aqui... Tira bastante foto aí, Stuckinha, que o mandato termina logo.

Meu caro amigo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer,
Minha companheira Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil,
Ministro Guido Mantega, da Fazenda,
José Gerardo Fontelles, interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Fernando Haddad, ministro da Educação,
Juca Ferreira, ministro da Cultura,
Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Luiz Barretto, ministro do Turismo,
José Múcio Monteiro, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência,

E o nosso companheiro Altemir Gregolin, Ministro da Pesca e Aquicultura,

Meu caro amigo Paulo Octávio, vice-governador do Distrito Federal, representando aqui o governador Arruda,

Meu caro companheiro Eduardo Campos, governador do estado de Pernambuco,

Senador Roberto Cavalcanti,
Deputados Albano Franco, ex-presidente desta Casa, Ricardo Barros, Nelson Marquezelli, Bruno Araújo, Fábio Ramalho, Carlos Eduardo Cadoca,



Sílvio Costa, Átila Lira, Laurez Moreira, Sandro Mabel, Henrique Eduardo Alves, Cândido Vaccarezza, Wolney Queiroz, Ana Arraes, Gerson Peres, Rocha Loures, José Chaves e Gonzaga Patriota, o homem que tem mais filhos no Brasil, hoje,

Deputado Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria, em nome de quem cumprimento os presidentes de Federações de Indústria e das associações patronais presentes,

Meu caro amigo Paulo Okamoto, presidente do Sebrae,

Meu caro Manuel Martins, diretor nacional do Senai,

Meu caro Antônio Carlos Brito, superintendente do Sesi nacional,

Senhoras e senhores do corpo diplomático,

Eu estou vendo o Meneguelli aqui. Não vou citá-lo por conta do Sesi, mas vou citá-lo como companheiro que me sucedeu no Sindicato de São Bernardo do Campo, e hoje presidente do Sesi,

Meus amigos e minhas amigas,

Companheiros da imprensa,

Fotógrafos – se tivessem que pagar R\$ 0,01 por cada foto não tirariam tantas.

Meus companheiros e companheiras,

Antes de mais nada, quero agradecer esta homenagem da Confederação Nacional da indústria, retribuindo-a com entusiasmo, e não se trata aqui de um mero gesto protocolar. A CNI é que está de parabéns. Esta Confederação, do alto dos seus 71 anos de luta pela industrialização, é um dos pilares inestimáveis da construção do nosso querido Brasil. Líderes pioneiros desse processo, como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, fundadores ilustres desta Confederação, ousaram acreditar no Brasil e na capacidade industrial de um país que muitos pensavam que estava condenado – pelas vantagens relativas de seus recursos naturais – a ser uma eterna economia primária.



Sem renunciar às suas convicções, Lodi e Simonsen uniram-se, assim, aos esforços de Getúlio Vargas em várias frentes, em diferentes momentos. Ajudaram, então, a pavimentar o caminho da industrialização e da soberania econômica, firmando as bases de uma identidade econômica que marcaria a face do Brasil para sempre.

Entre outras iniciativas, nasceu dessa parceira desassombrada o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o nosso precioso Senai que, desde 1942, já qualificou mais de 40 milhões de jovens brasileiros para o mercado de trabalho.

Aqui eu queria fazer uma homenagem aos meninos e meninas que estão de verde ali, que me parece que são estudantes do Senai. Quando vocês tiverem a minha idade, vocês vão poder contar, em debate com amigos, o que serviu para vocês essa formação profissional. Eu espero que a minha trajetória sirva de exemplo a cada um de vocês. Usufruam desse aprendizado mas, pelo amor de Deus, não parem por aí. Esse é apenas o início de um jogo que vai ter muito tempo pelo frente. Parabéns a todos vocês.

Um deles, um torneiro mecânico formado na turma de 1962, tornar-se-ia, 41 anos depois, o 39º presidente da República do Brasil. Um presidente que jamais esquecerá o valor do aprendizado profissional na vida da juventude pobre desta nação.

Aqui, todos lembram, na Constituinte, quantas vezes naquele plenário da Constituinte se discutiu o fim do Senai, quantas vezes. Possivelmente, alguns companheiros nossos dotados de boa vontade, de bons princípios, mas que não tinham – não é, Albano? – a menor noção do que era um curso profissional para um jovem pobre, que naquele tempo não tinha perspectiva de ir para a universidade. Graças a Deus, nós vencemos aquela batalha e hoje está o Senai mais robusto, mais forte, mais credenciado, com tantos anos de experiência, para vender ensinamentos à juventude brasileira, sobretudo à mais carente.



E exatamente por isso – esse é um dado muito importante para mim –, quando eu disse que jamais esqueceria o curso do Senai... e talvez seja exatamente por isso que nós vamos entregar, até o final de dois mandatos – oito anos – 214 escolas técnicas aos meninos e meninas deste país, 52% mais que o total entregue por todos os governantes que o antecederam, em 96 anos de história das escolas técnicas profissionais.

Creio, sinceramente, meu caro amigo e companheiro Armando Monteiro, creio, sinceramente, minhas senhoras e meus senhores, que a homenagem de hoje destina-se, na verdade, a uma ampla conjugação de iniciativas históricas que este governo teve a humildade de reconhecer e de incorporar. Teve, ademais, a coragem de definir esse conjunto de políticas públicas com o objetivo primordial de incluir socialmente milhões de brasileiros e brasileiras que viviam na soleira da porta, do lado de fora do mercado e da própria cidadania.

Teve, enfim, a capacidade de reorientar energias e potencialidades para, desse modo, destravar a roda da economia, redimir o papel condutor do investimento produtivo e recolocar a coordenação pública do desenvolvimento de volta à agenda do Estado brasileiro. Esse conjunto de programas devolveu ao mercado de consumo de massas seu papel intransferível de fiador da escala da eficiência e da competitividade do nosso parque industrial na concorrência globalizada do século XXI.

Meus caros amigos e amigas,

Esse conjunto de circunstâncias e iniciativas explica, em grande parte, o momento ímpar vivido pela economia brasileira. Nosso país foi atingido pelas consequências negativas da crise surgida nos países desenvolvidos, como não poderia deixar de ocorrer neste mundo globalizado. Mas nós soubemos reagir, tomando iniciativas, ouvindo a sociedade, atuando em sintonia com as necessidades da produção e da geração de emprego.

O Brasil emerge da pior crise mundial, desde 1929, com um patrimônio



de credibilidade reconhecido tanto aqui como lá fora. E isso não acontece por acaso. Dependeu, essencialmente, de medidas políticas corajosas e negociadas com amplos setores da nossa sociedade. O fato é que o ciclo de ajuste de nossa economia foi concluído. As curvas do emprego e da atividade industrial sinalizam uma retomada do crescimento no segundo semestre, confirmado pela maior confiança da indústria e do investidor externo. Preservamos a renda e o consumo das famílias no pior momento. Garantimos, assim, o oxigênio à expansão das vendas no varejo. Nossas exportações se recuperaram e a perspectiva é de um aumento dos embarques industriais já neste segundo semestre.

Diante desse quadro, seria um equívoco imaginar que o fluxo de capital estrangeiro ao País reflete apenas o lado da especulação financeira. Temos o menor patamar de juros da nossa história. É desejável e possível cortar ainda mais. Mas o que explica, de fato, o redobrado interesse do capital estrangeiro em nosso mercado é a solidez da economia e a confiança no rumo que o Brasil adotou.

Além disso, cresce a cada dia a certeza de que o futuro do nosso país será muito melhor, e isso se deve, inclusive, às perspectivas fantásticas abertas pela nova descoberta da Petrobras: o pré-sal. O fato novo é que o Brasil poderá se tornar um grande exportador de derivados de petróleo nos próximos anos. Em outras palavras, caminhamos para nos tornarmos uma economia estruturalmente superavitária nas contas externas, como dizem os economistas que, como o Guido, fizeram a Getúlio Vargas.

E não há dúvida de que os investidores estrangeiros enxergam tanto a situação atual, como divisam bem o que nos espera à frente. É, sobretudo, esse horizonte que precisamos enxergar também para além de disputas menores e divergências mesquinhas na política nacional. Temos um bom problema. Aliás, um excelente problema: o Brasil precisa gerar uma nova massa crítica capaz de pensar os desafios do desenvolvimento para além de



uma economia tradicionalmente deficitária e dependente de poupança externa.

É justamente esse horizonte que leva o nosso governo a propor salvaguardas à destinação da renda do petróleo. Trata-se de garantir que essa riqueza fique em nossa economia, e não apenas fique, mas se constitua no marco fundamental de um novo ciclo de expansão industrial. Muito maior e mais sofisticado que o ciclo anterior de substituição de importações, porque ancorado agora em soberania financeira, tecnologia de ponta e inserção competitiva no mercado mundial. E, acima de tudo, algo de que sempre nos ressentimos em toda a trajetória do nosso desenvolvimento: o acesso a uma educação de qualidade para todos os filhos e filhas desta terra. Creio que Lodi e Roberto Simonsen, sem dúvida, festejariam ao nosso lado esse horizonte encorajador.

Minhas senhoras e meus senhores,

As transformações que se aproximam jamais germinariam nos marcos de uma economia endividada e dependente. Seriam desperdiçadas em um sistema industrial acanhado, incapaz de gerar os efeitos multiplicadores que um arranque histórico dessa natureza propicia. Felizmente, não é o caso brasileiro. Temos o segundo maior e mais diversificado parque industrial entre as economias emergentes do Planeta, só inferior ao da China. Nosso mercado de consumo de massa já reúne 100 milhões de pessoas, tendo se confirmado nessa crise como um contrapeso decisivo à contração da economia internacional.

Hoje, o consumidor, com renda média de até R\$ 1.400 já compra quatro de cada dez computadores vendidos no Brasil; movimenta sete de cada dez cartões de crédito; e contrata 70% do crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal, que atende a 77% dos financiamentos do setor.

Portanto, é sobre essa moldura, sobre esse ponto de apoio sólido, que vem se apoiar a alavanca do pré-sal: um sistema financeiro diferenciado que ampliou em 10% o volume de crédito em plena crise mundial, totalizando agora



43% do PIB, três vezes mais do que o volume disponível em 2003.

Hoje o Banco do Brasil, sozinho, cobre 2/3 de todo o crédito de que o País dispunha há seis anos. Somente o Banco do Brasil cobre 2/3 do crédito que todo o País tinha apenas seis anos atrás. Temos orgulho de ter devolvido essa vocação ao BNDES. O maior banco de fomento público da América Latina desembolsa, hoje, quase o triplo de recursos liberados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano juntos.

Nos últimos 12 meses, até junho, foram 59 bilhões em financiamentos para a agropecuária, a indústria, o comércio e o setor de serviços, com um salto de 20% em relação ao ano anterior. Outros 100 bilhões do Tesouro estão alocados para equacionar todos os flancos de financiamento desguarnecidos pela crise mundial. Só faz isso uma nação que dispõe de um Estado e de um governo comprometidos com a agenda histórica da industrialização, que esta CNI sempre encarnou.

O fato é que, muito antes da crise, desde o primeiro dia do nosso primeiro mandato, já vínhamos conduzindo o Brasil a vencer, na prática, o ciclo de atrofiamento econômico e de subordinação da indústria do crescimento à especulação financeira, que marcou nosso país durante tanto tempo. Em plena crise, o que o nosso governo fez foi aumentar em R\$ 455 bilhões o total de investimentos previstos no PAC, um programa duplamente premonitório. Antecipamos políticas públicas contracíclicas, que o mundo todo agora busca estruturar e, ao mesmo tempo, acionamos a indispensável ampliação logística para o ciclo de desenvolvimento do pré-sal.

Fizemos isso, meu caro Armando Monteiro, sem abrir mão da qualidade da política fiscal. Numa lista de 43 países, o Brasil sai desta crise com o segundo menor déficit fiscal público do Planeta, algo em torno de 2% do PIB contra 4% no caso da China, e quase 6% na contabilidade antes rigorosa da União Europeia. Nenhuma dessas premissas era reconhecida como legítima, possível ou desejável pelo receituário econômico e político que levou o mundo



ao colapso atual.

Creio que estamos no caminho certo. Vencemos provas cruciais, e hoje estamos diante de uma nova oportunidade da história, equivalente, em sua importância, àquela abraçada pelos fundadores da CNI há 71 anos, quando decidiram lutar pela industrialização do nosso país. Estou certo de que venceremos se tivermos o mesmo desassombro que eles tiveram.

Muito obrigado, Armando, e pode ficar tranquilo que, para você, falta um ano e quatro meses para terminar o meu mandato. Para mim, eu estou começando o segundo mandato agora, porque a vontade de fazer mais é muito maior do que em janeiro de 2007. Eu espero que dentro de algumas semanas, Armando, nós estejamos em um plenário como este, discutindo uma coisa que falta para o nosso país que é, verdadeiramente, utilizar toda a capacidade de investimento que o País tiver, e inovação tecnológica, para a gente dar o salto de qualidade que o Brasil precisa nessa competição globalizada.

Muito obrigado pela homenagem, Armando. Muito obrigado aos empresários. E que Deus continue fazendo com que o Brasil tenha um presidente que tenha sorte, tenha empresários que tenham sorte, tenha um povo que tenha sorte, porque sem sorte nem goleiro do Náutico ou do Sport consegue segurar o seu time.

Um abraço e obrigado.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante ato cívico religioso pelo sesquicentenário da Igreja Presbiteriana do Brasil

Rio de Janeiro-RJ, 12 de agosto de 2009

Esse elogiozinho vai custar um pedido de aumento de salário, ainda no avião.

Meu caro companheiro e amigo Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro,

Reverendo Roberto Brasileiro Silva, presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil, na pessoa de quem eu saúdo os pastores missionários e membros da Igreja,

Meu caro amigo Luiz Fernando Pezão, vice-governador do Rio de Janeiro,

Senador Marcelo Crivella,

Deputados federais Arolde de Oliveira, Bispo Manoel Ferreira e Leonardo Quintão,

Meu querido amigo Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro,

Secretária Benedita da Silva,

Secretários do estado aqui presentes,

Vereadores,

Prefeitos,

Companheiros da Igreja Presbiteriana,

Companheiros da imprensa,

É com muita honra e com o coração cheio de alegria que me junto a todos os senhores e as senhoras nesta data em que celebramos os 150 anos



da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A determinação, o trabalho e a fé de vocês – e de todos os que os antecederam – transformaram esta Igreja em uma das mais importantes e tradicionais instituições religiosas de nosso país. E é impossível, hoje, falar das práticas evangélicas no Brasil sem destacar a importância histórica da Igreja Presbiteriana.

Quando o jovem reverendo Ashbel Green Simonton chegou ao Rio de Janeiro em 1859, ele trazia consigo uma profunda fé cristã e a missão de organizar congregações religiosas nos moldes daquelas que já existiam nos Estados Unidos, sua terra natal.

A semente lançada pelo ilustre missionário encontrou solo fértil em meio ao nosso povo. Rapidamente, a Igreja Presbiteriana ganhou adeptos entre nós. E, sem perder os laços históricos com o protestantismo europeu e norte-americano, tornou-se uma religião de brasileiros, que passaram a administrar a instituição, além de administrar os cultos.

A institucionalidade conquistada ainda no tempo do Império se consolidou neste século e meio de existência, e representou um passo fundamental para a criação de diversas outras denominações evangélicas, contribuindo em muito para a diversidade e a liberdade religiosa no nosso país.

Nós brasileiros somos, por formação, um povo de fé. Sabemos respeitar e valorizar a religiosidade em suas mais diversas manifestações. E as diferentes matrizes culturais que nos formaram – também visíveis em nossas religiões – são um dos nossos maiores patrimônios nacionais.

Nossa Constituição garante a todos a profissão de sua fé de acordo com sua própria consciência, e nosso Estado é laico, não dando qualquer tipo de preferência a entidades religiosas em particular.

Essa liberdade religiosa ganhou ainda mais vida com o Código Civil Brasileiro, aprovado em 2003, que definiu claramente direitos e deveres para a constituição jurídica de templos e entidades religiosas, e simplificou os



processos administrativos para sua abertura.

Tais mudanças foram apoiadas por nosso governo e respondem a um antigo e justo pleito das organizações religiosas, em especial das muitas denominações evangélicas, que sempre buscaram o suporte jurídico necessário para o seu funcionamento.

Sabemos que ainda existem alguns preconceitos herdados do passado, mas intensificamos o diálogo com a sociedade e adotamos ações educativas, buscando promover, cada vez mais, o convívio saudável e respeitoso entre todas as religiões. Por tudo isso, estou certo de que são poucos os países do mundo onde a liberdade religiosa é praticada com tanta intensidade como ocorre no nosso país.

E posso repetir o que o presidente Juscelino disse nesta mesma catedral há meio século, durante as comemorações do centenário da Igreja Presbiteriana do Brasil. Ele disse: em nosso país nunca se amordaçaram lábios que se abrem para a prece.

Minhas amigas e meus amigos,

Eu, assim como boa parte dos brasileiros e brasileiras, recebi desde criança os fundamentos da fé cristã, e nunca me afastei da religiosidade, que considero uma inesgotável fonte de paz, de conforto e de alimento para o espírito humano. Este não é, porém, o único laço que nos une. Compartilhamos os mesmos ideais pregados por Cristo há dois milênios e que continuam válidos até hoje. Acreditamos na solidariedade, e não no individualismo ganancioso. Sabemos que é preciso estender a mão amiga, principalmente aos mais pobres e desamparados, e buscamos sobretudo a paz – paz que só é plenamente alcançada quando existe a justiça social.

Assim, é natural que parte substancial das ações do governo se baseiem, primeiramente, em preceitos e ideais comuns às religiões, em especial ao Cristianismo. A começar pela nossa primeira prioridade, cuja bandeira levantamos ainda em 2003: dar pão para quem tem fome. As ações



do programa Fome Zero levaram aos brasileiros mais carentes o sagrado direito à segurança alimentar, e hoje mais de 11 milhões e 400 mil famílias são beneficiadas.

Além disso, os segmentos mais necessitados de nossa população são beneficiários de uma série de políticas públicas que elevam a renda das famílias, devolvem a dignidade aos cidadãos e, sobretudo, lhes abrem oportunidades para um futuro melhor. Isso pode ser visto na valorização do salário mínimo, que beneficia sobretudo os trabalhadores de menor renda, assim como os aposentados e os pensionistas que dependem do Estado para sobreviver.

Também é visível no programa Territórios da Cidadania, que está presente nas 120 regiões rurais mais pobres de nosso país e articula uma série de ações para que as famílias que ali vivem não precisem deixar o campo e buscar um futuro incerto nas cidades.

Iniciativas como essas, somadas ao dinamismo de nossa economia, que gerou mais de 10 milhões de novos empregos a partir de 2003, fizeram com que 20 milhões de brasileiros deixassem a base de nossa pirâmide social e passassem a ter uma vida mais digna.

A verdade é que estamos conseguindo reduzir a desigualdade social entre os brasileiros, e nem mesmo a crise financeira internacional nos tirou dessa rotina virtuosa, pois a verdade é que no auge da crise mundial – de outubro de 2008 a junho de 2009 – mais de meio milhão de pessoas deixaram a linha da pobreza nas principais regiões metropolitanas do País, se compararmos com o período de outubro de 2007 a junho de 2008.

Da mesma forma, estamos conseguindo reduzir a desigualdade na Educação, investindo fortemente nas escolas públicas de todo o País, da creche à pós-graduação. Com o objetivo de melhorar a rede pública do ensino básico, criamos um piso salarial para os professores, que vale para todo o Brasil; reforçamos, em muito, a merenda escolar; e já equipamos 45 mil



escolas com laboratórios de informática. Até 2010, chegaremos a 70 mil escolas, com um total de 813 mil computadores atendendo a 93% dos alunos da rede pública brasileira.

Da mesma forma, abrimos oportunidades para mais de 545 mil alunos de baixa renda entrarem nas universidades com bolsas do ProUni. Doze novas universidades federais já estão funcionando, assim como 104 novos campi. E, a partir de 2003, dobramos o número de vagas oferecidas na rede federal.

Tomei a liberdade de citar todas essas ações porque estou certo de que elas vão no mesmo sentido do trabalho social empreendido pelos presbiterianos de todo o Brasil, que seguiram a opção de Cristo ao voltar sua atenção aos pobres e necessitados.

Sempre admirei as obras sociais das igrejas, concretizadas em ações que vão da proteção às crianças sem lar aos cuidados às pessoas da terceira idade, e que estão presentes também nas escolas confessionais e em diversas outras iniciativas que abrem as portas para uma vida mais digna.

As igrejas evangélicas, em particular, merecem um profundo reconhecimento pelo seu trabalho com dependentes químicos. Estou falando de clínicas e centros de tratamento, presentes em todo o Brasil, que já salvaram a vida de milhares de jovens ameaçados pelas drogas e pela violência.

A grande verdade é que, embora o Estado seja laico, ele pode e deve trabalhar junto com as igrejas e entidades religiosas quando o objetivo é promover o bem comum. E é isso que vem ocorrendo, pois a presença nacional e a capilaridade das instituições religiosas lhes permite levar à população, por meio de convênios e parcerias, muitos dos benefícios das políticas públicas.

Desejo, portanto, que essas parcerias sejam cada vez mais ampliadas e aprofundadas, e agradeço a oportunidade de comemorar, com todos vocês, este grande dia para os presbiterianos e os cristãos em geral, de todo o Brasil.



Eu queria, antes de dar os parabéns à Igreja Presbiteriana do Brasil e a todos os seus seguidores, pedir a Deus que continue abençoando todos vocês neste caminho de construção de um reino de paz, justiça e amor na Terra.

Eu queria terminar dizendo duas coisas que eu vim para dizer, mas que não estão escritas aqui no meu discurso. Eu penso que tem duas coisas importantes que o dia de hoje nos obriga a fazer uma reflexão profunda. Imaginem se toda criança brasileira tivesse a oportunidade de ser educada a freqüentar uma igreja, qualquer que fosse a igreja. Mas que as crianças tivessem a oportunidade de, logo cedo, ter um aprendizado religioso, para que depois essa criança pudesse fazer a sua opção: se queria continuar ou se não queria continuar. Mesmo os pais que não são religiosos deveriam dar a oportunidade para essas crianças fazerem as suas opções, ao invés dos próprios pais ditarem as suas opções para os seus próprios filhos.

De uma coisa Sérgio, eu tenho convicção, pelo que eu vivi dos meus 9 anos na Igreja: nós teríamos menos violência, nós teríamos menos delinquentes, nós teríamos menos gente com propensão a entrar na criminalidade e nós teríamos muito mais jovens sendo criados de forma a constituírem essa nação de pessoas totalmente de bem.

Eu não conheço – não que não exista – mais deve ser tão insignificante, que eu não conheço nem um momento histórico em que a religião encaminhou uma nação à perdição, um bairro, uma vila, uma rua, ou uma cidade.

Na verdade, se todo mundo tivesse a oportunidade de ter essa chance de ter um encontro com a religião, que seria na verdade um encontro com Deus – seria, na verdade, um encontro com a sua iniciação religiosa -, eu penso que o mundo seria menos violento e o mundo seria muito mais de paz.

O que nós assistimos hoje no Brasil... ontem, Sérgio, eu cheguei em casa e estava vendo um filme chamado Amistad, que é a história do tráfico de escravos para as Américas. Aliás, é um filme antigo, mas extraordinário. Eu estava imaginando, se nós hoje ficássemos sentados na frente de uma



televisão brasileira, a TV comum que nós temos e a TV a cabo que nós temos, se a gente ficasse contando da meia-noite de um dia, a meia-noite do outro dia durante 30 dias no mês, e a gente fosse contabilizar quantos filmes falam de integração familiar, quantos filmes falam de amor, quantos filmes falam de pais, a gente iria perceber que o percentual é infinitamente menor do que a quantidade de filmes que começam atirando, terminam atirando e, no meio, matam pessoas que a gente nem consegue entender porquê.

Se a gente fosse imaginar o que está acontecendo neste país ao longo de décadas, por que não dizer, de séculos, em que muito mais grave do que os momentos econômicos que este país viveu, muito mais do que os problemas sociais seculares que o Brasil viveu, tem um problema crônico que nós temos que dar a contribuição para resolver, que é a degradação da estrutura familiar deste país.

E aí nós temos que medir, precisamos parar com a hipocrisia neste país e precisamos discutir as coisas com a verdade absoluta com que precisam ser discutidas. Quantos momentos de bons ensinamentos nós temos na televisão, que passam todo santo dia, a nacional e a importada? Quantos momentos de bons ensinamentos nós temos? Seria importante que a gente fizesse essa aferição porque, sabe o que acontece, Sérgio? Se uma criança vê, das 7h da manhã à meia-noite, as pessoas andando com revólver para cá e para lá, as pessoas atirando, as pessoas fumando droga, as pessoas roubando carros, as pessoas... o que essa criança vai formar dentro de si? Alguém pode dizer: “Bom, o Lula está ficando muito conservador”. Eu não estou ficando conservador. Eu tenho cinco filhos e, graças a Deus, os meus cinco filhos – muito menos por mim, mas muito mais pela minha mulher – tiveram oportunidades que milhões de crianças deste país não têm.

Portanto, as igrejas jogam um papel extraordinário, os meios de comunicação jogam um papel extraordinário, os políticos jogam um papel extraordinário. Vamos ver os debates que estão acontecendo no nosso querido



Senado, uma instituição, meu caro Crivella, tão importante para o garante da democracia do nosso país. Recentemente o nível de debate está abaixo da média de compreensão da nossa sociedade, porque são todas pessoas formadas, todas pessoas acima de 35 anos de idade, e todas pessoas que, em vez de prestar atenção ao que a televisão está transmitindo, e que poderiam agir de forma mais civilizada, as pessoas se agridem de tal modo, que mesmo um cidadão que gosta muito de política fica sem compreender o que está acontecendo.

Eu digo isso porque estou a um ano e quatro meses de terminar o meu mandato, e eu tenho certeza de que eu só cheguei à Presidência da República por obra de Deus. Não estava previsto em nenhum livro de nenhum cientista político brasileiro que um torneiro mecânico, com quatro anos de escolaridade, pudesse encontrar um vice, também com quatro anos de escolaridade, e os dois chegarem à Presidência da República. E, ainda, a junção de um grande empresário e um sindicalista. Isso não estava escrito, a não ser uma obra de Deus.

Isso fez com que nós fizéssemos uma opção clara. Eu tenho dito para todo mundo: eu, embora seja presidente de todos, nenhum de vocês pode sair com dúvida de que eu tenho um lado neste país, e o meu lado são os pobres, que é para quem o Estado precisa governar, é para quem o Estado tem que se voltar.

Vocês acompanham o preconceito contra o Bolsa Família, o preconceito de pessoas que acham que nós estamos ajudando os pobres a não quererem trabalhar, de pessoas que acham que nós estamos desmotivando o pobre de trabalhar. E só pode pensar assim uma pessoa que não conhece um pobre. Só pode pensar que R\$ 85 ou R\$ 100 faz uma pessoa não querer trabalhar, quem pode dar R\$ 100 de gorjeta depois de tomar meia dúzia de uísques. Uma mulher pobre que pega R\$ 50 ou R\$ 100, ela transforma aquilo em uma coisa sagrada chamada alimento para os seus filhos. É por isso que nós damos o



cartão na mão das mulheres, porque nós sabemos que entre nós e as mulheres, as mulheres, na maioria das vezes, são muito mais responsáveis para cuidar da família do que os homens. Eu estou jogando contra o meu time, mas essa é a verdade: as mulheres têm mais apego, têm mais chamego com a família do que nós, os homens, porque estamos sempre dando uma desculpa de que temos uma reunião a mais, um compromisso a mais, e quem fica em casa é exatamente a nossa companheira, e alguns acham e ainda perguntam: “A senhora trabalha?” “Não, não trabalho”. Porque o conceito de trabalhar é apenas a subordinação a um patrão quando, na verdade, não tem nada mais chato do que o trabalho de limpar a casa todos os dias, limpar banheiro, dar banho em criança. Não tem trabalho mais chato. Era importante que cada homem fizesse um pouco para saber... e olha que acabou o escovão, e olha que acabou o ferro elétrico a carvão [ferro a carvão], senão os homens iam ver o que era o trabalho de uma mulher.

Bem, o dado concreto é que, se nós não levarmos em conta que nós precisamos passar por um processo de reeducação – e eu acho que a religião tem muito a ver com isso –, eu penso que nós passaremos pela Terra sem cumprir com o compromisso total que nós temos a obrigação de cumprir. Se vocês, brasileiros que estão visitando o Rio de Janeiro, tivessem a oportunidade de visitar o Rio de Janeiro hoje – não a Avenida Atlântica ou Copacabana – mas subissem aquele morro que até ontem a televisão mostrava “insubível”, como diria o Magri, “insubível”, ou Manguinhos, que tinha o nome simbólico de “Faixa de Gaza”. Eu queria que vocês pudessem subir hoje lá para vocês verem que nós descobrimos, Crivella, tardiamente, depois de um século, nós descobrimos que a única chance que nós temos de fazer essas crianças se transformarem em homens e mulheres de bem e diminuirmos a violência... não é apenas a polícia que tem um papel importante, mas é a presença do Estado, do poder público, da prefeitura, do governo do estado, do governo federal, levando para lá o que o Estado oferece para os



ricos, porque as universidades públicas de qualidade são frequentadas por quem não precisa de escola pública, e as pagas são frequentadas por quem não pode pagar.

Esse é o paradoxo do Brasil que o ProUni... e vocês, que conhecem bem, mais do que nós, o Mackenzie, sabem quantos alunos pobres da periferia... São 545 mil jovens, dos quais 40% negros, muito mais do que a cota, 40% negros, e vocês estão lembrados do que dizia a imprensa neste país, quando a gente criou o ProUni, que nós iríamos nivelar o ensino por baixo, porque estávamos colocando pobres na escola. Como Deus escreve certo por linhas tortas, passou apenas dois anos para que no primeiro teste que fosse feito, os melhores alunos, em 15 áreas, fossem exatamente esses pobres da periferia que tiveram uma oportunidade.

Portanto, eu quero dizer que fico feliz de saber que, depois de 50 anos, eu sou o primeiro presidente da República a vir aqui. Não vou pedir muito para Deus, para que daqui a 50 anos eu volte aqui, porque certamente estarei aqui espiritualmente, certamente.

Mas, olhem, eu vou dizer uma coisa para vocês, de coração: este país encontrou o seu caminho. Todo mundo sabe que o País tem mudado de forma extraordinária. Quem viaja para o exterior ou quem vive no exterior sabe que o Brasil de hoje é um Brasil muito mais importante do que o Brasil de outro dia atrás. Tem uma coisa importante, também, na construção de uma nação, que é a questão da autoestima. Quando nós nos trocamos de manhã para ir trabalhar, a gente não tem que ficar colocando o terno, achando “o que as pessoas vão ver do nosso terno quando a gente chegar no escritório? O que as pessoas vão pensar da nossa gravata? O que as pessoas vão pensar do nosso sapato?” Você, em primeiro lugar, tem que gostar das coisas que você está fazendo.

Portanto, uma nação tem que gostar de si. Houve um tempo em que o Brasil se tratava como se fosse de segunda classe, ou seja, nós nos



deparávamos contra americanos e europeus, como se nós fôssemos cidadãos inferiores. E nós não estamos fazendo nenhum milagre. Nós apenas estamos dizendo: nós somos iguais, nós respeitamos e queremos ser respeitados. Nos tratem em igualdade de condições, que é o máximo que nós desejamos.

E hoje o Brasil vive uma situação privilegiada. A verdade é que nós ainda estamos longe de resolver todos os problemas, mas a verdade é que há muito tempo o Brasil não tinha a expectativa que tem hoje. Qual foi o milagre que nós fizemos? O milagre da confiança, o milagre da oportunidade. E isso, vale lembrar uma coisa que eu carrego na minha alma desde o tempo de dirigente sindical. Não é possível a gente fazer nada neste país se a gente pensar apenas com a inteligência da nossa cabeça e a gente não colocar o sentimento do nosso coração para governar esse País. É governando com o coração que a gente lembra daqueles que não podem fazer passeata, daqueles que não podem protestar, daqueles que estão distantes dos centros de decisão. É colocando o coração na frente que a gente lembra dos milhões e milhões de brasileiros que estão precisando.

Quando nós fazemos um programa chamado Luz para Todos, que eu muitas vezes acho que nem todo mundo que mora na cidade compreende o significado de um Programa desses, porque já nasceram com a luz elétrica do hospital, já foram para casa com a luz elétrica. Portanto, só dá valor à luz quando falta a luz, que está passando a novela. Ai, por 15 minutos ficam todos nervosos. Mas não têm noção do que é uma pessoa que nasceu e criou seus filhos à base do candeeiro. Não têm noção do que é uma pessoa costurar o botão de uma camisa sob a luz de um candeeiro. Não têm noção do que é uma pessoa temperar o feijão de cada dia sob a luz de um candeeiro, e o fogão de lenha enfumaçando toda a casa.

Quando a gente vai nesses lugares, aperta um botão e liga uma luz, nós estamos tirando a pessoa do século XVIII para o século XIX, em segundos. E o que significou o programa Luz para Todos? Aliás, o ministro Lobão fez uma



boa aparição na televisão na semana passada. Por conta de 2 milhões de residências em que nós ligamos a energia elétrica no interior deste país, nesses 2 milhões de casas as pessoas compraram 1 milhão 578 mil televisores, 1 milhão 420 mil geladeiras, 978 aparelhos de som. Então, vocês vejam que uma luz elétrica que nós colocamos no interior da Amazônia, no interior do Piauí ou no interior do Rio de Janeiro fez crescer as fábricas do Rio de Janeiro, de São Paulo, fez crescer as fábricas do Amazonas e fez com que os benefícios produzidos pela humanidade chegassem a todos. Quer coisa mais divina e quer obra de Deus mais poderosa do que essa?

Portanto meus amigos, estar aqui hoje com vocês é quase como lavar a minha alma. É aquele dia em que a gente chega no gabinete, Sérgio, e a gente fala: valeu a pena viver algumas horas o meu cristianismo, viver a minha religiosidade, porque o Brasil precisa muito disso.

Muito obrigado, que Deus abençoe todos vocês pelos 150 anos.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de inauguração e anúncio de construção de unidades
habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida**

Goiânia-GO, 13 de agosto de 2009

Meu caro amigo governador do estado de Goiás, companheiro Alcides Rodrigues, e sua senhora, Raquel Rodrigues,

Companheiros ministros que me acompanham à cidade de Goiânia: Marcio Fortes, ministro das Cidades; Henrique Meirelles, presidente do Banco Central do Brasil; Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres,

Companheiros deputados federais,

Companheiro Ademir Menezes, vice-governador de Goiás,

Deputado Helder Valin, presidente da Assembléia Legislativa de Goiás,

Senhor Paulo Teles, presidente do Tribunal de Justiça de Goiás,

Deputados federais, companheiros que têm ajudado a aprovar inúmeras leis que facilitam e possibilitam o governo federal fazer obras neste país,

Companheiro deputado Chico Abreu, doutora Íris de Araújo, Leandro Vilela, Marcelo Melo, Pedro Chaves, Pedro Wilson, Rubens Otoni, Sandes Júnior e Sandro Mabel.

Meu caro companheiro e amigo prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado,

O nosso querido dom Washington Cruz, arcebispo de Goiânia,

Senhoras e senhores secretários do estado,

Vereador Francisco Júnior, presidente da Câmara Municipal de Goiânia,

Senhoras e senhores prefeitos que estão presentes neste evento,

Senhora Milena Vieira Pinto, superintendente nacional da Caixa



Econômica Federal,

Companheiros e companheiras beneficiários dos programas habitacionais, aqui representados pela Maria Flosminda de Jesus, Rita Gadelha Alves Barbosa, Divina Francisca da Silva e Francisco José da Rocha,

Senhor Manoel Pereira dos Santos, o trabalhador da construção civil, a quem eu entreguei uma placa,

Companheiros da imprensa,

Companheiros e companheiras de Goiânia,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu não sei se eu fico aqui, eu não sei se eu fico aqui, aqui, aqui, aqui tem, aqui a gente consegue visualizar melhor esse ato. Mas eu queria, eu sei que vocês, nossos queridos companheiros e companheiras portadores de deficiência física aqui presentes, obrigado por vocês estarem presentes, mesmo dessa forma desconfortável, em uma cadeira de rodas. Obrigado por vocês estarem aqui.

Mas, olhem... cumprimentar os companheiros que estão tomando o sol na cara, que eu tomei um pouquinho até agora, mas o povo aqui tomou mais sol do que nós, por isso é que está todo mundo moreninho aqui.

Olhem, deixa eu contar uma coisa para vocês: eu vim aqui hoje em um momento muito especial, não só pelos anúncios que foram feitos aqui. Mas quando o prefeito, o governador do estado, o ministro das Cidades, anunciam aqui, na frente de vocês, simbolicamente representados por duas pessoas que receberam casa e uma pessoa que recebeu o título da terra, tem para mim um simbolismo quase sagrado, quase sagrado.

Primeiro, a primeira casa que eu tive na minha vida, eu comprei pelo Sistema Financeiro Habitacional. A casa tinha 33 metros quadrados e eu já tinha três filhos. Trinta e três metros quadrados... A minha casa era muito pequenininha e a minha família já estava ficando grande, mas eu nunca fiquei



com ódio ou com raiva porque a minha casa era pequena. A única coisa que me movia era ter a certeza de que um dia eu ia ter uma casa maior do que aquela casa de 33 metros quadrados.

Eu eu sou filho de uma mãe que teve oito filhos. Na verdade teve 12, quatro morreram. E eu nunca vi a minha mãe reclamar da vida, nunca. Às vezes, nós sentávamos na cozinha – eu, minha mãe e os irmãos – não tinha o que colocar no fogo para comer, e eu não via a minha mãe reclamar. Eu via apenas ela rezar, acreditando que no dia seguinte ela iria ter o que colocar no fogo para sustentar os filhos dela.

Pois bem, meus companheiros e companheiras, por que eu disse isso e por que eu disse que o dia de hoje era um dia sagrado para mim? Porque aqui, hoje, foi anunciada a entrega de cinco mil casas ao povo mais pobre da cidade de Goiânia. Aqui, hoje, foi anunciada pelo Governador a entrega de mais de 80 mil títulos de proprietários para as pessoas que não têm ainda o título da sua casa ou do seu terreninho. Aqui, hoje, foram anunciadas mais 50 mil casas, 27 mil feitas pelo governo federal e 23 mil feitas pelo governo estadual. E isso é apenas o começo, porque nós temos que fazer, até 2010, um milhão de casas populares neste país.

Nós temos o dinheiro, as prefeituras já estão realizando o cadastramento, os governos dos estados já estão fazendo o cadastramento, nós preparamos um milhão de casas. Agora, eu quero dizer ao Governador, aos deputados e aos prefeitos aqui presentes, que podem ter certeza: se o cadastramento passar de um milhão de casas, nós vamos arrumar dinheiro para fazer mais de um milhão de casas neste país.

Eu aprendi uma lição de vida nesses meus 63 anos de vida. Eu aprendi uma lição no governo: a coisa mais barata que tem e a coisa mais fácil que tem é a gente governar para os pobres. O Alcides sabe disso, o Meirelles sabe disso, o Iris sabe disso. Cada vez que entra um grande empresário no gabinete de um governador, no gabinete de um prefeito, no gabinete de um presidente,



o mínimo que ele quer, de empréstimo, é 1 bilhão, 500 milhões, 400 milhões. E, muitas vezes, a gente não pode fazer o empréstimo, ainda saem falando mal da gente.

As pessoas mais pobres não querem 1 bilhão, não querem 2 milhões, não querem 1 milhão. As pessoas mais pobres querem sobreviver dignamente, respeitosamente, e viver com decência. As pessoas querem apenas o direito elementar de morar, o direito elementar de estudar, o direito elementar de comer três vezes ao dia, o direito elementar de cuidar dos seus filhos, o direito elementar de ter direito à saúde, de ter direito à cultura, de ter direito às coisas que são mínimas para a sociedade brasileira.

A pergunta que eu faço é: por que isso não foi feito durante tantos anos neste país? As pessoas que governaram este país antes de mim eram todos diplomados, eram todos letrados, eram todos formados. Por que eles não aprenderam que pobre também é gente e tem que ser tratado com decência e com respeito?

Uma coisa que eu quero que vocês saibam: quando eu ganhei as eleições, não foram poucos dias que eu me deitava, lá no Palácio da Alvorada, e ficava de barriga para cima imaginando se era verdade que eu estava na Presidência. Eu só faltava pedir para a Marisa me beliscar, para saber se era verdade que era eu que estava ali. Porque eu, de vez em quando, ficava pensando: será que eu vou ter capacidade de governar este país? Será que eu vou poder dar conta de ajudar a resolver o problema deste povo? E hoje eu posso olhar na cara de cada mulher, de cada homem, e repetir uma frase muito famosa do Obama na campanha dele: sim, nós podemos governar este país, nós podemos fazer mais e qualquer um de vocês pode se preparar e chegar exatamente onde eu estou, qualquer um de vocês. Basta se preparar, basta ter vontade, basta acreditar e basta brigar para isso.

Nós podemos muito mais do que historicamente disseram que nós podíamos. Nós temos capacidade, nós temos competência (incompreensível)



que este país não pode ser governado apenas com o conhecimento do cérebro. Ele tem que ser governado com a força do sentimento que você tem no coração.

Se uma criança com fome não toca a alma de um governante, se a violência sexual contra as meninas deste país não toca a alma de um governante, se o desemprego não toca a alma de um governante, se a falta de escola para os nossos jovens não toca a alma de um governante, este governante não serve para ser governante nem deste país, nem desta cidade, nem deste estado e de lugar nenhum.

Meus companheiros e companheiras, vocês certamente acompanham o que está acontecendo neste país. Está aqui o companheiro Meirelles, goiano, presidente do Banco Central. Este homem sabe que quando nós chegamos à Presidência da República, em 2003, este país não tinha credibilidade, este país não tinha dinheiro para pagar as importações que a gente fazia, este país tinha desmontado a máquina administrativa, este país estava com a inflação já beirando a casa dos 12, indo para 17. Era preciso moralizar e consertar este país. Era preciso que a gente consertasse este país.

Pois bem, passados sete anos, passados sete anos, nós devolvemos tudo aquilo que o FMI tinha emprestado ao Brasil, e agora fizemos mais. Agora, emprestamos US\$ 10 bilhões de dólares para o FMI. Agora, é o FMI que deve ao Brasil. Agora, é ele que deve ao Brasil.

Vocês sabem que a construção civil esteve paralisada durante 20 anos. Companheiro Iris Rezende, neste país a construção civil ficou sem crescimento durante 20 anos. Com a ajuda do Congresso Nacional, destes que estão aqui, com a ajuda de outros de outros estados, nós conseguimos mudar a lei, facilitar a vida da indústria da construção civil e, este ano, a construção civil vai crescer como nunca cresceu neste país, gerando oportunidade de emprego para milhões e milhões de homens e mulheres deste país.

Mais importante, eu dizia para o Meirelles ontem, em uma reunião que



eu fiz com o Meirelles: o Brasil, hoje, tem a taxa de juros mais baixa da história deste país. O Brasil hoje tem o montante de crédito mais alto que nós já tivemos no País: 20 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha da miséria alcançaram o nível de classe média, 545 mil jovens da periferia estão na universidade, por conta do ProUni neste país. Serão inauguradas, até 2010, 214 escolas técnicas neste país, para a gente formar as nossas meninas, para a gente formar os nossos meninos.

Os nossos meninos, para terem uma profissão e ganharem mais e melhor, para terem a sua casa, para terem o seu carro, para terem as coisas que são direito de sonhar de todo mundo. E a mulher, para ter uma profissão para não ficar dependendo do salário do marido para comprar as coisas no final do mês. Acabou, acabou o tempo em que a mulher não trabalhava, ficava em casa fazendo trabalho doméstico, e quando perguntava: “a senhora trabalha?” Ela dizia: “não”. Vejam o que é a escravidão da mente. A mulher, que faz o trabalho de casa, que é o pior trabalho que alguém pode fazer todo santo dia: arrumar cama, lavar louça, fazer comida, limpar casa, lavar banheiro, todo santo dia, de quando nasce até morrer. Não tem trabalho mais cretino do que esse, mais cansativo do que esse. Então, as mulheres precisam aprender uma profissão para elas trabalharem, ganharem um salário, serem independentes. E quando ela quiser viver com o marido, ela vive porque gosta dele e não porque depende dele, ela vive porque quer e não porque depende.

É este país que nós estamos construindo. É este país que nós vamos entregar em 2011 para alguém que tenha mais competência, para alguém que faça mais, para alguém que possa trabalhar mais, porque o Brasil nunca foi respeitado como ele é hoje, o pobre nunca foi olhado como ele é olhado hoje, neste país. E eu espero que o que está acontecendo aqui seja uma lição de vida para todos nós.

Na eleição passada, diziam para mim: “Lula, você tem que tomar cuidado porque os formadores de opinião pública vão trabalhar contra você”. E



eu dizia para o pessoal: não se preocupem, que acabou a era dos formadores de opinião pública. Quem forma opinião pública hoje é o povo brasileiro, que não se permite mais enganar. O povo não acredita mais em mentira, quando ela é contada na televisão, quando ela é escrita no jornal. O povo já aprendeu a descobrir o que é verdade e o que é mentira. Se vocês quiserem saber se alguém está mentindo, olhem no olho dele quando ele estiver falando na televisão. Olhem, porque a mentira é transparente no olho.

Por isso, meu caro Prefeito e meu caro Governador, é com muita alegria que eu estou hoje aqui, na cidade de Goiás [Goiânia]. Estou aqui para olhar na cara de cada mulher. Eu sei que tem gente aqui que ainda não ganhou a sua casa e que vai ficar perguntando: “Será que eu vou ganhar?”. Eu sei que tem gente aqui que está pensando qual será o dia dele. O que eu posso dizer para vocês é que não é possível fazer todas as casas em um dia. Mas eu posso dizer, com a fé que eu tenho em Deus, que cada um de vocês terá o dia de ganhar a casa que vocês merecem, para cuidar da família de vocês.

Então, eu quero agradecer ao Governador do estado, quero agradecer ao nosso Prefeito, quero agradecer ao Procurador-Geral de Justiça, para dizer para vocês que neste país aqueles governantes que se habituaram a mentir para vocês a vida inteira, acabou, porque agora nós aprendemos de que se tem uma coisa sagrada que a gente tem que fazer na hora que a gente está no sufoco, é o povo mais pobre que acredita, que vem atrás e que ajuda.

Por isso, meu caro Alcides, obrigado pelo dia de hoje. Por isso, meu caro Iris, obrigado pelo dia de hoje. Eu espero que daqui a seis meses eu esteja aqui no estado outra vez para inaugurar mais casas, para inaugurar mais escolas técnicas, para inaugurar mais um pedaço da Ferrovia Norte-Sul.

Eu queria terminar... Depois eu vou descer aí para cumprimentar o senhor. Eu queria, agora, falar um pouco com a imprensa sobre duas coisas. Primeira, a questão do aeroporto de Goiânia. O aeroporto de Goiânia, como vocês sabem, eu vim aqui lançar a construção da nova pista do aeroporto de



Goiânia e fazer o novo terminal do aeroporto de Goiânia. Fizemos a licitação, as obras começaram. Depois, me parece – eu não sei o número exato – mas parece que tem mais ou menos 30% a 35% do grosso da obra feito, sobretudo na questão da pista. Aí, o Tribunal de Contas da União achou que tinha sobrepreço na obra. Resolveu, então, que a Infraero teria que suspender o pagamento de uma parcela do valor para as empresas e mandou paralisar a obra. As empresas não aceitaram, e as empresas, então, pararam de fazer a obra.

Depois, veio um perito de Justiça aqui em Goiânia, fez uma peritagem, que a Infraero me parece que discorda do conjunto da peritagem. Nós já tomamos uma decisão. E nós estamos apenas querendo acordar com os empresários para que a União não tenha que pagar pelo que não foi feito. Nós já tomamos uma decisão e eu acho, Alcides, que dentro de dois meses, no máximo, nós vamos romper o contrato com as empresas que estão fazendo o aeroporto e fazer uma nova licitação, para que a gente possa terminar esse aeroporto que é uma necessidade para Goiânia e para o estado de Goiás.

Pega água lá, pega.

A outra coisa, que eu fiz questão de deixar por último, porque de vez em quando eu vejo artigo na imprensa, de vez em quando eu fico ouvindo insinuações “porque o Lula não ajuda a Celg?” Vamos contar um pouco da verdade. O Alcides sabe que a Celg é uma empresa que tem um capital que o valor dela é de R\$ 184 milhões, é o valor da Celg. A dívida da Celg é de quase R\$ 6 bilhões. Ou seja, ela tem um valor patrimonial de 184 e ela deve R\$ 6 bilhões.

Este companheiro aqui, este companheiro aqui sabe que já está pronto o acordo para ajudar a salvar a Celg, já está pronto. Ontem, eu fiz uma reunião com o ministro Lobão, fiz uma reunião com o presidente do BNDES. Nós estamos agora com um grupo de técnicos da Eletrobrás dentro da Celg, olhando a papelada da Celg, para que a gente possa fazer o ajuste e livrar a



Celg da inadimplência em que ela está e torná-la uma empresa rentável que possa fazer muito mais programas de energia para o povo de Goiás. Portanto, Alcides, aqui na frente da imprensa, eu penso que, no máximo dentro de duas semanas, quem sabe, 30 dias, estará resolvido o acordo da Celg com a Eletrobrás e com o governo.

Agora, uma coisa que eu quero saber, e isso eu faço questão de dizer aqui é: quem quebrou a Celg? Isso, eu faço questão de saber. Quem é que afundou essa empresa? Isso eu vou fazer questão de saber. A outra coisa... eu não posso fazer acusação antes de ter o resultado da peritagem.

Então, a outra coisa importante aqui é o seguinte: a BR-60, que é uma rodovia crucial aqui para Goiânia. O Ministro dos Transportes esteve comigo e com o Alcides agora, em Anápolis. O projeto está pronto, dentro de uma semana vai sair a licitação. Quando sair a licitação, se não houver nenhuma empresa processando a outra, eu acho que dentro de, no máximo, um mês, dois meses ou, quem sabe, um pouco mais, vai começar a duplicação da BR-60 aqui.

Veja, já era uma decisão do governo federal. Já era decisão assumida com este moço e com este moço. Entretanto, eu fiquei sabendo que tem um outro moço que encheu um ônibus de mais moços e foi a Brasília reivindicar, para dizer aqui em Goiás que quem tinha reivindicado a obra era ele. Eu quero dizer que a obra não foi reivindicada por ele, porque se ele gostasse tanto dessa obra, ele foi governador oito anos, ele poderia ter feito essa obra, poderia ter feito. Então, para fazer justiça aqui, quem foi reivindicar a obra foi este moço e este moço aqui, que foram falar comigo da obra.

No mais, companheiros e companheiras, eu quero me despedir de vocês dizendo para vocês o seguinte: Goiás está com uns times de futebol muito bons. Me parece que o Goiás, que o Vila Nova, o Atlético, têm até centroavante bom. Pelo amor de Deus, emprestem um centroavante para o meu Corinthians, que... Porque nós só tínhamos o Ronaldão, ele foi fazer uma lipo, então ele vai



ficar um mês sem jogar. Se vocês gostarem de mim, por favor, convençam o time de Goiás a emprestar um centroavante de graça, porque o Corinthians também não está podendo pagar.

Companheiros e companheiras, um grande abraço. Que Deus permita que vocês tenham uma boa sexta-feira, um bom final de semana.

Obrigado aos companheiros deputados, aos prefeitos, ao Iris e ao Alcides por este dia maravilhoso que eu passei aqui no estado de Goiás.

Um abraço e até a volta, se Deus quiser.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após visita às obras da Ferrovia Norte-Sul

Anápolis-GO, 13 de agosto de 2009

Vou ter que mudar meu nome outra vez. Eu quero... Luiz Inácio Lula Brasileiro Goiano Anapoletto da Silva.

Eu quero cumprimentar o companheiro Alcides Rodrigues, governador do estado de Goiás,

Quero cumprimentar os meus companheiros ministros Alfredo Nascimento, dos Transportes; Marcio Fortes, das Cidades; e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central,

Quero cumprimentar os companheiros deputados Chico Abreu, Pedro Wilson e Rubens Otoni,

Quero cumprimentar o Ademir Menezes, vice-governador de Goiás,

O nosso querido prefeito Antônio Gomide, prefeito de Anápolis,

Quero cumprimentar o Sirio Miguel Rosa da Silva, presidente da Câmara Municipal de Anápolis,

Quero cumprimentar o nosso querido companheiro Iris Rezende, prefeito de Goiânia,

Quero cumprimentar o João Gomes, vice-prefeito de Anápolis,

Quero cumprimentar o nosso querido Juquinha, da Valec,

Quero cumprimentar o pessoal do hip hop, que está aí,

Quero cumprimentar o Marcos de Queiroz Galvão, presidente da Queiroz Galvão,

E quero cumprimentar o Adolfo Pedro da Silva Filho, que é aquele senhor que está lá atrás, representante dos trabalhadores que estão fazendo esta obra aqui em Anápolis.



Ditas essas palavras, eu vou ser o mais breve possível, porque estou vendo um são-paulino aqui na minha frente, que poderia estar vestido com a camisa do Corinthians aqui. Ele está com a camisa do São Paulo. Vocês todos... Não, eu vou sair daqui na expectativa de que o time de Anápolis ou o time de Goiás tenha um centroavante para emprestar para o Corinthians, porque depois que o Ronaldão fez lipo ele vai demorar um pouco para jogar.

Vocês todos, sobretudo o pessoal do interior, desde pequeno a gente ouve dizer que quem engorda o porco é o olho do dono. E é exatamente por isso que a gente vem fazer visita às obras que nós estamos concluindo. Muitas vezes, o governo federal tem o dinheiro, o governo estadual tem o dinheiro, a gente faz o projeto, a gente faz a licitação, a gente dá ordem de serviço, e quando a gente pensa que a obra está para inaugurar, a obra nem começou. E por que acontece isso? É importante dizer para as pessoas mais humildes o que acontece, porque muitas vezes a gente não recebe as informações adequadas.

Um projeto como este, que foi anunciado em 1987, pelo presidente Sarney: a construção da Ferrovia Norte-Sul. Na verdade, do anúncio da obra até nós chegarmos ao governo... Portanto, nós tivemos o mandato do presidente Sarney, o mandato do presidente Collor, o mandato do presidente Itamar Franco, oito anos de Fernando Henrique Cardoso. E quando eu cheguei, imaginando que esta ferrovia já estaria pronta, ela só tinha 215 quilômetros prontos.

Pois bem, nós tínhamos clareza de que esta região central do Brasil, que há 40 anos atrás se pensava que a terra era ruim e não prestava para plantar nada, porque também por falta de informação, quando a gente chegava em um lugar que tinha uma árvore toda torta, a gente dizia que a árvore era torta porque a terra não prestava. Não é isso? Ora, somente há uns 30, 40 atrás, mais ou menos na década de 60, no final da década de 60, é que aqui especialistas estrangeiros contratados, mais especialistas brasileiros e,



sobretudo, alguns especialistas japoneses, é que vieram para cá para fazer um estudo sobre o cerrado brasileiro. Depois de fazer todo o estudo da terra, preparar a terra, cuidar da terra e começarem a plantar, o que nós descobrimos? É que a terra do cerrado se transformou em uma das terras mais produtivas do mundo e, certamente, uma das mais produtivas do Brasil.

Então, essa região cresceu de forma extraordinária. Cresceu e vai crescer muito mais. Mas, para levar os produtos produzidos no estado de Goiás ao Mato Grosso, ao Mato Grosso do Sul e em outras partes, até chegando ao estado do Tocantins, para fazer a produção daqui chegar a um porto – seja Santos, seja o porto de Itaqui, no Maranhão, seja qualquer outro porto – via caminhão, faz com que os produtos produzidos aqui não sejam tão competitivos quanto outros produtos produzidos em outras partes do Brasil mais próximas dos portos. Então, para que esta região continue a ser uma região altamente produtiva, a ser uma região que possa continuar crescendo de forma extraordinária, nós precisamos fazer com que o transporte seja uma vantagem para quem quiser investir no estado de Goiás.

É por isso que nós tomamos a atitude de começar a fazer, para valer, a Ferrovia Norte-Sul. A primeira coisa que o Juquinha deveria ter falado aqui é que não falta dinheiro para a Ferrovia Norte-Sul, não falta dinheiro. O que acontece? Nós temos alguns trechos da Ferrovia Norte-Sul que já foram contratados, que já tinha empresa fazendo e, de repente, o Tribunal de Contas achou que tinha algo errado e mandou paralisar a obra. Aí, a obra fica paralisada, o Juquinha precisa fazer cinquenta viagens a Brasília, ao Tribunal de Contas, para convencer os ministros do Tribunal de Contas que o projeto está certo e o preço está certo. Ora, mesmo que tivesse alguma coisa errada, não é justo mandar parar uma obra, não é justo. Ora, que se abra um processo, que se faça denúncia, mas a obra parada vai custar muito mais caro ao País, ela vai custar muito mais caro ao povo do País.

Pois bem, nós, então, resolvemos terminar a Ferrovia Norte-Sul. Mas se



ela parasse em Anápolis, seria você ligar apenas uma parte do Brasil. Ora, como o grande mercado consumidor que nós temos é o estado de São Paulo e o grande porto brasileiro ainda é o porto de Santos, isso fez com que nós decidíssemos fazer a ligação da Norte-Sul até Estrela d'Oeste, em São Paulo, para ligar com a Ferronorte – é isso? –, para ligar com a Ferronorte, e para fazer com que a gente possa sair do porto de Santos e chegar ao porto de Itaqui, no Maranhão.

Mas nós não paramos por aí. Nós resolvemos fazer uma outra ferrovia para poder ajudar mais a produção deste país. Nós assumimos o compromisso – e este ano deveremos começar já a terraplanagem – de fazer uma ferrovia do porto de Ilhéus, na Bahia, até Alvorada, em Tocantins, para que a gente possa ligar todo o Nordeste à Ferrovia Norte-Sul. Aí, quem produzir aqui vai ter o porto de Ilhéus, vai ter o porto de Santos, vai ter o porto de Itaqui e vai ter outras oportunidades de fazer com que os produtos produzidos no estado de Goiás possam chegar ao Brasil com mais segurança, com preço de transporte mais barato. Portanto, quem produzir vai ganhar um pouco mais.

Eu vim aqui exatamente para ver este túnel, porque este túnel, embora seja de apenas 360 metros, é uma das peças mais importantes da Ferrovia, porque ela passa dentro da cidade, e dentro da cidade nós não podemos fazer a Ferrovia causar qualquer perigo de vida a qualquer pessoa desta região ou a qualquer pessoa deste país. Por isso, este túnel está sendo visitado por mim, porque é uma obra pequena – são apenas 11 quilômetros, ou seja, todo o entorno aí, 11 quilômetros – é uma coisa que vai custar por volta de R\$ 89 [milhões] a R\$ 100 milhões e 80% da obra está pronta. Do jeito que está ali agora, falta colocar o piso, o concreto, colocar os trilhos para, daqui a pouco, a gente fazer uma viagem de trem passando por baixo deste túnel e do outro túnel que está sendo feito aí.

Bem, esta é a razão da minha visita a Anápolis. Mas o Prefeito me fez pegar o avião e sobrevoar, de helicóptero, algumas coisas importantes que



estão acontecendo: as casas que nós estamos fazendo em parceria com a Prefeitura... Mas o que me deixou mais alegre não é nem a Ferrovia. O que me deixou mais alegre foi passar na construção do Instituto Federal Tecnológico, ou seja, a nossa escola técnica profissional para formar a nossa juventude, para permitir que os nossos filhos tenham a oportunidade de estudar uma bela profissão e virarem cidadãos.

E quando eu falo “estudar uma bela profissão”, eu quero dar o meu testemunho de vida. Eu cheguei onde cheguei porque eu tenho uma profissão. Essa profissão me levou para um fábrica importante, essa fábrica importante me levou para um sindicato, e do sindicato eu entrei na política e virei presidente da República.

A diferença é a seguinte: desde 1909, prestem atenção nesse número: desde 1909 a 2003, durante um século, todos os governantes que passaram pelo Brasil, desde a Proclamação da República, fizeram no Brasil 140 escolas técnicas, desde a Proclamação da República... A primeira foi feita em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha. Nós, em oito anos, vamos fazer uma vez e meia tudo o que foi feito em um século. Nós vamos entregar 214 escolas técnicas profissionais neste País. Ora, porque nós sabemos o valor de uma mulher com uma profissão, nós sabemos o valor de uma mulher que não depende do salário do marido para comprar uma meia, para comprar um chinelo, e nós sabemos o valor que tem um homem quando vai procurar emprego e perguntam para ele: “o que você sabe fazer?” Ele fala: “eu sei fazer isso, eu tenho tal profissão, eu sou técnico em alguma coisa”. Certamente, ele é tratado como cidadão, fazem o currículo dele e às vezes até mandam chamar ele em casa. O coitado que não tem profissão, não fazem currículo, e só falam para ele: “não tem vaga”. E ele volta com a carteirinha no bolso da bunda, chorando, para ver se tem sorte no dia seguinte.

Então, o investimento em Educação é a nossa prioridade porque significa a independência da nossa juventude, e também para as mães terem



sossego, porque a molecada hoje termina o colegial, não tem profissão, vai procurar emprego na loja, ninguém dá porque ele diz que não tem – nunca trabalhou – não tem experiência, e essa criança, seja menino ou menina, fica no desespero. Por isso, essa escola técnica, para mim, é uma paixão. É uma coisa que me emociona porque eu quero que os filhos das pessoas deste país tenham o que eu não pude ter quando eu tinha a idade de vocês, 16, 17, 18 ou 19 anos. Eu quero que vocês tenham a certeza e a esperança que eu não tive quando eu tinha a minha juventude toda para estudar.

A terceira coisa importante, meus companheiros, é que nós só estamos fazendo isso porque a nossa economia está bem. Faz quanto tempo que vocês não ouvem falar em inflação? Faz quanto tempo? Faz quanto tempo? Eu não estou vendo nenhuma faixa aí dizendo “Fora FMI”, eu não estou vendo. Sabem por quê? Porque hoje a inflação está controlada. Nesse instante nós temos a menor taxa de juros da história do Brasil, a menor taxa de juros da história do Brasil, e de juros reais. Eu era deputado constituinte, Alcides, e a gente colocou na Constituição 12% de juros reais. Era o que a gente queria. Hoje o juro real quanto está, Meirelles, 4,5%? Quatro e meio por cento.

Eu vou dar um dado para vocês. Quando eu assumi a Presidência do Brasil, o Brasil inteiro tinha R\$ 380 bilhões de crédito, para o Brasil inteiro. Hoje, somente o Banco do Brasil tem de crédito a mesma quantidade que o Brasil tinha em 2003. O Banco sozinho tem. Quando nós criamos o crédito consignado, que era para emprestar dinheiro para pobre, para o trabalhador que, às vezes, não conseguia nem entrar no banco, diziam que ia ser um fracasso. Sabem quanto de dinheiro está emprestado, já, pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica e outros bancos? R\$ 90 bilhões no crédito consignado.

Quando a gente lançou o programa Luz para Todos, vocês estão lembrados? O pessoal dizia... Eu não sei quantas ligações foram feitas em Goiás, mas eu vou dizer para vocês o seguinte: quando a gente liga a luz em uma casa, lá no meio do mato, somente quem viveu à base de um candeeiro



sabe o que é isso. Ora, quando a gente liga uma luz lá fora, não é apenas uma luz. Depois da luz vem a televisão, vem a geladeira, vem o liquidificador, vem a máquina de fazer farinha, vem qualquer outra coisa. Pois bem, nós já ligamos 2 milhões e 20 mil casas neste país. Sabem o que isso significou para a economia brasileira? As pessoas já compraram, de todas as famílias que receberam o Luz para Todos, 1 milhão e 578 mil televisores, 1 milhão e 420 mil geladeiras, e 880 mil aparelhos de som. Significa que o pessoal gosta de ouvir Leandro e Leonardo, Zezé Di Camargo e Luciano, Lula e Alcides. Quando eu terminar a minha campanha... quando eu terminar o meu mandato eu vou cantar, e vou fazer o primeiro show aqui em Anápolis.

Bem, companheiros e companheiras, eu queria terminar dizendo o seguinte: eu vou sair daqui e vou para Goiânia. Em Goiânia, nós vamos anunciar o investimento de 50 mil casas para o estado de Goiás. Dessas 50 mil casas, 27 mil casas são financiadas pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, e 23 mil são financiadas pelo governador do estado. São 50 mil casas. Esta cidade aqui, pelo tamanho dela – se não me falha a memória –, deve receber umas 3 ou 5 mil casas a mais. Agora, é o seguinte: essas casas têm uma prioridade para as pessoas que ganham de zero a três salários mínimos, depois de três a seis, depois, uma parte, de seis a dez. Qual é o problema? Nós temos o dinheiro, nós temos gente que precisa da casa e nós, agora, precisamos torcer para que os empresários brasileiros se preparem para fazer uma quantidade de casas, em dois anos, que a gente não fez nos últimos seis ou sete anos no Brasil.

Este país finalmente aprendeu a gostar de si mesmo, a se respeitar, e este país não tinha dado certo porque muita gente, muita gente, na hora de escolher um candidato fica imaginando que se esse candidato tiver 30 diplomas ele vai ser um grande governador, um grande prefeito, um grande deputado, um grande senador, um grande presidente. Muita lorota! O que marca...



Eu espero que a minha passagem pela Presidência sirva para que o povo brasileiro aprenda que a gente mede um presidente da República, um prefeito e um governador não é pelo discurso, é pelo caráter; não é pelo discurso, é pelo compromisso que ele tem com as pessoas. Se um presidente da República não tiver coração para chorar com a dor do seu povo, para rir com a alegria do seu povo, se for aquela figura que parece um boneco, ou seja, que está sempre com a mesma cara, não tem emoção, não tem sentimento, não sabe o que é o desemprego, não sabe o que é a fome, não sabe por que neste país não colocaram mais jovens nas universidades, desses caras nós já aprendemos uma lição. Agora, o que nós precisamos é colocar no governo alguém que tenha o sangue da gente, o sentimento da gente, para fazer as coisas que a gente precisa.

Eu quero dizer para vocês, quero dizer para vocês: eu sou um homem que tenho muito respeito pelo Meirelles. O Meirelles não era do meu partido. Eu conheci o Meirelles, Iris, sabe por quê? Ele me foi levado lá pelo Pedro Wilson, ele ainda era presidente do Banco de Boston. Aí, o Pedro Wilson me liga e fala o seguinte: “Ô Lula” – eu não era presidente – “ô Lula, eu tenho um amigo meu que quer te conhecer”. Eu falei: Traga aqui. Ele levou o Meirelles. Aí chegou lá e falou: “Olha, ele é banqueiro, é lá do Banco de Boston, mas é de Anápolis também, goianense, e estudou comigo na escola”. Na escola primária, não foi isso? No ginásio. Estudaram juntos no Liceu. Aí eu fiz amizade com o Meirelles, nunca mais vi o Meirelles, ele foi embora para o Banco de Boston. Depois me perguntou se deveria entrar na política, eu disse que não. Aí, daqui a pouco, ele aparece como deputado federal pelo PSDB. Eu falei: filho da mãe. Por que veio aqui perguntar para mim o que deveria fazer, se depois foi para os tucanos, e nem pediu para mim para ir...

Acontece que quando eu ganhei as eleições, eu precisava de alguém competente no Banco Central. E ali a gente não pode colocar meio-oficial, ali a gente não pode colocar aprendiz. Ali, ou sabe ou não sabe. Eu fui a



Washington conversar com o Meirelles. Conversei com o Meirelles e o Meirelles aceitou abrir mão do seu mandato de deputado federal do PSDB para ir trabalhar em um governo em que ele não conhecia quase absolutamente ninguém e tinha tido apenas uma reunião comigo. Vocês, muitas vezes já ouviram pessoas falar mal do Meirelles porque os juros estavam altos, porque os juros estavam não sei das quantas. Eu quero dizer ao povo de Anápolis que eu sou agradecido e devo a este companheiro e à equipe econômica do governo a estabilidade econômica e o respeito que o Brasil tem hoje no mundo.

Antigamente... o Meirelles sabe disso porque foi presidente do Banco de Boston. Antigamente, um presidente da República, Pinheiro, chegava em uma reunião em Nova Iorque com outro presidente, ele era tratado como se fosse um cidadão de terceira categoria, ninguém nem dava bola. Agora, não. Agora, quando um presidente da República do Brasil chega em qualquer país do mundo, ele é tratado com o mesmo respeito que nós tratamos eles. Eu aprendi na minha vida sindical, no enfrentamento cotidiano pelas lutas salariais que nenhum ser humano respeita um outro ser humano que não se respeita. A condição básica para as pessoas respeitarem a gente é, em primeiro lugar, a gente se respeitar, a gente gostar da gente mesmo e a gente amar aquilo que a gente faz.

O povo brasileiro, o povo brasileiro, como foi colonizado durante muito tempo, o povo brasileiro tinha a mania de achar que ele era inferior. Tudo que era estrangeiro era melhor do que o brasileiro. Para mim pode ter igual, mas não tem nada melhor do que ser brasileiro, não tem nada mais digno do que a gente gostar da gente mesmo.

Por isso, meus companheiros, eu estou falando agora e, certamente, em dezembro nós vamos ter que vir inaugurar escola porque em janeiro tem que começar as aulas e eu quero muita gente aqui de 16, 17 anos, matriculada nesta escola, para amanhã virarem grandes profissionais. Depois nós vamos inaugurar o contorno que está sendo feito, depois nós vamos inaugurar mais



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

não sei o que lá. Depois, o prefeito disse que nós vamos inaugurar as casas. De forma que eu queria dizer para vocês: podem ter certeza de que eu ainda vou torrar a paciência de vocês pelo menos mais três vezes, antes de terminar o meu mandato.

Um abraço, companheiros, e boa sorte para todo o povo de Anápolis.

(\$211A)



Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente do México, Felipe Calderón, após cerimônia de assinatura de atos

Palácio Itamaraty - Brasília-DF, 17 de agosto de 2009

Excelentíssimo senhor Felipe Calderón, presidente do México,

Senhora Patricia Espinosa, secretária das Relações Exteriores do México, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação mexicana,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Senhores ministros Guido Mantega, da Fazenda; Ivan Ramalho, interino do Desenvolvimento; Edison Lobão, de Minas e Energia; e Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia,

Senhoras e senhores membros da delegação mexicana e da delegação brasileira,

Senhoras e senhores,

Meninas e meninos da imprensa brasileira e da imprensa mexicana – depois vocês me pagam pelo “meninas e meninos”.

Tenho a grande satisfação de receber o presidente Felipe Calderón, presidente do México, aqui em nossa casa, em Brasília. Com sua visita, consolidamos uma parceria verdadeiramente estratégica. Estamos construindo respostas conjuntas para as aspirações de bem-estar e prosperidade de nossos povos. Temos pressa em realizar todas as possibilidades de uma amizade sincera e antiga, mas que ainda não alcançou todo o seu potencial.

México e Brasil são dois grandes países. Representamos, juntos, mais da metade do território, da população e da produção da América Latina e do Caribe. Comungamos valores e ideais, lutamos pela paz, pelo fortalecimento



do multilateralismo e pela promoção do desenvolvimento com justiça social. Estamos conscientes das responsabilidades que temos na região e no mundo.

A crise econômica internacional desmistificou a suposta supremacia do mercado e dos modelos importados. Ao mesmo tempo, abriu espaço para que países emergentes como os nossos impulsionem as necessárias reformas nas estruturas da governança global. Defendemos uma economia que incentiva o trabalho e a produção, e não a especulação desenfreada. Essas posições, defendemos conjuntamente no G-20 Financeiro e no diálogo do G-5 com o G-8. Hoje ninguém pode duvidar de que somos parte indispensável da solução de um problema que não criamos.

Caro amigo presidente Calderón,

A América Latina não pode estar ausente desse debate. Também nisso, México e Brasil estão juntos. Como coordenador do Grupo do Rio, o México está empenhado em institucionalizar a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Sua decisão de convocar para 2010, na Cidade do México, a segunda CALC interpretou o sentimento coletivo de todos os países latino-americanos e caribenhos. Não vamos esperar mais 200 anos para voltar a nos reunir em torno de uma agenda nossa, sem tutelas externas.

No imediato, a América Latina tem um desafio inadiável: o de contribuir para que a democracia em Honduras seja restaurada. Com esse propósito, México e Brasil tomaram posição firme a favor do retorno imediato e incondicional do presidente Zelaya a Tegucigalpa.

Precisamos agir com urgência no marco das resoluções da OEA e de nossas convicções democráticas. Não podemos tolerar nem transigir com atentados à ordem constitucional. É essa a lição que aprendemos ao longo de duras décadas de luta para devolver a liberdade e a paz à nossa região.

Senhor Presidente,

A parceria que estamos construindo se assenta em números fortes. Nosso comércio mais do que dobrou desde 2003, atingindo no ano passado



US\$ 7,4 bilhões. A crise mundial nos deixou um desafio: não só recuperar esses níveis de intercâmbio, mas superá-los, em vista do enorme potencial de duas economias emergentes e altamente dinâmicas.

As importações brasileiras provenientes do México, e mexicanas, desde o Brasil, ainda ocupam uma pequena parte de nosso comércio exterior. As pautas de exportação são pouco elaboradas. Os acordos de preferências comerciais são restritos e acanhados, sobretudo para dois países com importante papel nas negociações comerciais internacionais. Por isso, estamos empenhados em ampliar o acordo comercial Brasil-México.

A crise sublinhou a importância de buscarmos diversificar nossos parceiros, enriquecer o leque de produtos e internacionalizar nossas empresas. A ampliação do acordo rumo ao livre comércio Mercosul-México dará força a essa estratégia.

As extraordinárias oportunidades no campo dos investimentos apontam o caminho para duas economias com tantas complementaridades. Empresas mexicanas têm US\$ 17 bilhões aplicados aqui, o que faz do Brasil o principal destino de investimentos do México no exterior. Faço um chamamento aos homens de negócios brasileiros para que sigam esse exemplo e multipliquem sua presença no México, hoje na modesta casa de apenas US\$ 1 bilhão.

Empresas mexicanas e brasileiras têm conquistado presença cada vez mais forte nos mercados mundiais, inclusive dos países desenvolvidos. Elas são a ponta-de-lança da globalização de nossas economias. Estão ganhando espaço e competitividade para conquistar liderança no cenário internacional de indústrias e serviços. Não há razão para que essa aposta não aproxime, cada vez mais, nossos dois mercados.

Tenho certeza de que foi esta a mensagem que o presidente Calderón transmitiu no seu encontro com empresários brasileiros no sábado, em São Paulo. Sei que Vossa Excelência também se reuniu com empresas do etanol e visitou o Centro de Pesquisa da Petrobras. No momento em que a segurança



energética ganha prioridade na agenda global, está aberto o caminho para unirmos nossas forças e competência tecnológica.

Conte com meu apoio para ampliarmos a nossa parceira em energia, sobretudo na área dos combustíveis renováveis, pois sabemos que a diversificação das fontes é fundamental. Não me canso de insistir que a experiência brasileira demonstra que os biocombustíveis desempenharão [um papel] cada vez maior numa matriz mundial... Eu vou ler aqui, porque parece que comeram bola. Não me canso de insistir que a experiência brasileira demonstra que os biocombustíveis desempenharão cada vez mais um papel importante na matriz mundial, limpa e barata.

Estamos assinando hoje acordos de cooperação técnico-científica nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e espacial. Eles também apontam para os desafios do futuro e para nossa determinação de construí-lo juntos.

Meu caro amigo presidente Calderón,

México e Brasil estão determinados a fortalecer as instâncias de coordenação e decisão coletivas e a defender o respeito aos direitos humanos. Sabemos, também, que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social para todos. Somos países megadiversos, multiétnicos e multiculturais. Somos, acima de tudo, democracias que se fortalecem com o aumento da participação popular.

Aprendemos no Brasil a admirar as notáveis conquistas da civilização mexicana. As lutas sociais que mobilizaram essa nação ao longo de sua rica história ajudaram a despertar toda a América Latina e continuam a nos desafiar e a nos inspirar na construção de sociedades mais justas e menos desiguais.

É com esse México, orgulhoso de seu passado e confiante no seu futuro, que o Brasil quer ter relação cada vez mais forte. O excelente diálogo que tivemos hoje me dá a certeza de que esse também é o desejo do presidente Calderón e a expectativa do povo mexicano.

Meu caro amigo presidente Calderón,



Uma última palavra sobre a sua visita ao Brasil. Eu penso que o presidente Calderón ainda tem três anos e quatro meses de mandato na Presidência do México. Eu tenho um ano e três meses e meio na Presidência do Brasil. Portanto, nós ainda temos um tempo extraordinário para fazer o que nós ainda não fizemos, apesar de já termos feito muito na melhoria das relações México e Brasil.

Essa crise econômica, embora tenha causado prejuízos a muitos países, embora tenha causado desemprego, fechamento de empresas, quebra de bancos importantes, há uma verdade do outro lado dessa moeda da crise que nós precisamos tirar proveito dela. Eu sempre acho que uma crise vem, nem sempre para fazer apenas o mal, mas ela vem para nos desafiar e nos alertar de coisas novas que nós precisamos fazer. É inconcebível, do ponto de vista econômico, que dois países - um com 110 milhões de habitantes, outro com 200 milhões de habitantes, com PIBs sem muita diferença, com renda per capita mais ou menos igual, os dois países juntos somando 300 milhões de habitantes - é incompreensível que nós tenhamos um fluxo de balança comercial de apenas U\$ 7,4 bilhões. Isso é nada na relação de dois países do tamanho do México e do Brasil. Eu acho que essa crise, presidente Calderón, tanto para o Brasil quanto para o México, está a nos obrigar a fazer no século XXI coisas que nós tanto consolidamos no século XX.

O presidente Calderón sabe que não é de hoje. Desde o tempo do presidente Fox que eu sonho com o México com um olhar mais forte para a América Latina e para a América do Sul. E também eu sonho com o Brasil mais voltado também para a América Central, Caribe e México. Nós temos alguns meses pela frente e eu acho que nós poderíamos aumentar, primeiro, a discussão como os nossos empresários - empresários mexicanos e empresários brasileiros; segundo, fazer com que haja uma intensificação na relação dos nossos ministros na área de Ciência e Tecnologia, na área de Indústria e Comércio, na área de Minas e Energia, para que a gente possa



descobrir todas as oportunidades que o México oferece, de investimento brasileiro. O México descobriu, e já descobriu muito, todas as possibilidades de investimento no Brasil para que a gente construa uma nova era na relação México e Brasil.

Acho que, sobretudo, essa crise demonstra que quanto mais nós diversificarmos a nossa balança comercial, quanto mais nós interagirmos com outros países, menos dependentes nós ficaremos de uma única economia. Eu senti o resultado, presidente Calderón, aqui no Brasil, de 2003 a 2009. Eu viajava com o ministro Celso Amorim para Davos, no dia 25 de janeiro de 2003, quando eu e Celso discutíamos a necessidade de mudar um pouco a geografia comercial do mundo. Nós não poderíamos ficar dependentes apenas dos dois blocos mais ricos do mundo: de um lado, os Estados Unidos; do outro lado, a Europa. E resolvemos fazer como mascates: sair com os produtos brasileiros, com empresários brasileiros, para todos os países da América Central, da América do Sul, da África, Árabes e muitos países asiáticos.

Hoje, com a graça de Deus, nós temos uma balança comercial tão diversificada que já não dependemos mais dos Estados Unidos ou da União Européia. Se bem que, nesse período, a nossa balança comercial cresceu anualmente 20% com a União Européia e com os Estados Unidos. Mas ela cresceu 400% com a África, 500% com o Mundo Árabe, cresceu de forma extraordinária na América Latina, cresceu de forma extraordinária na América do Sul. E eu acho que este mundo estará mais aberto se México e Brasil estiverem juntos, porque juntos nós seremos mais fortes, teremos mais influência e poderemos fazer com que o povo mexicano e o povo brasileiro, no final dos nossos mandatos, tenham ganho muito mais do que ganharam até agora.

Eu dizia ao presidente Calderón que nós nos reunimos muito pouco. Dois países importantes, nós temos que nos reunir mais. Calderón tem que vir mais vezes ao Brasil e eu tenho que ir mais vezes ao México, até que a gente



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

consiga diminuir a desconfiança, muitas vezes generalizada, que existe entre investidores brasileiros e mexicanos, que não têm certeza de onde colocar o seu dinheiro ou, quem sabe, tenham medo dessa relação.

O desafio para nós dois, meu caro Calderón, é mudar e aperfeiçoar essa história extraordinária de relação entre México e Brasil.

Muito obrigado.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de inauguração de obras do PAC nos bairros Jardim
Laranjeiras e Jardim Cabuçu**

Rio de Janeiro-RJ, 18 de agosto de 2009

Olha, eu quero, primeiro, dizer ao povo da Baixada Fluminense e ao povo de Nova Iguaçu, da alegria de estar aqui no meio de vocês, em um dia de festa mas, também, em um dia de protesto, porque eu estou vendo, ali atrás, algumas pessoas gritando. E eu acho que esse é um momento glorioso, da consolidação do processo democrático brasileiro. Nem eu, nem o Governador, nem o Prefeito, e ninguém quer que o povo venha em uma manifestação apenas para concordar, se não está concordando. Desabafem. Desabafem, porque assim a gente vai conquistando as coisas.

Então, eu queria cumprimentar o nosso querido Governador,

O nosso querido Prefeito,

Queridos deputados federais aqui presentes,

Queria cumprimentar os secretários municipais, os secretários estaduais,

Queria cumprimentar o nosso bispo da Diocese de Nova Iguaçu, dom Luciano Bergamin,

Queria cumprimentar o padre Agostinho Preto,

Queria cumprimentar a nossa companheira Benedita da Silva, que é uma figura especial na política social do companheiro Sérgio Cabral,

E eu estou com um monte de papel aqui, eu vou largar os papéis para poder ter uma prosa com vocês. Olha, primeiro, eu queria que vocês tivessem a compreensão de que eu compreendo que eu já vivi tudo que o nosso povo vive. Se alguém me falar de fome, eu sei o que é; se alguém me falar que



morou em rua com esgoto a céu aberto, eu morei a vida inteira; se alguém falar de enchente, eu já peguei umas dez na minha vida; se alguém falar de falta de transporte, eu, durante 27 anos, peguei ônibus para trabalhar. Então, eu conheço a vida de cada homem e de cada mulher deste país. E é sobre isso que eu queria falar com vocês.

Primeiro, eu queria agradecer aos vereadores, que me deram o título de cidadão desta cidade. Eu espero estar preparado para um dia vir concorrer ou a vereador ou a prefeito aqui, em Nova Iguaçu.

Eu estou vendo ali, Sérgio, estou vendo ali, Lindberg, o nosso “mata-mosquito” aí, que nós cuidamos tão bem. Eu lembro na campanha de 2002, onde o Serra ia, os mata-mosquitos estavam atrás do Serra com um mosquito muito grande.

Queria dizer aos companheiros da Polícia Ferroviária Federal que já tem muita coisa acertada no Ministério da Justiça, na Advocacia-Geral da União, faltam apenas alguns detalhes no Ministério do Planejamento para a gente poder legalizar definitivamente a vida da nossa Polícia Ferroviária, até porque nós estamos recuperando a ferrovia neste País. Só no meu governo nós estamos fazendo mais de 6.700 Km de ferrovia. Tanto da ferrovia Norte-Sul quanto da Ferrovia Transnordestina, quanto da Ferrovia Leste-Oeste, porque este País não pode continuar pagando o preço de desmontar todo o sistema ferroviário que a gente tinha para ser substituído por caminhões e automóveis e hoje, nós aprendemos que a gente pode ter caminhão, a gente pode ter automóvel, mas o trem é o meio de transporte seguro, mais barato e economicamente mais rentável para as pessoas que querem mandar os seus produtos ou passageiros.

Quero dar parabéns ao Governador pelo tratamento dos trens que trazem o povo para Baixada Fluminense, porque nos anos 80 eu viajava nesse trem e o que a gente notava é que não tinha nenhum respeito pelos passageiros porque os trens estavam sucateados. Se você está colocando ar



condicionado agora nos vagões ou vagões com ar condicionado, significa que a gente está fazendo pelo pobre aquilo que a gente deveria ter feito a vida inteira, tratando ele com dignidade e com respeito. Por isso meus parabéns.

Mas companheiros e companheiras, eu estou vindo aqui para, não é nem inaugurar, é para a gente comemorar uma etapa que foi concluída aqui em Nova Iguaçu. Uma etapa e eu estou vendo que tem gente ali com faixa: cadê as obras do Km 32?, cadê as obras do Km 32? Vejam, é importante, pode cobrar o Km 32, pode cobrar o 48, 58, que nós vamos levar asfalto, água encanada, coleta de esgoto, tratamento de esgoto. Lógico, lógico que a gente não pode fazer tudo em pouco tempo, até porque faz dezenas de anos que esse povo daqui amassa barro. Na época da seca come poeira, na época da chuva amassa lama, e o que está acontecendo aqui é uma coisa muito importante. E a gente vê melhor quando a gente vê de helicóptero, porque a gente vê o conjunto da coisa feita. A gente não vê apenas uma rua, a gente vê todas que foram feitas. E todo mundo sabe que na hora em que a gente tiver todo tratamento de esgoto em toda a Baixada Fluminense, o milagre de recuperar a Baía da Guanabara estará acontecendo, porque na hora em que não tiver esgoto caindo lá, que a gente coletar tudo aqui, tratar e jogá-lo limpo no mar, a gente não vai precisar mais de Piscinão de Ramos, porque a gente vai utilizar é o mar de verdade para a gente poder tomar banho e para a gente poder mergulhar.

Pois bem, eu acho que nós estamos vivendo um momento importante em nosso país. Eu tenho 63 anos de idade, 30 deles eu passei... Pareço um menino... Passei, dos meus 63 anos, 27 anos trabalhando dentro de uma fábrica. Eu, desses meus 27 anos dentro de uma fábrica, a maioria do tempo eu morava no Parque Bristol, em São Paulo, e eu morava na lama. Era um barro vermelho que, quando não chovia, a gente ia espirrar, saía um tijolo, e quando chovia, a gente ia trabalhar, levava uma casa na galocha, que a gente era obrigado a colocar para poder chegar até o ponto do ônibus. Então eu sinto



o prazer que vocês estão sentindo de ver essa cidade deixar de aparecer nas páginas dos jornais pela quantidade de crimes que aqui ocorria, e aparecer nas páginas dos jornais como uma cidade que está dando aos seus filhos, aos seus moradores, tratamento respeitoso, adequado e digno.

E eu tenho consciência de que um governador, um prefeito e um presidente, ele pode fazer mil que no dia seguinte o povo está querendo mil e um. Se ele fizer 2 mil, o povo está querendo 2 mil e dois. Porque a natureza humana é assim. Tudo que a gente conquista hoje é pouco porque a gente descobre que pode conquistar mais. E a gente vai se organizando, a gente vai brigando, os governantes como eu, Lindberg e Sérgio Cabral vão aprendendo a fazer e as coisas vão melhorando, e vão melhorando muito.

E aí é o que eu queria dizer para vocês. Eu era presidente da República de 2002 a 2008, a 2006. Pois bem, é muito difícil um presidente da República fazer uma obra em um município quando o prefeito é inimigo do Governador, do Presidente. É muito difícil fazer uma obra em um estado quando o governador é inimigo do Presidente. Não que seja apenas inimigo, é que se o governador não gosta do Presidente e o Presidente não gosta do governador, eu tenho dinheiro para fazer uma obra no estado, se o governador não gosta de mim e eu não gosto dele, o que é o raciocínio normal? Bom, se ele não gosta de mim e eu não gosto dele, eu não vou gastar o dinheiro lá, eu vou gastar o dinheiro em outro estado. E isso significou o atraso deste país.

Quando... Eu não conhecia o Sérgio Cabral. Quando eu fui para o segundo turno, em 2006, o Sérgio Cabral foi para o segundo turno, e nós, então, fizemos um acordo. Naquele acordo, eu lembro como se fosse hoje, foi na Candelária, eu lembro como se fosse hoje, eu disse ao Sérgio Cabral: Sérgio, essa aliança nossa é a possibilidade de o estado do Rio de Janeiro fazer com o governo federal a maior aliança já feita entre o Rio de Janeiro e o governo federal. Para quê? Para melhorar a vida do povo do Rio de Janeiro. E eu, embora goste de todos os estados, respeite todos os estados, sou



pernambucano, morei em São Paulo, construí a minha vida em São Paulo, eu sei o que este estado representa para o mundo e para o Brasil. Eu sei o que o Rio de Janeiro representa.

E eu sei que este estado, durante muitos anos, foi abandonado. Este menino aqui, este menino aqui, Sérgio, eu vou contar uma história. Este menino andava meio perdido, andava meio perdido. Saía de um partido, entrava em outro, falava uma coisa, não falava outra, muito novo. Eu o conheci na campanha das Diretas, uma vez eu o chamei na minha casa. Eu falei: Lindberg, eu já era Presidente. Eu falei: Lindberg, você, companheiro, vai ter que decidir se você quer vencer na vida política. Você vai ter que decidir e se você decidir, menino, você vai ter que agir com muito mais responsabilidade, definir um partido importante. Eu tinha vontade de trazê-lo para o PT quando ele era da UNE, mas como eu respeitava muito o PC do B, eu não quis convidá-lo. Mas depois que ele foi para um partido ultraesquerda aqui, eu falei: Não, agora eu vou convidá-lo para vir para o PT. Venha para o PT, decida o que você quer ser. “Ah, eu quero ser prefeito”. Então você vai ser prefeito, porque é lá, na Prefeitura, comendo lama, sendo xingado, sendo ofendido que você vai aprender a governar uma cidade.

Bem, e eu não conheço os prefeitos da Baixada Fluminense, todos. Mas eu duvido que tenha aqui, no Rio de Janeiro, um prefeito que diga que eu não fiz alguma coisa por ele porque ele é de outro partido político. Não é assim que a minha cabeça funciona. A minha cabeça não funciona pela minha relação com o Sérgio ou com o Lindberg. Eu quero ter com eles uma relação de respeito: eles me respeitam, eu respeito eles; eles são meus companheiros, eu sou companheiros deles. Mas a minha relação é o seguinte: se o povo está precisando, eu não quero saber a que partido pertence o governo ou o prefeito. Nós temos é que fazer as coisas para atender as necessidades do povo.

E posso dar o meu testemunho. Acho que há muitos anos, acho que há muitos anos Nova Iguaçu não tinha um prefeito comprometido com o povo



como tem o Lindberg. Mas quero dar o meu testemunho aqui, da minha relação com muita gente aqui, no Rio de Janeiro, há muitos anos. Faz 25 anos que eu venho ao Rio de Janeiro. Às vezes, eu fico chateado porque eu venho há tantos anos, nunca me convidaram para molhar o pé na praia de Copacabana, é só para reunião de trabalho.

Pois bem, eu quero dar o meu testemunho de que há muitas décadas o Rio de Janeiro não tinha um governador com a sensibilidade que tem o companheiro Sérgio Cabral, e com a lealdade na relação com o governo federal que tem o companheiro Sérgio Cabral. A gente não tem divergência, a gente trabalha junto, naquilo que eu preciso ele faz, naquilo que ele precisa eu faço, porque tanto ele quanto eu, nós sabemos que o que vai contar para a nossa vida é saber se a gente foi honesto com o povo ou não foi honesto com o povo, se a gente fez as coisas ou não fez as coisas com o povo.

E o que está acontecendo no Rio de Janeiro, vocês vão ser testemunhas. Eu, agora, todo mês vou vir ao Rio de Janeiro. Já falei... Não, eu venho mais que uma vez por mês. Aliás, tem outros governadores que reclamam que eu venho muito ao Rio de Janeiro. É pelo seguinte: o companheiro Marcio Fortes tem que saber que é preciso dar um tratamento igual a todos os prefeitos da Baixada Fluminense. É preciso saber, as necessidades aqui são muitas, aqui o pessoal precisa de água encanada, de asfalto, de coleta de esgoto, de tudo que precisar, de casa, e também precisa trabalhar.

Então, veja, eu conheço a realidade da Baixada Fluminense. Olhem aqui, tem um companheiro aqui, do PT de Belford Roxo. Hein? Eu sei, tem um prefeito aqui que está dizendo, que em Belford Roxo 70% não tem asfalto, 70% não tem água, 70% não tem um... A culpa é do Márcio Fortes, não é minha, não. É porque, companheiros, veja, quando... Eu estava dizendo que a gente não pode consertar os desmandos de 500 anos em oito anos ou em nove anos, ou seja, a reparação que nós temos que fazer é muito grande. Mas você vai ver



o que vai ser a revolução nessa região quando o arco rodoviário estiver pronto, o que vai ser de desenvolvimento aqui nessa região. Porque eu tenho a convicção, eu tenho a convicção de que nós estamos fazendo pelo Rio de Janeiro, em oito anos, mais do que foi feito em 30 ou 40 anos pelos outros governantes deste país. Eu tenho clareza. Mas tenho clareza de que ainda falta muita coisa para ser feita. Muita coisa. Eu quero estar vivo para a gente ver o Rio de Janeiro sem favela, o Rio de Janeiro com bairro. Cada favela tem que ser um bairro.

Hoje eu fui inaugurar casa lá em Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, dando casa descente, apartamento descente, para as pessoas pobres que antes eram vistas apenas como bandido. E nós vamos fazer no Complexo do Alemão, em Manginhos, em tudo que é favela do Rio, de São Paulo, da Bahia. Não tem um estado, hoje, em que a gente não esteja investindo na recuperação dos lugares degradados, com palafita, com favela, com gente morando na beira de córrego ou de encosta. Agora, esse é um desmando de cem anos. É um desmando de cem anos. Para a gente melhorar isso, vai levar algumas décadas. Não é em uma década, nem em um mandato.

Agora, o que está acontecendo? Quando a coisa está acontecendo de forma adequada... eu dizia que a economia brasileira não ia cair como a economia mundial, eu dizia que a economia brasileira seria a última a entrar em crise e a primeira a sair. E agora eu acabei de receber a informação: no mês de julho nós geramos 138 mil novos empregos de carteira profissional assinada; hoje nós temos menos desemprego do que Estados Unidos e do que Europa; nós tínhamos a menor taxa de juros da história do Brasil. Nós estamos tão chiques, estamos tão chiques, que quando eu tomei posse, a gente devia 30 bilhões ao FMI. Hoje, o FMI me deve US\$ 10 bilhões, de tão chique que a gente está. Nós temos US\$ 213 bilhões de reservas, nós somos respeitados no mundo, hoje, coisa que a gente não era há pouco tempo. A gente era tratado como se fôssemos homens e mulheres de segunda categoria e hoje nós



podemos andar de cabeça erguida em qualquer lugar do mundo, que as pessoas nos respeitam, porque sabem que nós somos pobres, mas temos orgulho. Este país é um país grande e tem que ser respeitado. E agora que nós descobrimos o pré-sal, nós descobrimos uma grande reserva de petróleo que vai do Espírito Santo até São Paulo, na Bacia de Campos e outra Bacia que eu não sei como é que chama. Como é que chama? A Bacia de Santos.

Pois bem, esse petróleo, nós temos um compromisso, nós temos um compromisso. Parte desse petróleo será para a gente resolver, nós vamos criar um fundo desse petróleo para que a gente possa resolver três coisas deste país. Primeiro: acabar com a pobreza neste país, sabe, melhorar a vida dos pobres, fazer um grande investimento em educação para a gente sair do atraso a que nós fomos submetidos e fazer um grande investimento em ciência e tecnologia para que o Brasil se transforme em um país de ponta. Porque, hoje, um país é considerado grande não se a gente exporta minério de ferro ou café ou suco de laranja. É importante exportar isso, mas o que dá mais riqueza para um país é a gente exportar conhecimento, a inteligência, produto sofisticado feito pela inteligência do povo brasileiro. E isso não está longe de acontecer. Nós já começamos a mexer a seis mil metros de profundidade para tirar petróleo.

Na semana que vem, ou na outra, vamos mandar para o Congresso a lei regulando e nós vamos poder transformar este país, não sei se eu vejo isso, mas daqui a 15 ou 20 anos, este país estará em um outro patamar, porque nós estamos fazendo investimento na educação. E aí, Lindberg, é importante que os prefeitos saibam – eu não sei se tem escola técnica em todas as prefeituras da Baixada Fluminense. Eu espero que se Belford Roxo não tiver, por favor, reivindique prefeito, pelo amor de Deus, mande o projeto, entregue o projeto, já está lá, veja.

Eu vou só contar uma coisa para vocês saberem o que está acontecendo no Brasil. A Proclamação da República foi feita em 1898, correto?



Mil oitocentos e noventa e oito. Pois bem, de 1889, de 89, 1889. Pois bem, já faz quase 120 anos. Pois bem, de lá para cá, imaginem quantos presidentes o Brasil teve, da Proclamação da República até agora. A primeira escola técnica foi feita pelo presidente Nilo Peçanha em 1909, na cidade de Campos de Goytacazes, aqui, no Rio de Janeiro. De lá para cá, até 2003, foram feitas 140 escolas técnicas. Em um século, fizeram 140 escolas técnicas. Nós, em oito anos, vamos fazer 214 escolas técnicas profissionais no País. Em oito anos, nós vamos fazer uma vez e meia o que foi feito em um século. Do ponto de vista das universidades, nós já temos 12 novas funcionando, tem mais uma latino-americana que os professores vão ser latino-americanos, o currículo latino-americano, os estudantes latino-americanos. Nós vamos fazer uma na cidade de Redenção, no Ceará – o projeto está para ser aprovado no Congresso –, afro-brasileira, é metade dos estudantes africanos e metade dos estudantes brasileiros, para que a gente possa pagar parte da nossa dívida com o continente africano.

Mas o que é mais importante, é que nós já fizemos até agora 104 extensões universitárias no Brasil inteiro. É a universidade saindo da capital, indo para o interior para atender as crianças e os adolescentes brasileiros que precisam estudar. Mas o mais importante ainda é que o ProUni já colocou na universidade 545 mil jovens brasileiros, dos quais 40% são jovens meninas e meninos negros da periferia deste país. E eu tenho certeza que aqui tem gente no ProUni, eu tenho certeza.

Mas também dizer para vocês do ReUni. O ReUni, quando nós pensamos o ReUni, o que era o ReUni? O ReUni era a gente aumentar de 12 alunos por professor na sala de aula para 18 alunos por professor na sala de aula. Tinha uma parte da pequena elite brasileira, que já estava na universidade, que até quebrou, até quebrou a reitoria da Universidade do Rio de Janeiro e de vários países. Aquele filhinho de papai, aqueles que já estudavam e que não queriam que os pobres entrassem na escola. “Ah, 18



alunos é muito, é preciso ficar apenas 12 alunos”. Pois bem, nós encaramos. Historicamente, sabem quantos alunos eram renovados na universidade federal brasileira? Apenas 123 mil era a renovação anual da universidade. Este ano, já foi, por conta do Reuni, 227 mil novos alunos que entraram na escola pública federal. E nós estamos fazendo isso porque temos a compreensão do governador, temos a compreensão dos prefeitos, e isso não pára mais.

Quando terminar o meu mandato, em dezembro do ano que vem, dia 31, cada ministro já sabe o seguinte: cada ministro vai me entregar o que foi feito registrado em cartório. Por quê? Porque quem vier depois de mim vai ter um paradigma diferente para começar a governar. Não vai ficar do zero, porque teve presidente neste país que não fez uma universidade, teve presidente neste país que não fez uma escola técnica, pelo contrário, mandaram uma lei para o Congresso Nacional, em 98, tirando da União a responsabilidade pelo ensino técnico federal, e acabou. Pois bem, nós recuperamos isso. Então, quem vier depois de mim vai ter que trabalhar mais, vai ter que trabalhar mais, vai ter que fazer mais, porque o povo está esperto, o povo não está malandro, o povo está sabido.

Eu não posso falar em candidatura aqui, porque senão daqui a pouco eu sou processado. Então, eu não posso falar em candidatura, tá? Tem o tempo certo. Eu só queria que o nosso Bispo soubesse de uma coisa: finalmente, este país aprendeu a cuidar do povo pobre deste país. Finalmente aprendeu. E aprendemos porque eu sou um deles. Quando eu sei do problema da educação, é porque eu não tive a oportunidade de fazer uma universidade. Eu, com 13 anos tive que trabalhar para levar o pão de cada dia para dentro de casa. E eu sei como é que as mulheres deste país, sobretudo as mães de jovens mais pobres, têm vontade que seus filhos estudem. Eu sei o que é uma menina com uma profissão, eu sei o que é um menino com uma profissão. Se um menino tiver uma profissão, ele vai arrumar emprego em qualquer lugar do Brasil.



Uma menina, nós precisamos saber o seguinte: a mulher, ela tem que se formar, porque a formação da mulher é a independência dela. A mulher não pode viver com o marido porque ela depende do salário dele, ela tem que viver com o marido porque ela gosta dele, mas ela tem que ter o seu salário para viver. E quando ele chegar em casa e falar grosso, a mulher fala: “Espera aí, meu filho, está falando grosso por quê? Está falando grosso por quê? Nós somos companheiros ou não somos companheiros?”. Então, não tem nada mais triste do que a mulher, no final do mês, precisar de 10 “mil réis” e pedir para o marido. Se ele está de bom humor, ele dá; se ele não está de bom humor, ele fala: “Outra vez? Outra vez? Está gastando demais”.

Então, o que nós queremos é que homem e mulher vivam em harmonia, mas cada um sendo dono do seu nariz, se respeitando, vivendo harmonicamente, cuidando da sua família. Porque hoje nós temos um problema no Brasil, viu, companheiro Governador e companheiro Prefeito? Um dos problemas que nós temos no Brasil é a degradação da estrutura familiar neste país. É por isso que sai violência, é por isso que filho abandona casa.

Então, o que nós temos que trabalhar, e eu digo isso todo dia: goste quem gostar, nós precisamos começar a olhar o que a nossa televisão ensina para nossas crianças todo dia. A Igreja poderia fazer uma pesquisa para ver quantas pessoas morrem por dia na televisão nos filmes. Os caras começam atirando uma hora da manhã, eu vou dormir uma hora da manhã do outro dia e ainda tem bala no revólver atirando, ou seja, é isso que as nossas crianças vêem. Quais são os programas educacionais que as nossas crianças têm? Qual é a orientação que nós temos? Nenhuma. Então, companheiros e companheiras, olhem, eu quero terminar dizendo para vocês o seguinte: eu, quando deixar a Presidência da República, eu quero ter um orgulho na vida: o orgulho de nunca ter mentido para esse povo. De ter olhado na cara de cada homem, de cada mulher e estar vendo a minha mãe, estar vendo um filho meu, estar vendo um neto meu. Porque essa relação de confiança tem que ter.



Segundo: ninguém tem que ter dúvida. Todo mundo sabe que eu sou Presidente de todo povo brasileiro, de ricos e pobres. Mas na hora em que eu tenho que fazer as minhas opções, a minha prioridade é o povo pobre deste país, que é quem precisa do Estado brasileiro, e nós não abrimos mão disso.

Teve um tempo, Sérgio, que inventaram um tal de formador de opinião pública. “Ah, Lula, você não pode falar isso porque os formadores de opinião pública não vão gostar”. E aí, quando chegou a eleição de 2006, o povo deu uma lição. O povo não quer intermediário entre ele e quem ele vai votar. O povo sabe quem é quem, escolhe sem precisar de intermediário. E é essa lição que nós temos que dar. Esse povo aprendeu a andar de cabeça erguida. Esse povo aprendeu a entender o que é mentira e o que é verdade. Esse povo aprendeu o que é justiça e o que é injustiça. E eu peço a Deus que esse povo nunca mais baixe a cabeça. Se um homem como eu, nordestino, que só tem o diploma primário, chegou à Presidência da República, por que vocês não podem chegar a todos os cargos que vocês quiserem? É só se preparar, é só perseverar, é só lutar e não desanimar nunca.

Por isso, meu caro Prefeito, meu caro governador Sérgio Cabral, meu caro prefeito Lindberg, meu querido companheiro Pezão, eu quero dizer para vocês: para mim hoje foi um dia glorioso. Entregar casa ao povo pobre de Pavão-Pavãozinho e de visitar Nova Iguaçu e ver que uma parte da população já está podendo andar sem precisar olhar para o chão porque não está pisando mais no barro, em fezes ou em urina a céu aberto.

Que Deus abençoe a todos vocês e vamos continuar trabalhando porque nós poderemos fazer muito mais por este país. Um abraço, gente, e até outro dia.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração de obras do PAC e anúncio de financiamento do BNDES nas comunidades Pavão-Pavãozinho e Cantagalo

Rio de Janeiro-RJ, 18 de agosto de 2009

Eu quero, primeiro, cumprimentar o nosso querido governador Sérgio Cabral,

Quero cumprimentar o prefeito Eduardo Paes,

Quero cumprimentar o nosso querido vice-governador, o famoso Pezão,

Quero cumprimentar o ministro Marcio Fortes, das Cidades, e o ministro Edson Santos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Quero cumprimentar o nosso deputado federal Luiz Sérgio,

Quero cumprimentar o nosso querido Luciano Coutinho, presidente do BNDES,

Quero cumprimentar a nossa querida companheira Nelma Souza Tavares, superintendente da Caixa Econômica Federal,

Quero cumprimentar o Marco Antônio Silva de Carvalho, presidente da Associação dos Moradores de Pavão e Pavãozinho,

Quero cumprimentar o companheiro Luiz Bezerra do Nascimento, presidente da Associação dos Moradores do Cantagalo,

Quero cumprimentar a nossa querida Maria das Dores, esposa do Donga,

Quero cumprimentar a Lígia dos Santos, filha do Donga,

E o Marcelo Vianna, neto do Pixinguinha,

Quero cumprimentar os companheiros do Pavão-Pavãozinho, companheiros do Cantagalo, companheiros da Rocinha, que estão ali,

Quero cumprimentar os jornalistas – como ninguém aqui almoçou ainda, eu vou ser muito breve,



Cumprimentar os secretários e as secretárias de estado do Sérgio Cabral,

A nossa querida Regina Casé – eu nunca tive uma pessoa tão importante me assistindo, assim, falar – a nossa querida Regina Casé,

Quero cumprimentar vereadores, deputados,

Companheiro Sérgio, você devia ter chorado. Sabe por quê? Porque nós, homens, aprendemos que chorar é coisa de mulher, e nós temos uma facilidade imensa para rir – tem gente mal-humorada que não ri nunca – e nós temos vergonha de chorar. Quando chorar é o gesto mais nobre que a gente pode fazer, Sérgio, sobretudo um governante. Você tem duas formas de chorar: ou você está sendo achincalhado pelo povo e chora de vergonha, ou você chora de orgulho porque está realizando um compromisso, uma reivindicação e uma necessidade do povo mais pobre do Rio de Janeiro. Essa é uma coisa nobre que todos os governantes deveriam fazer.

Eu estou aqui pela segunda vez. Eu vim aqui bater a estaca no início dessas obras e vocês viram que o companheiro Pezão, ao falar, ele insinuou as dificuldades que nós temos para fazer uma obra, qualquer uma, no Brasil. Se a Regina Casé fosse governadora do Rio de Janeiro ou presidente da República e ela tentasse fazer uma obra, ela iria descobrir que o Brasil durante 25 anos ou 30 anos, em que a gente não conseguia investir, a chamada época da década perdida, nós fomos atrofiando a máquina administrativa e fomos fortalecendo a máquina fiscalizadora. Então, hoje no Brasil é uma coisa extraordinária, nós temos o engenheiro do Estado, que ganha R\$ 5 mil e temos um engenheiro para fiscalizá-lo que ganha 20. É uma coisa extraordinária. Como o Brasil não conseguiu crescer durante toda a década de 80 e de 90, nós criamos uma máquina fiscalizadora poderosa e uma máquina de execução débil. E como a gente quando é oposição, a gente acha que todo mundo é



ladrão, a gente então vai criando mecanismos legais para dificultar as coisas de acontecerem.

Eu brinco sempre, eu brinco sempre, que quando eu fui eleito deputado constituinte, eu levei para o Congresso Nacional, feito por um grande jurista brasileiro, um projeto de Constituição acabada. Eu era presidente de um partido que só tinha dezesseis constituintes – está lembrado Bené? – e no dia em que abriu a Constituinte eu entreguei na mão do doutor Ulisses Guimarães um projeto de Constituição e mais ainda, Sérgio, o Regimento Interno da Constituição. Ora, hoje eu dou graças a Deus do projeto que eu apresentei não ter sido aprovado porque senão o governo não governava. Porque quando a gente é oposição, a gente faz a coisa não (incompreensível), mas a gente faz as coisas para fiscalizar os outros. Hoje, quando a gente... às vezes pode nem ser maldade, às vezes é que no Brasil é uma questão cultural: você acaba de eleger um prefeito no dia 1º de janeiro, no dia dois você já está achando que ele não presta. Não dizem que no casamento o casal quando casa, no dia seguinte, a vizinha é mais bonita, ou o vizinho é mais bonito? Na política é a mesma coisa, na política é assim: olha, o que está acontecendo no Brasil hoje, e esse é um dado importante é que nós estamos, aos poucos, tentando mudar a forma de fazer e a forma de compreender a questão de política. De vez em quando a gente sofre com isso, e sofre muito. Vocês sabem por que tem tanta coisa de corrupção na televisão e nos jornais? É porque a corrupção só aparece nos jornais quando você está investigando, que alguém denuncia. Se você quiser jogar embaixo do tapete, ninguém vai saber que tem corrupção. É só perguntar aqui no Rio de Janeiro ou em qualquer lugar do Brasil quanto nós contratamos de novos policiais federais. Quanto que o Sérgio Cabral tem que renovar a sua polícia, quanto ele tem que fazer de investimento para a gente colocar gente nova, não-viciada, para que a gente comece a apurar.

Noel, se você hoje analisar, você vai perceber... nós fizemos até uma propaganda na televisão, agora, de um mineirinho falando: “onde está o meu



dinheiro?” Não sei se vocês já viram. É para a gente dar um pouco de noção à sociedade de como é que as coisas acontecem no Brasil. Nós temos uma coisa chamada Controladoria-Geral da República. Noventa por cento das coisas que o Tribunal de Contas investiga e 90% das coisas que a Polícia Federal investiga é a Controladoria-Geral da República que tem em cada ministro representante, que pede a fiscalização, se a gente estiver suspeitando de alguma obra onde tenha dinheiro federal. Eu não posso fiscalizar o dinheiro do estado do Rio ou da prefeitura. Mas se tiver um projeto com dinheiro do governo federal, a Controladoria pode fiscalizar.

Pois bem, o que acontece no Brasil hoje? Por que essa obra não foi inaugurada antes? É porque as barreiras para você transpor são muitas. Primeiro, você tem um problema de fazer licenciamento prévio. Eu fico pensando: se a gente visse como era isso aqui, e a gente vai fazer uma coisa bonita como aquela ali, não precisaria nem licença prévia. O pessoal do Ibama deveria agradecer só pelo fato de se estar fazendo uma coisa nova no lugar de uma coisa que estava apodrecida. Mas não é o Ibama que cria caso, não é o pessoal do Ibama que é ruim. É que a lei que nós aprovamos exige que seja feito assim. Não vamos culpar os funcionários do Ibama, o ministro ou a secretária do Ibama, não. É a lei que exige que seja assim. Depois, Regina, que a gente consegue o licenciamento prévio, você, então, está pronto para fazer licenciamento, você abre a licitação, publica edital. Tem gente que entra com processo já no edital. Tem gente que não concorda com o edital, entra com processo, aí a licitação é suspensa. Aí você fica esperando três ou quatro meses no Poder Judiciário ou, às vezes, seis meses ou mais. Aí quando você resolve a licitação... Abre-se a licitação. Então, apresenta lá um monte de empresas, está lá... cada uma, você vai escolher sempre a que ofereceu o preço mais barato e nem sempre o mais barato é melhor. No Nordeste nós aprendemos que o barato fica caro, não é? Então, é preciso combinar o preço com a qualidade técnica do serviço prestado para a gente dar uma empresa



como vencedora. Aí, o que acontece? A empresa que perde... Vamos supor que tenha dez empresas, oito concordaram com o resultado, mas uma achou que tinha o direito de ganhar, entra na Justiça. Aí é mais um ano, mais um ano e meio, não é isso, Pezão?

Aí, quando você resolve tudo isso, qualquer cidadão brasileiro pode fazer uma denúncia ao Ministério Público, que vem fazer mais uma investigação e manda parar a obra por mais um tempo. Vai para o Poder Judiciário, mais um tempinho parada a obra. Quando está tudo resolvido, vem o Tribunal de Contas da União. Aí faz uma investigação e diz: tem sobrepreço. A empresa diz: não tem. “Tem”, “não tem”, “tem”, “não tem”, “tem”, “não tem”. Às vezes ficam oito meses nesse “tem”, “não tem”. Aí daqui a pouco, não tinha. Aí começa a obra do jeito que ficou paralisada, e as pessoas não levam em conta o prejuízo que o País tem e que a comunidade tem de você ter uma obra oito meses parada, um ano parada, dois anos parada. Quando, na verdade, se você descobre que tem um sobrepreço, entra logo com uma ação na Justiça e, quando chegar no final da obra, não paga e vai brigar. O que o empresário faz quando o Sérgio diz: “O Tribunal de Contas mandou eu segurar 30% do que eu estou te pagando”? A empresa fala: “Mandou segurar?” “Mandou”. “Eu vou embora”. Deixa as máquinas paradas, leva os funcionários e o Sérgio fica chupando dedo, esperando a coisa se resolver.

Então, eu quero dizer para vocês... Eu tenho feito essa denúncia todo santo dia porque é preciso que a gente tenha consciência de que o Brasil tem que ser destravado. Vocês viram o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento dizer aqui que está emprestando dinheiro para fazer delegacias. Quem é que imaginava na vida, o BNDES, que até cinco anos atrás não tinha dinheiro para emprestar para fazer uma nova fábrica, agora se dá ao luxo de ter mais de 150 bilhões para emprestar, Regina Casé, mais do que o Banco Mundial? Olha que Luciano chique! Mais do que o Banco Mundial. Ou seja, e agora nós estamos emprestando dinheiro para o governo do estado



fazer o quê? Fazer delegacia, formar soldados, colocar mais tecnologia e mais conteúdo científico na formação do nosso soldado, para que a polícia seja uma polícia tão civilizada, que ela seja dura quando tem que ser dura, mas seja educada quando tem que ser educada, e que não veja no ser humano que mora em um lugar como Cantagalo, primeiramente, como um bandido: primeiro atira, mata, para depois descobrir que não era bandido. Não é assim que nós queremos a polícia. Mas também não queremos um estado onde a polícia chega e corre de medo dos bandidos. Não queremos. Nós queremos uma polícia bem preparada, que converse, que faça investigação, que prenda a quem tiver direito, que puna quem tiver que ser punido, mas que deixe as pessoas inocentes vivas.

E é por isso que eu quero dar os parabéns ao nosso Governador, de estar tomando dinheiro emprestado para poder fazer deste estado... porque cada filme que a gente assiste, da polícia do Rio de Janeiro... ou seja, o povo é levado a ter mais medo da polícia do que do bandido. Então, na hora em que você investe para formar policiais, para educá-los, para prepará-los, para dar inteligência para eles, eu, Sérgio, quero te dar os parabéns, porque isso é uma revolução sua, como governador, e uma revolução da cultura do BNDES.

Porque o BNDES é um banco sofisticado, gente. O BNDES é *finesse*, tem poucos bancos com a quantidade de gente de formação de excelência como tem o BNDES. É gente grande. Regina, você não sabe o que é isso. Você precisa fazer uma entrevista no BNDES, ir lá entrevistar os caras, lá.

Bem, mas só que eles têm um manual. Você sabe que na repartição pública todo mundo tem um manual: “pode ou não pode, pode ou não pode”. Se aparecer uma novidade, eles não sabem o que fazer, porque a formação é: “pode e não pode, pode e não pode, pode e não pode”. E por que é assim? Porque se um servidor público liberar dinheiro para fazer alguma coisa, e o Tribunal de Contas ou o Ministério Público achar que ele fez um ato ilegal, a primeira coisa que fazem com ele é disponibilizar os seus bens, processá-lo, e



a União não o defende. Ele tem que contratar advogado particular para defender. E aí as pessoas começam a ficar com medo de fazer as coisas.

A primeira vez que eu tive acesso ao Banco do BNDES eu perguntei para o presidente, que não era o Luciano Coutinho. Eu falei: escuta aqui, entre uma empresa mandar o dinheiro para o BNDES e vocês liberarem o dinheiro, quanto tempo leva? “Olha, se tudo correr bem, levam 275 dias, se tudo correr bem”. Eu não sei como está agora, mas eu falei para o Luciano: pelo amor de Deus, Luciano, pelo amor de Deus, “bicho”, com 275 dias dá para nascer duas crianças. Tem que ser no máximo o tempo de gestação de uma criança. Agora são seis meses. Aí, já melhorou.

Por que, o que acontece? É muita gente que tem que decidir. Então o papel passa na minha mesa, eu pego, eu falo: ah, tem um probleminha aqui. Aí eu passo para a mesa do Sérgio: ah, tem outro probleminha aqui. Daqui a pouco esse papel está carcomido de tanto andar. Então, nós estamos melhorando isso, melhorando, e eu acho que o Brasil está sendo destravado. Eu trabalho com a ideia, Governador, de que dentro de dez ou 15 anos este Brasil está afiado para que a gente seja, do ponto de vista gerencial, administrativo, melhor do que qualquer país do mundo.

Bem, eu precisava dizer isso para justificar, muitas vezes, a cobrança que eu faço do Pezão. Não pense que eu não cobro do coitado do Pezão. Cada vez que eu vejo o Pezão com um papel na mão eu já falo: vai me pedir mais dinheiro. Mas, ao mesmo tempo, eu pergunto: Pezão, como está tal obra, o que está acontecendo? Por que não saiu o anel viário? Por que não saiu o anel viário? E aí eu vou cobrando, e vou cobrando, e vou cobrando. E o Pezão, mais dinheiro. E eu, mais cobrança. Mais dinheiro e mais cobrança. O dado concreto é que as coisas estão andando e eu queria dizer para o Sérgio Cabral: da mesma forma que eu não acredito que no mundo um presidente tenha um vice da qualidade que eu tenho, eu acho que pouca gente tem o privilégio de ter o vice-governador que você tem, Sérgio. Companheiro de



qualidade.

Bem, para terminar... Para terminar, eu queria dizer para vocês que, ainda hoje, eu cobrei do Pezão: cadê o hospital da Rocinha que nós anunciamos lá? Porque nós anunciamos lá. Eu estava lá quando nós anunciamos. Agora, ele está dizendo que em setembro vai inaugurar o quê? Uma UPA, super UPA, super UPA.

Eu não vou contar a história do “tchó” não, mas eu espero que a super UPA cumpra o papel do super hospital para a gente atender na plenitude os companheiros da Rocinha porque a Rocinha é um dos lugares que têm mais tuberculose no Brasil então, nós precisamos diminuir. Mas o meu sonho mesmo é transformar... acabar com o nome “favela” no Brasil. O meu nome [sonho] é que todo mundo passe a ser chamado bairro, bairro... o bairro do Cantagalo, o bairro do Pavão-Pavãozinho, o bairro do Complexo do Alemão, o bairro de Manguinhos, o bairro onde mora a Benedita, de Chapéu Mangueira, o bairro não sei daonde... acabar com essa coisa favela e transformar em um bairro com rua, com luz, com água, coleta, tratamento de esgoto, área de lazer, área de lazer, com “Mãe da paz”, com tudo, com ponto de cultura, com centro de lazer, tudo o que as pessoas têm direito.

Olhem, eu entrei naquele apartamento ali, eu falei para o Pezão: Pô, Pezão, vê se dá um jeitinho aí, e eu tenho que ter um apartamento aqui para olhar para praia, porque lá onde eu moro em São Bernardo, quando eu saio à janela eu vejo a Volkswagen; abro do outro lado vejo um supermercado grande, que é um tal do Wall Mart, olho para o outro lado vejo a fumaça da Mercedes-Benz. Puta, aqui, você... os companheiros abrem a janela e veem Ipanema... eu acho, acho uma coisa, eu sinceramente, já visitei muita casa, já, já... mas olhe, olhe, isso aqui Sérgio, isso aqui merece que a grande imprensa brasileira tire uma fotografia e repita àquela mensagem que você falou do Jornal Extra: “Parece a Tijuca, parece a Zona..., acho que era Tijuca, Zona Sul, mas é o Cantagalo, é o Alemão, é o Pavãozinho”.



Nós não estamos fazendo nada demais, apenas dando ao povo pobre deste País o que ele merece! Apenas isso! Restabelecendo, restabelecendo, o direito à dignidade das pessoas, restabelecendo o direito do orgulho próprio, da pessoa não levantar de manhã com vergonha de ver o seu filho ser mais maltratado do que o outro, de não precisar andar que nem um condenado duas horas para chegar no lugar do ônibus, de não ficar subindo, agarrando, em moita de mato para poder subir o morro, quando a gente pode fazer as coisas mais dignas, as coisas mais acessíveis. Não tem nenhum luxo, tem apenas decência. Não tem nada que a gente possa dizer “está gastando dinheiro com luxo”. A gente pode dizer “estão gastando o dinheiro com dignidade, com honradez e cumprindo com aquilo que o nosso povo precisa”: ser respeitado pelos governantes, que prometem tanto durante as eleições e que deixam de fazer tanto depois que ganham.

Para terminar, vocês vão me ouvir encher o saco de vocês muito tempo, porque nós temos muita coisa para inaugurar aqui. Agora, nós fizemos um sacrifício enorme para plantar, mas agora é a hora da colheita. Nós agora temos muita coisa para inaugurar em todo o Rio de Janeiro, muita coisa; muita coisa em quase todas as favelas do Rio de Janeiro, que nós vamos terminar chamando tudo de bairro; em São Paulo, em Pernambuco, no Ceará, na Bahia, em Sergipe, em Roraima, em Rondônia, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul. Não tem capital deste país, hoje, que não tenha uma quantidade de obras que tem no Rio de Janeiro ou que tem em São Paulo.

Uma coisa sagrada é a relação entre prefeitura, governo estadual e governo federal. Aqui, eu quero confessar uma coisa para vocês: habitualmente, na política brasileira, um governador não gosta de levar recursos em uma cidade em que o prefeito não é do seu partido. Um presidente não gosta de levar dinheiro em um estado que não é do seu partido, ou o prefeito. E um prefeito não gosta de fazer obras em um bairro em que a oposição é muito forte. Isso, nós quebramos, porque não pode ter



mesquinharia, como diz o nordestino: “velhaquice” na política. A minha relação pessoal com o prefeito do Rio de Janeiro é uma coisa particular. A minha relação pessoal com o Sérgio Cabral é particular. Mas ela vale para o Serra, vale para o Aécio, vale para o Eduardo Campos, vale para qualquer lugar. Agora, a minha relação e a relação deles não pode privilegiar e sobrepor a relação que o prefeito, o governador e o presidente têm que ter com o povo brasileiro, que é a razão pela qual nós governamos este país.

Saio daqui e vou levar a foto deste prédio porque acho que vocês estão conquistando uma coisa que há muito tempo deveriam conquistar. O que me entristece é saber que isso aqui, 50 anos atrás, não era assim. Tinha poucas casas aqui, tinha poucas casas. Se a gente tivesse cuidado quando chegou a primeira casa a segunda ou a terceira, você tinha evitado a ocupação desordenada e feito programas habitacionais melhores. Mas como em campanha política todo mundo gosta de pobre... Como político adora pobre! Não tem nada mais extraordinário em campanha política, porque os caras... todo mundo fala mal de banqueiro, e fala mal de empresário, mas de pobre, todo mundo adora.

Agora, só que depois das eleições, não são todos os pobres que estão organizados. Aí, então, quem é que tem o jogo de pressão? O coitado do Paes ganhou as eleições aqui, cinquenta e poucos por cento. Uma briga desgraçada e tal, acusação, porque tinha setores que tinham outros candidatos e aquele negócio todo, sabe como é que é. Aí, ele ganhou as eleições. Ganhou com a parte mais pobre do Rio de Janeiro, ganhou com a parte mais pobre. E ele está cumprindo com a palavra dele, de subir nos morros, de fazer as coisas para os pobres. Mas se a gente não tomar cuidado, quem tem poder para marcar audiência com você não é o pobre. O pobre, às vezes, não tem nem telefone. Ou seja, é normalmente a classe mais rica que tem: audiência, almoço, café, janta, coquetel e não sei das quantas. Aí você vai, você vai... Daqui a pouco você está envolvido, você esqueceu os pobres.



E o meu papel, junto com esses meninos aqui – eu digo meninos porque são todos mais novos do que eu – o meu papel é tentar mudar a lógica da política brasileira. Ou seja, nós, os políticos brasileiros, temos que governar para todo mundo. Ou seja, o empresário rico, que precisa de investimento do Estado, nós temos que fazer, porque ele vai gerar emprego. Agora, o que a gente não pode perder de vista nunca é de que lado a gente está e qual é o lado que é prioridade para nós, porque tem uma parte que precisa menos e tem uma parte que precisa mais. Então, nós temos que pegar...

Eu lembro sempre o papel da mãe. Uma mãe que tiver 10 filhos, se ela tiver nove brincando e um estiver tristezinho, em um canto, é para aquele filho mais tristezinho que ela vai cuidar, que ela vai dar mais alimento, que ela vai pegar no colo. O resto está brincando, está bem.

Nós, no Brasil, temos que cuidar de todo mundo, mas nós temos que lembrar que tem milhões de brasileiros que, ao longo desses anos todos, foram jogados para a ribanceira, foram esquecidos, é para esse que nós temos que priorizar as nossas obras: na educação, na saúde, no transporte, na habitação, na geração de emprego.

Então, eu quero dizer para vocês... Na outra vez que eu vim aqui, o nosso companheiro – deixa eu ver o nome dele aqui – o Marco Antônio... Você viu que nós já popularizamos ele. Ele estava de gravata da outra vez que nós viemos aqui, estava metido. O “bichinho” já pensava que era presidente. Estava aqui de terno e gravata. Aí, como eu venho assim meio esculhambado, igualzinho vocês estão, ele hoje está popular. Hoje ele está vestido normalmente, como cidadão comum aqui do Pavão-Pavãozinho, e não como se fosse o prefeito de Pavão-Pavãozinho.

Olha, gente, eu volto para São Paulo, hoje à noite, vou contar para Dona Marisa o que eu vi aqui, ou seja, eu vi a cara dessas meninas que receberam essas casas aqui. Vamos ser francos: alguém sair de um barraco feito com zinco, com madeira remendada, onde as baratas disputam espaço, sabe, rato...



Nem me fala, nem me fala. Então, veja... Nem, rato está maior do que gato, agora.

Lá na Praia do Futuro, antigamente, lá no Ceará, a gente ia à praia, lá na Praia do Futuro, tinha rato deste tamanho, que os gatos... Você estava comendo, os ratos estavam em baixo da mesa, querendo lambar a sua unha. Era ratazana que chamava. E isso é resultado da sujeira. Então nós temos que fazer coleta. Agora, cada companheiro não tem que esperar o estado fazer, cada um pode cuidar da sua casa e da sua rua. Se cada um não deixar lixo dentro de casa... Porque tem malandro, também, entre nós. Tem um que pega o saco de lixo e acha que ninguém está vendo e joga no meio da rua. Então é preciso que todo mundo seja responsável, que cada um cuide da sua casa, da sua rua, da sua vila, do seu bairro e da sua cidade. Afinal de contas, o Rio de Janeiro é de vocês. Quanto mais bem falado for o Rio de Janeiro, mais vocês ganham. Quanto mais mal falado for o Rio de Janeiro, mais você perde. É como a dengue. A gente fica culpando o Ministério da Saúde, secretário da Saúde. A verdade é o seguinte: se cada um cuidar da sua casa, e milhões, cada um cuidando da sua casa, o que vai acontecer? A gente não vai ter mosquito da dengue. Mas se a gente ficar em casa xingando o governador, xingando o prefeito, xingando o presidente, xingando o secretário, xingando não sei das quantas, o mosquito está zumbindo ali, na nossa cabeça, daqui a pouco dá um pocotó em nós, e nós pegamos dengue. A Bené já pegou dengue, porque não deve ter cuidado do espaço dela, viu? Não deve ter cuidado. Então, gente... Ela cuidou. Mas quando eu fui lá comer a feijoada no Chapéu Mangueira, antes eu mandei os meus mosquiteiros para matar os mosquitos lá.

Então, gente, olhem, eu vou voltar aqui mais algumas vezes porque tem mais casas para inaugurar. Não pensem que eu vou deixar o Sérgio e o Paes inaugurarem sozinhos. Eu estarei aqui com eles, aqui, ó... estarei aqui com eles.



A alegria na cara dessas pessoas que receberam a chave é uma coisa contagiante. Eu entrei dentro da casa, eu vi o espaço de decência que as pessoas conquistaram: caminha; quartinho pequeno, mas decente; banheiro decente, limpo. Sabe, eu acho que daqui a dez anos, quando chegar um turista aqui no Rio de Janeiro... porque aqui no Rio também tem uma desgraça, viu? No hotel... tem hotel que o cara fala: “Eu posso passear na praia?” “Cuidado, que é perigoso”. Olhem, eu frequento o Rio há 25 anos, eu nunca fui à praia. Mas já parei – quando eu não era presidente – eu parava muito em (incompreensível) para tomar um chopinho, tomar alguma coisa, e eu nunca vi nada. Eu também nunca fui em lugar que eu não podia ir, nunca me meti em um mundo que eu não conhecia. Agora, a questão da violência existe aqui, existe em São Paulo, existe em Pernambuco, existe no Ceará. Depende da forma que a gente divulga ela, se a gente quer orientar ou se a gente quer amedrontar.

Então, eu penso que nós temos que trabalhar essa coisa maravilhosa do Rio de Janeiro. Quando eu digo a gente recuperar o Rio de Janeiro, é porque, gente, Deus quando fez o Rio de Janeiro e botou a mão aqui, isso aqui é para ser um lugar especial. Imaginem se a minha Garanhuns tivesse um Pão de Açúcar. Lá tem um tal de pãozinho sovado, pequenininho, baixinho. Mas eu acho que nós estragamos o Rio de Janeiro. Quando eu digo somos nós, [nós] seres humanos fomos estragando o Rio de Janeiro. Está na hora de a gente recuperar. E se tem uma coisa que eu quero dar a minha contribuição, é não faltar com o esforço que o governo federal puder fazer para que a gente restabeleça no Rio de Janeiro a beleza que o Rio tem, como uma coisa conquistada pela natureza e, sobretudo, recuperar a cidadania e a autoestima de cada cidadão carioca.

Um grande abraço, um grande beijo. Parabéns, Sérgio Cabral. Parabéns, Eduardo Paes. Parabéns, Pezão. E parabéns ao povo do Rio de Janeiro.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

(S211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com o presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma

Palácio Itamaraty - Brasília-DF, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo senhor doutor Ernest Bai Koroma, presidente da República de Serra Leoa,

Senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Senhora Zainab Bangura, ministra dos Negócios Estrangeiros de Serra Leoa, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação de Serra Leoa,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Senhor Ivan Ramalho, ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Senhoras e senhores embaixadores,

Representantes dos Ministérios brasileiros,

Amigos e amigas,

É uma grande honra receber o presidente de Serra Leoa, dr. Ernest Koroma, no Brasil. Sua corajosa liderança e engajamento pessoal na pacificação de seu país tem sido uma inspiração para todos os amantes da paz e da justiça.

A eleição de Vossa Excelência representou um passo irreversível na marcha do povo de Serra Leoa rumo à reconciliação política e à estabilidade econômica. Espelha o amadurecimento de um continente que se está unindo para assegurar um futuro de dignidade para todos os seus cidadãos. Sob sua liderança, Serra Leoa se junta a tantos outros países africanos na construção de uma sociedade próspera e vibrante.

Senhor Presidente,



A primeira visita de um chefe de Estado de Serra Leoa a nosso país é oportunidade para consolidar um diálogo que começamos no ano passado, na reunião da Unctad, em Acra. Já passamos das palavras à ação. No âmbito do acordo de cooperação técnica, missão brasileira esteve este ano em Serra Leoa para identificar projetos que respondem às aspirações de bem-estar e prosperidade do seu povo.

Sei que a prioridade brasileira – a segurança alimentar – é também compartilhada por Vossa Excelência. Vamos fazer da agricultura, especialmente da produção de alimentos, uma fonte de progresso, de emprego e de esperança de uma vida digna para milhares de trabalhadores. Vamos juntar esforços e conhecimentos para combater doenças, cujas principais vítimas são os mais pobres.

Sabemos da prioridade que o programa Agenda para Mudanças, do seu governo, confere ao combate ao HIV-Aids e à malária. O apoio que o Brasil oferece para capacitar e treinar profissionais de Saúde é exemplo prático da cooperação Sul-Sul em ação.

A experiência brasileira com biocombustíveis e fontes renováveis de energia mais limpas e baratas abre a perspectiva de mais emprego e renda no campo. É também nossa resposta ao desafio da mudança do clima. Queremos também desenvolver oportunidade de parceria nos campos da construção civil e agronegócio.

Senhor Presidente,

O Brasil se soma à comunidade internacional em apoio à luta de Serra Leoa para superar o legado de uma guerra traumática. No âmbito da Comissão de Construção da Paz estamos empenhados em fortalecer a capacidade institucional de seu país. A experiência do Brasil no Haiti e em Guiné-Bissau não deixa dúvidas: sem cidadania e desenvolvimento econômico e social, não haverá paz duradoura.

Nossa aliança para a paz e o desenvolvimento reflete uma convicção



profunda. Os países africanos são aliados fundamentais no Brasil na luta para transformar o mundo em que vivemos. Por isso, precisamos trabalhar de forma cada vez mais estreita e coordenada. Somente assim estaremos aptos a desempenhar nosso legítimo papel na defesa de uma governança global mais justa e equitativa.

Devemos impedir que uma crise mundial causada pelos países ricos represente retrocesso em todos os nossos avanços no combate à pobreza e à fome. Nesse esforço, as Nações Unidas não podem estar ausentes. O debate em torno de sua reforma não deve perder impulso. O Conselho de Segurança só recuperará a sua credibilidade e eficácia se incorporar membros permanentes da África e da América Latina e Caribe. Como coordenador do Comitê Africano sobre a reforma daquele órgão, Serra Leoa ocupa posição de responsabilidade nessa luta.

Meus amigos e minhas amigas,

A visita do presidente Koroma ao Brasil, às vésperas da 2ª Cúpula América do Sul-África, é particularmente oportuna. Os acordos que estamos firmando e os compromissos que estamos assumindo atestam o potencial de nossa parceria, mas também nos inspiram a trabalhar juntos pelo êxito da reunião de Caracas.

É com essa convicção que convido todos a levantarem um brinde em homenagem ao futuro das relações entre Serra Leoa e Brasil e à prosperidade de nossos povos.

Obrigado.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do pré-sal

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 31 de agosto de 2009

Minha querida companheira Marisa Letícia,
Excelentíssimo senhor presidente do Senado, José Sarney,
Excelentíssimo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer,
Ministra Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República; ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, em nome dos quais cumprimento todos os ministros aqui presentes,

Quero cumprimentar todos os governadores que vieram ao lançamento do pré-sal,

Quero cumprimentar as autoridades dos Superiores Tribunais aqui de Brasília,

Quero cumprimentar os nossos amigos senadores e deputados que estão presentes,

Quero cumprimentar os membros do corpo diplomático,

Quero cumprimentar os prefeitos aqui presentes,

Em nome dos empresários eu gostaria de cumprimentar o nosso companheiro José Sérgio Gabrielli, presidente da nossa gloriosa Petrobras,

E o Luciano Coutinho, presidente do BNDES,

Minhas amigas e meus amigos,

Hoje é um dia histórico.

O governo está enviando ao Congresso Nacional sua proposta do marco regulatório para a exploração de petróleo e gás no chamado pré-sal.

Estou seguro de que, nos próximos meses, os deputados e senadores,



recolhendo também as contribuições de governadores e prefeitos, aperfeiçoarão as propostas do governo, trabalhando com responsabilidade, espírito público, compromisso com o País e, sobretudo, muita visão de futuro.

Estou seguro também de que o povo brasileiro entrará de corpo e alma nesse debate tão importante para o destino do Brasil e para o futuro dos nossos filhos.

Porque esse não é um assunto apenas para os iniciados e especialistas. Nem é tampouco um tema que deva ficar restrito somente ao parlamento. Ao contrário, ele interessa a todos e depende de todos.

Por isso mesmo, quero convocar cada brasileiro e cada brasileira a participar desse grande debate. Trabalhadores, donas de casa, lavradores, empresários, intelectuais, cientistas, estudantes, servidores públicos, todos podem e devem contribuir para que tomemos as melhores decisões.

Minhas amigas e meus amigos,

O chamado pré-sal contém jazidas gigantescas de petróleo e gás, situadas entre cinco e sete mil metros abaixo do nível do mar, sob uma camada de sal que, em certas áreas, alcança mais de 2 mil metros de espessura.

Não se pode ainda dizer, com certeza, quantos bilhões de barris o pré-sal acrescentará às reservas brasileiras. Mas já se pode dizer, com toda segurança, que ele colocará o Brasil entre os países com maiores reservas de petróleo do mundo.

Trata-se de uma das maiores descobertas de petróleo de todos os tempos. E em condições extremamente importantes: as reservas encontram-se num país de grandes dimensões, de grande população e de abundantes recursos naturais. Um país que conta com um regime político estável e instituições democráticas em pleno funcionamento. Um país pacífico que faz questão de viver em paz com seus vizinhos. Um país que possui uma economia sofisticada, com um parque industrial diversificado, uma agropecuária de ponta e um setor de serviços moderno. Um país que, tendo



dado passos importantes na superação das desigualdades sociais, encontrou seu caminho e está maduro para dar um salto no desenvolvimento.

Como já disse em outra oportunidade, o pré-sal é uma dádiva de Deus. Sua riqueza, bem explorada e bem administrada, pode impulsionar grandes transformações no Brasil, consolidando a mudança de patamar de nossa economia e a melhoria das condições de vida de nosso povo.

Mas o pré-sal também apresenta perigos e desafios. Se não tomarmos as decisões acertadas, aquilo que é um bilhete premiado pode transformar-se em fonte de enormes problemas. Países pobres que descobriram muito petróleo, mas não resolveram bem essa questão, continuaram pobres.

Outros caíram na tentação do dinheiro fácil e rápido. Passaram a exportar a toque de caixa todo o óleo que podiam e foram inundados por moedas estrangeiras. Resultado: quebraram suas indústrias e desorganizaram suas economias. E, assim, o que era uma dádiva transformou-se numa verdadeira maldição.

Para evitar esse risco, desde o primeiro instante, determinei à comissão de ministros que preparou o marco regulatório do pré-sal que trabalhasse em cima de três diretrizes básicas.

Primeira: o petróleo e o gás pertencem ao povo e ao Estado, ou seja, a todo o povo brasileiro. E o modelo de exploração a ser adotado, num quadro de baixo risco exploratório e de grandes quantidades de petróleo, tem de assegurar que a maior parte da renda gerada permaneça nas mãos do povo brasileiro.

A segunda diretriz é de que o Brasil não quer e não vai se transformar num mero exportador de óleo cru. Ao contrário, vamos agregar valor ao petróleo aqui dentro, exportando derivados, como gasolina, óleo diesel e produtos petroquímicos, que valem muito mais. Vamos gerar empregos brasileiros e construir uma poderosa indústria fornecedora dos equipamentos e dos serviços necessários à exploração do pré-sal.



A terceira diretriz: não vamos nos deslumbrar e sair por aí, como novos ricos, torrando dinheiro em bobagens. O pré-sal é um passaporte para o futuro. Sua principal destinação deve ser a educação das novas gerações, a cultura, o meio ambiente, o combate à pobreza e uma aposta no conhecimento científico e tecnológico, por meio da inovação. Vamos investir seus recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor: nossos filhos, nossos netos, nosso futuro.

Ao examinar os projetos de lei que estamos enviando hoje ao Congresso, depois de tanto trabalho e estudo, vejo com satisfação que eles estão em perfeita sintonia com essas diretrizes.

Minhas amigas e meus amigos,

Uma mudança importante no marco regulatório será a adoção do modelo de partilha de produção no pré-sal e em outras áreas de potencial e características semelhantes. É uma mudança absolutamente necessária e justificada.

Estamos vivendo hoje um cenário totalmente diferente daquele que existia em 1997, quando foi aprovada a Lei 9.478, que acabou com o monopólio da Petrobras na exploração do petróleo e instituiu o modelo de concessão.

Naquela época, o mundo vivia um contexto em que os adoradores do mercado estavam em alta e tudo que se referisse à presença do Estado na economia estava em baixa. Vocês devem se lembrar como esse estado de espírito afetou o setor do petróleo no Brasil. Altas personalidades naqueles anos chegaram a dizer que a Petrobras era um dinossauro – mais precisamente, o último dinossauro a ser desmantelado no país. E, se não fosse a forte reação da sociedade, teriam até trocado o nome da empresa. Em vez de Petrobras, com a marca do Brasil no nome, a companhia passaria a ser a Petrobrax – sabe-se lá o que esse xis queria dizer nos planos de alguns exterminadores do futuro.

Foram tempos de pensamento subalterno. O país tinha deixado de



acreditar em si mesmo. Na economia, campeava o desalento. O Brasil não conseguia crescer, sofria com altas taxas de juros, de desemprego, e juros estratosféricos, apresentava dívida externa elevadíssima e praticamente não tinha reservas internacionais. Volta e meia quebrava, sendo obrigado a pedir ao FMI ajuda, que chegava sempre acompanhada de um monte de imposições.

Além disso, não produzíamos o petróleo necessário para nosso consumo. Ferida, desestimulada e desorientada, a Petrobras vivia um momento muito difícil. Tinha dificuldades de captação externa e não contava com recursos próprios para bancar os investimentos. Nessa época, é bom lembrar – e a Dilma já falou – o preço do barril do petróleo estava em torno de US\$ 19.

Hoje, nós vivemos um quadro é inteiramente diferente. Em primeiro lugar, os países e os povos descobriram na recente crise financeira internacional que, sem regulação e fiscalização do Estado, o deus-mercado é capaz de afundar o mundo num abrir e fechar de olhos. O papel do Estado, como regulador e fiscalizador, voltou, portanto, a ser muito valorizado.

A economia do Brasil vive também um novo momento. De 2003 a 2008, crescemos em média, 4,1% ao ano. Nos últimos dois anos, nosso crescimento foi superior a 5%. Nesse período, o país gerou cerca de onze milhões de empregos com carteira assinada. O desemprego caiu de 11,7% para 8%, em 2008. Hoje, as taxas de juros atuais são as menores de muitas décadas em nosso país.

Não só pagamos a dívida externa pública, como acumulamos reservas superiores a US\$ 215 bilhões. E mais: reduzimos de modo consistente a miséria e as desigualdades sociais. Mais de 30 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza e 2 milhões ingressaram... e 20 milhões ingressaram na nova classe média, fortalecendo o mercado interno e dando vigoroso impulso à nossa economia.

O fato é que hoje temos uma economia organizada, pujante e voltada



para o crescimento. Uma economia que foi testada na mais grave crise internacional desde 1929 e saiu-se muito bem na prova. Não só não quebramos, como fomos um dos últimos países a entrar na crise e estamos sendo um dos primeiros a sair dela. Antes, éramos alvo de chacotas e de imposições. Hoje, nossa voz, a voz do Brasil, é ouvida lá fora com muita atenção e com muito respeito.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Desde o primeiro instante, meu governo deu toda força à Petrobras. Passamos a cuidar com muito carinho do nosso querido dinossauro. Os recursos da empresa destinados à pesquisa e ao desenvolvimento deram um salto de US\$ 201 milhões, em 2003, para R\$ 960 milhões, em 2008.

A companhia voltou a investir, aumentou a produção, abriu concursos para contratação de funcionários, encomendou plataformas, modernizou e ampliou refinarias, além de construir uma grande infra-estrutura de gás natural e entrar também na era de biocombustíveis.

Deixamos claro que nossa política era fortalecer, e não debilitar, a Petrobras. E a companhia – estimulada, recuperada e bem comandada – reagiu de forma impressionante.

Resultado: a Petrobras vive hoje um momento singular. É o orgulho do país. É a maior empresa do Brasil. É a quarta maior companhia do mundo ocidental. Entre as grandes petroleiras mundiais, é a segunda em valor de mercado. É um exemplo em tecnologia de ponta. Descobriu as reservas do pré-sal, um feito extraordinário, que encheu de admiração o mundo e de muito orgulho os brasileiros. É uma empresa com crédito e autoridade internacionais. Tanto que, nos últimos meses, levantou cerca de US\$ 31 bilhões em empréstimos. Seus investimentos previstos até 2013 somam US\$ 174 bilhões.

E ainda para ajudar, para completar, o preço do barril de petróleo oscila hoje em torno de US\$ 65, mais do triplo do que em 1997.

Em suma, os tempos e o ambiente no mundo são outros. A situação da



economia brasileira é outra. O Brasil e o prestígio do Brasil são outros. A Petrobras é outra. E outra também é a situação do mercado do petróleo.

Minhas amigas e meus amigos,

Também não há termos de comparação entre as áreas que vinham sendo exploradas até agora e as áreas do pré-sal.

No pré-sal, os riscos exploratórios são baixíssimos. A taxa de sucesso dos poços operados pela Petrobras na área é de 87%, sendo que nos blocos situados na Bacia de Santos ela é de 100%. Foram 13 poços perfurados. E nos 13 comprovou-se a existência de grandes quantidades de óleo e gás, com excelentes perspectivas de viabilidade econômica.

Nessas circunstâncias, seria um grave erro manter na área do pré-sal, de baixíssimo risco e grande rentabilidade, o modelo de concessões, apropriado apenas para blocos de grande risco exploratório e baixa rentabilidade.

No modelo de concessões, a União, proprietária do subsolo, permite que as companhias privadas procurem petróleo, mediante o pagamento de uma taxa chamada bônus de assinatura. Se elas encontrarem óleo ou gás, podem extraí-lo e comercializá-lo como quiserem. São donas do petróleo arrancado das entranhas da terra, porque, a partir da boca do poço, a União perde os direitos de propriedade, recebendo apenas uma parcela pequena da renda do petróleo, na forma de royalties e participações especiais.

Já no modelo de partilha, que prevalece em todo o mundo em áreas de baixo risco exploratório e grande rentabilidade, a União continuará dona da maior parte do petróleo e do gás mesmo depois de sua extração. Nesse modelo, o Estado não transfere toda a propriedade do óleo para grupos privados, mas fecha contratos para a exploração e a produção em determinada área – diretamente com a Petrobras ou, mediante licitação, no caso de outras companhias.

No modelo de partilha, as empresas são remuneradas com uma parcela



do óleo extraído, suficiente para cobrir seus custos e investimentos e ainda proporcionar uma rentabilidade adequada ao risco do projeto. Já o Estado fica com a maior parte dos lucros da exploração e produção de petróleo, parte esta bem superior ao que recebe hoje no regime de concessão. A regra do modelo de partilha é clara: nas licitações, vence a empresa que oferecer a maior parcela do lucro da operação para o Estado e para o povo brasileiro.

Amigas e amigos,

Como no modelo de partilha a maior parte do petróleo, mesmo depois de extraído, continuará a pertencer ao Estado, ela controlará o processo de produção. Assim, ela poderá definir claramente o ritmo de extração, calibrando-o de acordo com os interesses nacionais, sem se subordinar às exigências do mercado. Dessa maneira, ficará mais fácil para o Brasil contornar os riscos inerentes à produção excessiva, que poderia inundar o país de dinheiro estrangeiro, desorganizando nossa economia – aquilo que os especialistas chamam de doença holandesa.

Além disso, poderemos produzir petróleo nas condições que mais convêm ao país. E desse modo poderemos aproveitar a riqueza do petróleo, que Deus nos deu, para produzir mais riqueza ainda com o nosso trabalho.

Dessa forma, consolidaremos uma poderosa e sofisticada indústria petrolífera, promoveremos a expansão da nossa indústria naval e converteremos o Brasil num dos maiores pólos mundiais da indústria petroquímica do mundo.

Trabalhando com essa perspectiva, encomendaremos – e produziremos aqui dentro – milhares e milhares de equipamentos, gerando emprego, salário e renda para milhões de brasileiros.

Minhas amigas e meus amigos,

Para gerir os contratos de partilha e os contratos de comercialização de petróleo e gás, zelando pelos interesses do Estado e do povo brasileiro, estamos criando uma nova empresa estatal na área do petróleo, a Petrosal.



Ela não concorrerá com a Petrobras, já que não participará da prospecção ou da exploração de petróleo e gás. Sua missão é inteiramente diferente. A nova estatal será, isso sim, a representante dos interesses do Estado brasileiro, o olho atento do povo brasileiro, acompanhando e fiscalizando a execução dos contratos firmados na área do pré-sal.

Será uma empresa enxuta, com corpo técnico altamente qualificado, formado por profissionais com experiência comprovada. Em vários países que adotaram o modelo de partilha, empresas com esse caráter revelaram-se imprescindíveis para defender os interesses públicos e nacionais nas negociações e na gestão de contratos e processos complexos e sofisticados como os que caracterizam a indústria petrolífera.

Minhas amigas e meus amigos,

Se vocês estão cansados, imaginem eu. Outra novidade importante é a criação do Fundo Social. Ele será responsável pela administração da renda do petróleo e pela sua aplicação em investimentos seguros e de boa rentabilidade, tanto no Brasil como no exterior.

De um lado, o novo fundo será uma mega-poupança, um passaporte para o futuro, que preservará e incrementará a renda do petróleo por muitas e muitas décadas. Os rendimentos do fundo serão canalizados, prioritariamente, para a educação, a cultura, o meio ambiente, a erradicação da pobreza e a inovação tecnológica. Vamos aproveitá-los para pagar a imensa dívida que o país tem com a educação e para permitir que a aplicação do conhecimento científico seja, na verdade, a nossa maior garantia do nosso futuro.

De outro lado, o novo fundo funcionará, também, como um dique contra a entrada desordenada de dinheiro externo, evitando seus efeitos nocivos e garantindo que nossa economia siga saudável, forte e baseada no trabalho e no talento dos milhões e milhões de brasileiros.

Assim, a renda gerada pela produção do pré-sal será administrada de forma planejada e inteligente. E seu ingresso na economia nacional será



dosado de modo a fortalecê-la e a impulsioná-la, jamais a desorganizá-la.

Minhas amigas e meus amigos,

Não poderia deixar de prestar aqui uma sincera homenagem à Petrobras, a sua diretoria e a todo o seu corpo de funcionários.

A descoberta do pré-sal, que coloca o Brasil num novo patamar no cenário mundial, não foi fruto do acaso ou de um golpe de sorte. Ao contrário, ela só foi possível graças ao talento, à competência e à determinação da Petrobras. E também, é claro, graças ao revigoramento da empresa nos últimos anos, à recuperação da sua autoestima e aos investimentos crescentes em pesquisa e prospecção.

Poucas empresas no mundo têm hoje a experiência da Petrobras na exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas. E nenhuma empresa petrolífera conhece e é capaz de obter resultados tão expressivos em nossa plataforma submarina como ela. Trata-se de um ativo, de um patrimônio de enorme valor, que deve ser bem e de forma extraordinária aproveitado.

Por isso mesmo, a Petrobras terá um status especial no marco regulatório do pré-sal. Será a única empresa operadora nessa província. Outras empresas poderão ter participação, inclusive majoritária, nos consórcios que explorarão os blocos contratados. Mas a operação – vale dizer, a exploração, o desenvolvimento, a produção e a desativação das instalações – estará sempre a cargo da nossa querida e orgulhos Petrobras.

Além disso, as reservas do pré-sal, que pertencem ao Estado e ao povo brasileiro, oferecem uma excelente oportunidade para que a União fortaleça a Petrobras para enfrentar os novos desafios. Nesse sentido, estamos enviando projeto de lei ao Congresso Nacional autorizando a União a promover aumento de capital da companhia. O valor total do aumento de capital será aquilo que a ministra Dilma já falou, de até cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, obviamente, relativos às jazidas contíguas às áreas que a empresa já detém no pré-sal.



Nos termos da lei, os acionistas minoritários que desejarem participar dessa chamada de capital poderão adquirir ações da companhia, o que contribuirá para reforçar economicamente nossa maior empresa nesse momento decisivo.

Se os acionistas minoritários não exercerem integralmente seus direitos de opção, a capitalização promovida pela União implicará aumento da participação do povo brasileiro no capital total da Petrobras.

Minhas amigas e meus amigos,

Nesse momento em que o Brasil discute o melhor caminho para se tornar um grande produtor mundial de petróleo, quero render minhas homenagens a todos os brasileiros que lutaram para que este sonho se transformasse em realidade.

Em primeiro lugar, homenageio os que acreditaram quando era mais fácil descrever. E não deram ouvidos às aves de mau agouro que, durante décadas, apregoaram aos quatro ventos que o Brasil não tinha petróleo. Foram, por isso, chamados de fanáticos e maníacos. Ainda bem que houve fanáticos que nos ensinaram a duvidar dos preconceitos e a ter fé em nossas próprias forças.

Rendo minha homenagem também aos que se insurgiram contra a ladainha que proclamava que, mesmo que o Brasil tivesse petróleo, não teria competência para explorá-lo. E que deveria deixar essa tarefa para o capital estrangeiro. Muitos foram tachados de lunáticos, prisioneiros de uma idéia fixa, como o grande e saudoso Monteiro Lobato, porque teimaram em lutar para que o Brasil explorasse suas riquezas. Benditos lunáticos que ensinaram o país a enxergar longe, em tempos de escuridão, e iluminaram os caminhos dos que vieram depois.

Rendo minha homenagem ainda aos que saíram às ruas em todo o país na campanha do “O Petróleo é nosso”, levando o presidente Getúlio Vargas a instituir o monopólio estatal do petróleo e a criar a Petrobras. Foi uma batalha



travada em condições duríssimas. Basta ler os jornais da época, alguns em circulação até hoje, que ridicularizavam a campanha nacionalista. E eu digo: bendito nacionalismo, que permitiu que as riquezas da nação permanecessem em nossas mãos.

Rendo homenagem muito especial, por fim, a todos os que defenderam a Petrobras quando ela foi atacada ao longo de sua história – e ainda hoje – e aos funcionários e petroleiros que se mantiveram de pé quando a empresa passou a ser tratada como uma herança maldita do período jurássico. Benditos amigos e companheiros do dinossauro, que sobreviveu à extinção, deu a volta por cima, mostrou o seu valor. E descobriu o pré-sal – patrimônio da União, riqueza do Brasil e passaporte para o nosso futuro.

Olho para trás e vejo que há algo em comum em todos esses momentos, algo que unifica e dá sentido a essa caminhada, algo que nos trouxe até aqui e ao dia de hoje: é, sinceramente, a capacidade do povo brasileiro de acreditar em si mesmo e no nosso país. Foi em meio à descrença de tantos que querem falar em seu nome... O povo... principalmente ao povo devemos esse momento atual.

É como se houvesse uma mão invisível – não a do mercado, da qual já falaram tanto, mas outra, bem mais sábia e permanente, a mão do povo – tecendo nosso destino e construindo nosso futuro. Não creio que seja uma coincidência o fato de a Petrobras ter descoberto as grandes reservas do pré-sal justamente num momento da vida política nacional em que o povo também descobriu em si mesmo grandes reservas de energia e de esperança. Num momento em que o país, deixando para trás o complexo de inferioridade que lhe inculcaram durante séculos, aprendeu como é bom andar de cabeça erguida e olhar com confiança para o futuro.

Muito obrigado, companheiros.

(\$211A)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**
